



PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

PDTIC – 2018-2020

Resumo

O Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação do TRT12 para o período de 2018-2020 (PDTIC), tem o objetivo de avaliar a situação da TIC no âmbito deste Tribunal, bem como estabelecer as principais iniciativas de nível tático e operacional que devem ser executadas para viabilização dos Planos Estratégico Institucional e de TIC do TRT12

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

setic@trt12.jus.br

EQUIPE

Aprovação

Dr^a Mari Eleda Migliorini
Desembargadora do Trabalho-Presidente

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação

Dr. Roberto Basilone Leite
Desembargador do Trabalho
Coordenador

Marcel Luciano Higuchi Viegas dos Santos
Juiz Auxiliar da Presidência

Ana Paula Volpato Wronski
Direção-Geral da Secretaria
Representante

César Augusto Bedin
Secretaria da Corregedoria
Representante

Ricardo Ganzo Weickert Caldas
Secretaria Geral da Presidência
Representante

Roberto Carlos de Almeida
Secretário do Tribunal Pleno

Gustavo Bestetti Ibarra
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
Secretário

Equipe de Elaboração (PORTARIA - PRESI nº 262, de 03 de outubro de 2017)

Gustavo Bestetti Ibarra
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
Coordenador

Carlos Mario Eastman
Diretor do Serviço de Apoio à Governança de TIC
Secretário

Roberto Carlos de Almeida
Secretário do Tribunal Pleno

Rosângela Gomes Yamada
Assessora da Presidência
Representante da Secretaria Geral da Presidência

Jacson Alexandre Pereira
Assessor
Representante da Direção Geral da Secretaria

Elise Haas de Abreu
Chefe de Serviço
Representante da Corregedoria

Arthur Oliveira Santos
Assessor da Presidência
Representante da Assessoria Jurídica

Fernanda Gomes Ferreira
Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica

Fernando Schlickmann Oliveira Souza
Diretor da Secretaria Administrativa

Daniele Priscila Rodrigues de Oliveira
Chefe do Núcleo
Representante da Secretaria de Comunicação Social

Ricardo Ganzo Weickert Caldas
Assessor da Vice-Presidência
Representante da Vice-Presidência, Ouvidoria e Escola Judicial

César Augusto Bedin
Assessor do Desembargador José Ernesto Manzi
Representante dos Gabinetes dos Desembargadores

Carlos Alberto Crispim
Diretor de Secretaria da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis
Representante do 1º Grau de Jurisdição

Luiz Otávio Garcia Corrêa
Diretor da Secretaria Judiciária

Alex Cristiano Gramkow Hammes
Diretor da Secretaria de Controle Interno

Vanessa Gesser de Miranda,
Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas

APRESENTAÇÃO

Cenários político-institucionais fortemente marcados por constantes mudanças e escassez de recursos financeiros impõem desafios cuja superação exige gestões cada vez mais especializadas, baseadas em princípios e diretrizes aderentes às metas estratégicas da instituição. Alcançar estas metas no âmbito da Justiça do Trabalho tem-se mostrado um exercício constante de planejamento tático das ações que orientam e conduzem as instituições.

O Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação do TRT12 – PDTIC para o período de 2018-2020 (PDTIC), tem como objetivo avaliar a situação da TIC no TRT12 e estabelecer as principais iniciativas de nível tático e operacional que devem ser executadas para viabilização dos Planos Estratégico Institucional e de TIC do TRT12.

Para cumprir seu propósito, o PDTIC apresenta a sequência de passos que orientou sua elaboração, relaciona os documentos e os normativos direcionadores, explicita princípios e diretrizes, apresenta a estrutura e a capacidade da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC, avalia a execução do PDTIC anterior e desdobra os objetivos estratégicos em iniciativas táticas e operacionais.

Abrange, portanto, as iniciativas e contratações originadas na SETIC e nas áreas finalísticas do Tribunal. Também identifica a participação dos envolvidos no planejamento, execução e monitoramento dessas iniciativas e contratações, buscando desse modo fazer com que as soluções de TIC sejam adequadas, tempestivas, viáveis e oportunas ao negócio e à estratégia do TRT12, durante o período 2018-2020.

O processo administrativo PROAD 7411/2017 estabeleceu a demanda para elaboração deste Plano e armazena toda a documentação a ele referente, incluindo a Portaria de autorização e instituição da equipe, os documentos de referência e aqueles produzidos nas fases intermediárias e, finalmente, o PDTIC aprovado.

ABRANGÊNCIA E REVISÃO

O PDTIC terá abrangência de 2 (dois) anos e sua vigência encerrará com a aprovação do próximo plano. As revisões serão periódicas, a fim de acompanhar as ações táticas e absorver eventuais ajustes que podem surgir a partir das deliberações tomadas nas Reuniões de Análise Estratégica – RAE. De acordo com artigo 9º da Resolução CNJ 198/2014, estas reuniões devem ser realizadas quadrimestralmente ou motivadas por necessidade de correção operacional que possam surgir durante o período referido, desde que devidamente aprovadas pelo Comitê de Governança de TIC – CGTIC. A frequência de revisões do PDTIC acompanhará as reuniões do CGTIC, podendo ocorrer em partes do documento ou em seus anexos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA.....	10
METODOLOGIA APLICADA.....	12
ORGANIZAÇÃO DA SETIC	17
Estrutura Organizacional	17
Quadro de Pessoal de TIC.....	21
Gestão de Pessoas na TIC	24
Processos de Trabalho.....	25
SITUAÇÃO ATUAL DA TIC	29
Soluções e Serviços.....	29
Catálogo de Serviços.....	29
Níveis de Serviço.....	30
Disponibilidade dos serviços.....	32
Infraestrutura de TIC	33
Participação em Projetos Nacionais	44
Perspectivas Futuras para TIC.....	45
RESULTADOS DO PDTIC ANTERIOR.....	47
Projetos	47
Contratações	50
Orçamento de TIC.....	51
Capacitações.....	53
Resultados	54
Cumprimento dos acordos de níveis de serviço - ANS	55
Satisfação dos usuários.....	56
Governança de TIC (iGovTI)	59
Resumo dos Indicadores Estratégicos	62
DIRECIONADORES DE TIC	68
Princípios	68
Diretrizes	69
Referencial Estratégico.....	70
Normativos de TIC	70
INVENTÁRIO DE NECESSIDADES	76
Critérios de Priorização	76

Necessidades Identificadas.....	78
PLANO DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAS.....	80
PLANO DE GESTÃO DE RISCOS.....	81
PROCESSO DE REVISÃO DO PDTIC.....	85
FATORES CRÍTICOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO PDTIC	86
CONCLUSÃO	87
ANEXO I - Portfólio de TIC.....	89
ANEXO II - Plano de Contratações de TIC - 2018	97
ANEXO III - Plano Anual de Capacitações de TIC - 2018	107
ANEXO IV - Orçamento de Capacitações de TIC - 2018	129
ANEXO V - Portfólio de Capacitações de TIC	133
ANEXO VI - Gestão de Pessoas de TIC.....	145

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, no Poder Judiciário e neste Tribunal, tem-se dispensado grande preocupação e investimento em governança e planejamento, tanto em nível institucional, quanto na área de TIC.

Uma prática mundialmente reconhecida de planejamento estratégico é o Balanced ScoreCard (BSC). Resumidamente, está baseada em indicadores de desempenho e ajusta os vários elementos que compõem um planejamento institucional através de sucessivos refinamentos. Esta prática foi adotada pelo Poder Judiciário.

No caso da Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT12 a principal referência estratégica é o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – PETIC estabelecido em 2015 com vigência até 2020. Construído como desdobramento do Plano Estratégico Institucional do Tribunal - PEI 2015-2020 e do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho - PETIC-JT 2015-2020, o PETIC deve manter-se como um processo vivo e aderente a estes planos e aos interesses maiores da instituição.

O PETIC 2015-2020 foi normatizado pelo Tribunal Pleno através da RA 004/2016. Posteriormente foi alinhado com a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário - ENTIC-JUD¹.

Todo Plano Diretor de TIC deve viabilizar as definições dos Planos Estratégicos. No caso deste, o objetivo é direcionar as iniciativas de Tecnologia da Informação e Comunicação de 2018 e 2019 para melhor contribuir no atingimento das metas estabelecidas nos Planos Estratégico Institucional e Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação.

¹ Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário, instituída pela Resolução CNJ nº 211/2015.

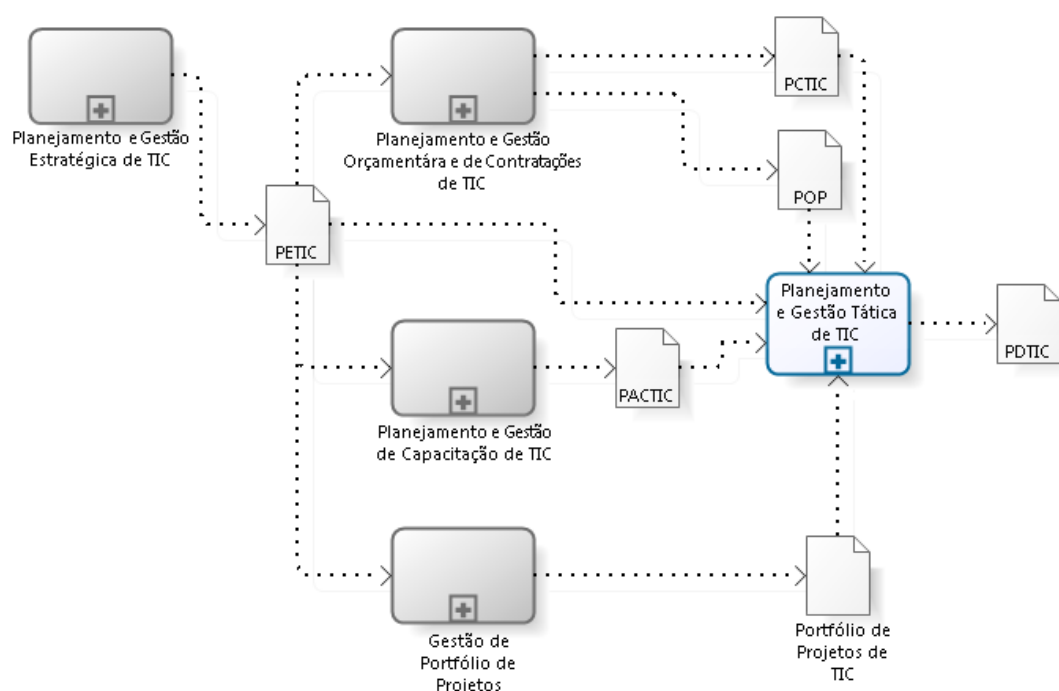
DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

1. Guia de PDTIC v. 2.0 - SISP
2. PEI - Plano Estratégico Institucional do TRT12 - 2015-2020
3. PETIC - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT12 - 2015-2020
4. PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT12 - 2016-2017
5. PCTIC – Plano de Contratações de Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT12 - 2016 e 2017
6. Portfólio de TIC do TRT12 - 2016-2017
7. Proposta Orçamentária Prévia de TIC do TRT12 para 2018
8. Proposta Orçamentária de TIC do TRT12 para 2018
9. Relatório sobre Monitoramento e Revisão do PDTIC (PROAD 10525/2016)
10. Resolução CNJ 211/2015 e Plano de Trabalho para atendimento da Resolução CNJ nº 211/2015 (TRT12) (PROAD 14312/2015)
11. Regulamento Interno
12. Levantamento de Governança de TIC do Judiciário - iGovTI-JUD 2017 (CNJ)
 - 12.1. Questionário remetido
 - 12.2. Resultado do Questionário de Governança, de Gestão e de Infraestrutura de TIC – 2015/2016
 - 12.3. Base de dados do Levantamento de Governança, de Gestão e de Infraestrutura de TIC até o nível de dimensão
13. Levantamento de Governança de TI do TCU
 - 13.1. iGovTI 2016 => PROAD 4130/2016 - Questionário e Respostas - Extrato do sistema
 - 13.2. iGov integrado (2017)
14. CSJT
 - 14.1. Auditoria -PROADs 14323/2015 e 3589/2016
 - 14.2. Levantamento de Estrutura Organizacional e Força de Trabalho - PROAD 10533-2016

- 14.3. Ofício Original
- 14.4. Ofício de resposta
- 15. Estudo de Estrutura Mínima de TIC ctGov - CSJT (PROAD 6130/2017)
 - 15.1. Estudo Original
 - 15.2. Resposta CGTIC => Ofício SETIC
- 16. Políticas Publicadas
 - 16.1. Política de Segurança da Informação - Portaria PRESI nº 109/2016
 - 16.2. Política de Gestão de Ativos de TIC - Portaria PRESI nº 180/2016
 - 16.3. Política de Gestão de Riscos do TRT12 - Portaria SEAP nº 292/2016
 - 16.4. Política Governança Corporativa no TRT12 - Portaria SEAP nº 11/2016
- 17. Acordos de Cooperação Técnica

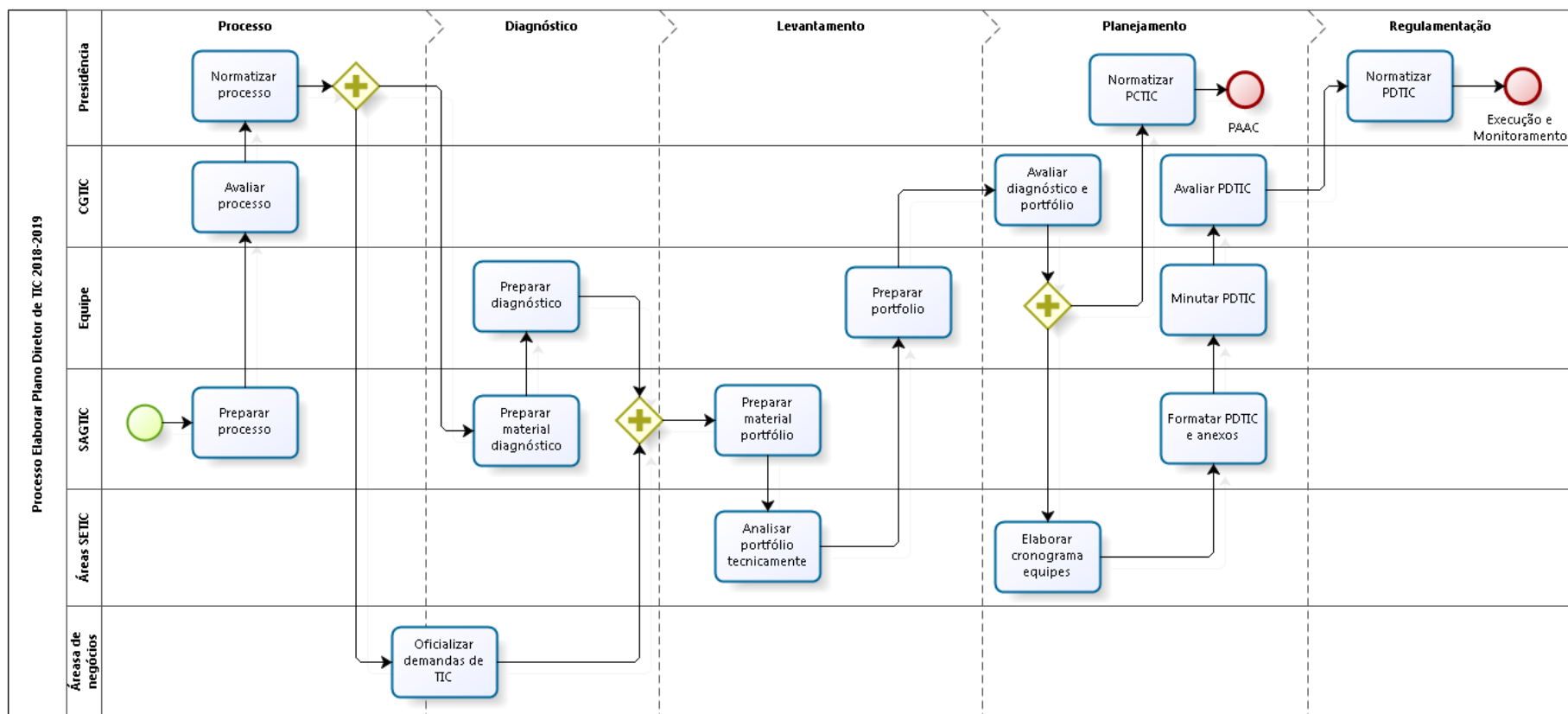
METODOLOGIA APLICADA

De maneira geral, o PDTIC resulta de interações no macroprocesso de governança e de gestão de planejamento orçamentário, de aquisições e contratações de soluções, de projetos e de capacitação. O fluxo a seguir demonstra como estes macroprocessos contribuem para o planejamento tático de TIC.



Powered by
bizagi
Modeler

Para este período, o Plano Diretor de TIC foi modelado com base no Guia de Elaboração do PDTI do SISP - sistema instituído com o objetivo de gerir os recursos de informação da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional. Os trabalhos de elaboração foram conduzidos pela SETIC como um projeto, de acordo com o processo abaixo:



A elaboração do PDTIC iniciou-se pela formalização de um processo de construção e pela definição da equipe responsável pelo projeto. Seguiu com o levantamento das informações do PDTIC 2016-2017 e demais documentos de referência, de modo a subsidiar a análise da situação atual de TIC no TRT12. As informações levantadas foram apresentadas e debatidas nas reuniões da equipe de elaboração, resultando no diagnóstico apresentado em seção própria.

Paralelamente, as áreas de negócio apresentaram suas demandas por tecnologia e contratações, as quais foram analisadas previamente pelas áreas da SETIC. A relação das demandas recebidas foi consolidada e organizada no Portfólio de TIC 2018-2020. As demandas de contratação também foram destacadas no Plano de Contratações de TIC para o ano de 2018. As contratações previstas para 2019 irão compor a Proposta Orçamentária Prévia, a ser elaborada em março deste ano.

Previamente analisados pela Equipe de Elaboração, estes documentos foram consolidados numa relação final de propostas, as quais foram submetidas ao CGTIC para apreciação.

O CGTIC, por sua vez, analisou todas as propostas em conjunto com as novas demandas apresentadas pelas áreas de negócio.

Como resultado final, restaram consolidadas as informações contidas neste documento, as quais foram submetidas à Presidência.



DIAGNÓSTICO DA TIC

Avaliação da Situação Atual da TIC no âmbito do TRT12

Resumo

Este capítulo apresenta uma análise da situação atual da TIC no âmbito do TRT12, em relação ao contexto ao qual se insere, às perspectivas futuras, bem como dos resultados obtidos com o último ciclo de planeamento, de modo a identificar os pontos que precisam ser aprimorados no próximo ciclo de planeamento.

ORGANIZAÇÃO DA SETIC

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A ENTIC-JUD determina que os órgãos do Poder Judiciário constituam e mantenham estruturas para acomodar os macroprocessos e as funções que constam na Estratégia Nacional.

Como pode ser visto na Figura 1, a Tecnologia da Informação e Comunicação é liderada pela alta administração através da Presidência, da Direção-Geral e dos Comitês de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) e Gestor de Segurança da Informação (CGSI), todos com representação das principais áreas do Tribunal.

A gestão tática de Tecnologia da Informação e Comunicação é realizada pelo Diretor da SETIC e pelos Diretores dos Serviços a ela vinculados, por meio do Comitê de Gestão de TIC (CGesTIC). A gestão operacional é executada pelos Diretores de Serviço e seus Assistentes-Chefes de Setor. A descrição completa das competências e atribuições de cada área está contida no Regulamento Geral do Tribunal e no Manual de Organização, ambos publicados no Portal do TRT12.

De modo geral, a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação está preparada para atender integralmente aos macroprocessos definidos na ENTIC-JUD, com exceção da função de telecomunicação corporativa e o suporte a soluções de inteligência de negócios (*Business Intelligence – BI*) – ver Figura 1. Para resolver a deficiência, a SETIC protocolou pedido de criação dos setores representados pelas linhas pontilhadas, em trâmite no processo administrativo PROAD 2636/2016.

Estruturalmente, a Secretaria conta com cinco (5) Serviços, todos CJ1, que atuam em nível tático nos macroprocessos estabelecidos pela Resolução CNJ nº 211/2015. Cada serviço, por sua vez, estrutura-se em setores (FC4) e eventualmente em uma seção (FC5), que garantem a continuidade das atividades de nível operacional, relacionadas direta e indiretamente aos processos estabelecidos na Resolução CNJ nº 211/2015.

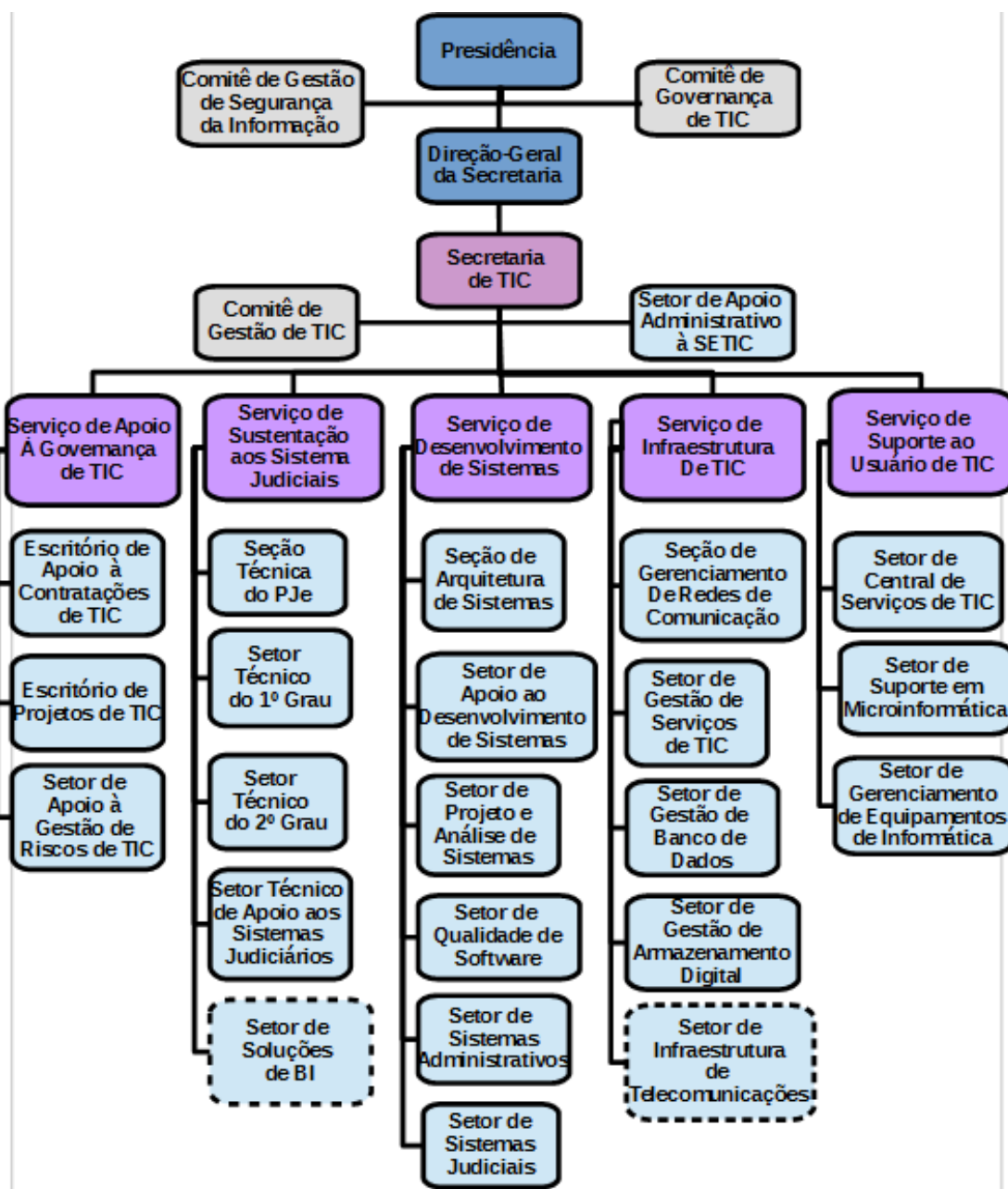


Figura 1 - Estrutura Atual da SETIC

Obs.: Os setores de “Soluções de BI” e “Soluções de Telecomunicações” não existem ainda na estrutura formal da SETIC/TRT12, mas já foram solicitados para viabilizar o atendimento integral à Resolução CNJ nº 211/2015. A administração do TRT12 está estudando a viabilidade de criação dos setores em reestruturação que está sendo estudada neste momento.

Ainda que se assemelhe à estruturas convencionais, a atual organização da SETIC busca inovar conceitos de gestão de TIC. Conhecendo o presente e observando a tendência futura de atuação das áreas de TIC no âmbito da Justiça do Trabalho, ela é a representação da busca pelo equilíbrio entre a importância da manutenção e sustentação dos sistemas de TIC e a anunciada premência de inovação - conceito preconizado na definição de TI Bimodal. Não por acaso, desenhou-se uma área de sustentação aos

sistemas judiciários e outra de desenvolvimento, representando os polos de sustentação e inovação, respectivamente. Este é notadamente o principal ponto de inovação desta estrutura que vem logrando sucesso nestes 3 anos de existência.

Observe-se, ademais, que a aparente limitação do escopo de atuação da unidade de sustentação, restrita aos sistemas judiciários, tem um único objetivo: priorizar a sustentação e a inovação, com equipe exclusiva e integralmente dedicada, dos sistemas finalísticos da Justiça do Trabalho. Altamente demandados pela alta administração e pelos órgãos superiores da Justiça, não à toa estes sistemas representam o mais evidente resultado do compromisso da Justiça do Trabalho com a sociedade.

Isso não significa que os sistemas administrativos sejam mantidos com menor zelo. Para estes, no entanto, os recursos de manutenção são compartilhados com projetos diversos de inovação. Na prática, as áreas de sustentação aos sistemas judiciários e a de desenvolvimento de sistemas atuam em novos projetos e na manutenção de sistemas, mas com foco, prioridades e metodologias distintas.

Embora sejam áreas suscetíveis de comparação, resulta que há fatores essencialmente contrastantes: a área de sustentação, por exemplo, despende cerca de 75% de toda sua energia na sustentação dos sistemas judiciários, incluindo o PJe e seus satélites e o Extrator de dados que alimenta o e-Gestão. Os outros 25% atuam em projetos relacionados a sistemas judiciários. Com foco inversamente proporcional, a área de desenvolvimento despende cerca de 75% de sua energia em projetos de inovação ou de melhorias em sistemas, enquanto os outros 25% são dedicados a sustentação de sistemas (operações diárias).

Ressalta-se, ainda, que estas equipes atuam em conjunto em projetos afetos à área judiciária, como no caso do GIGS2, módulo nacional satélite do PJe.

A figura abaixo ilustra a relação supra, evidenciando a existência de uma interseção desejável entre projetos e operações nas áreas:

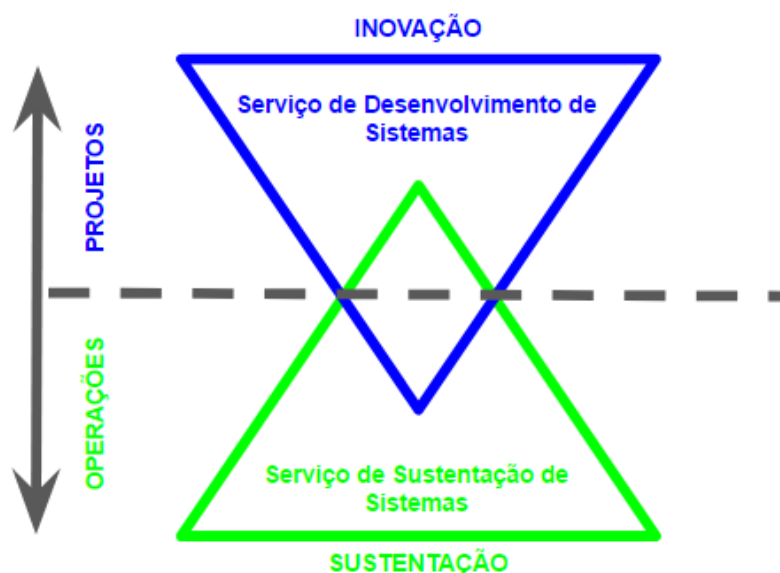


Figura 2 – Conceito de TI Bimodal no TRT12

Em relação às demais áreas vinculadas à SETIC, observa-se um modelo mais tradicional, razão pela qual não se faz necessário maior detalhamento quanto ao seu funcionamento. Contudo, é fundamental esclarecer que o conjunto das estruturas da SETIC foi concebido para uma visão diferente de gestão, onde as hierarquias visíveis são representações estruturais de um organograma que não definem nem explicam o seu funcionamento real. Sequer são limites funcionais.

Para um desenho que melhor apreenda o funcionamento da SETIC é preciso recorrer a uma representação diferente dos organogramas, como na figura abaixo:

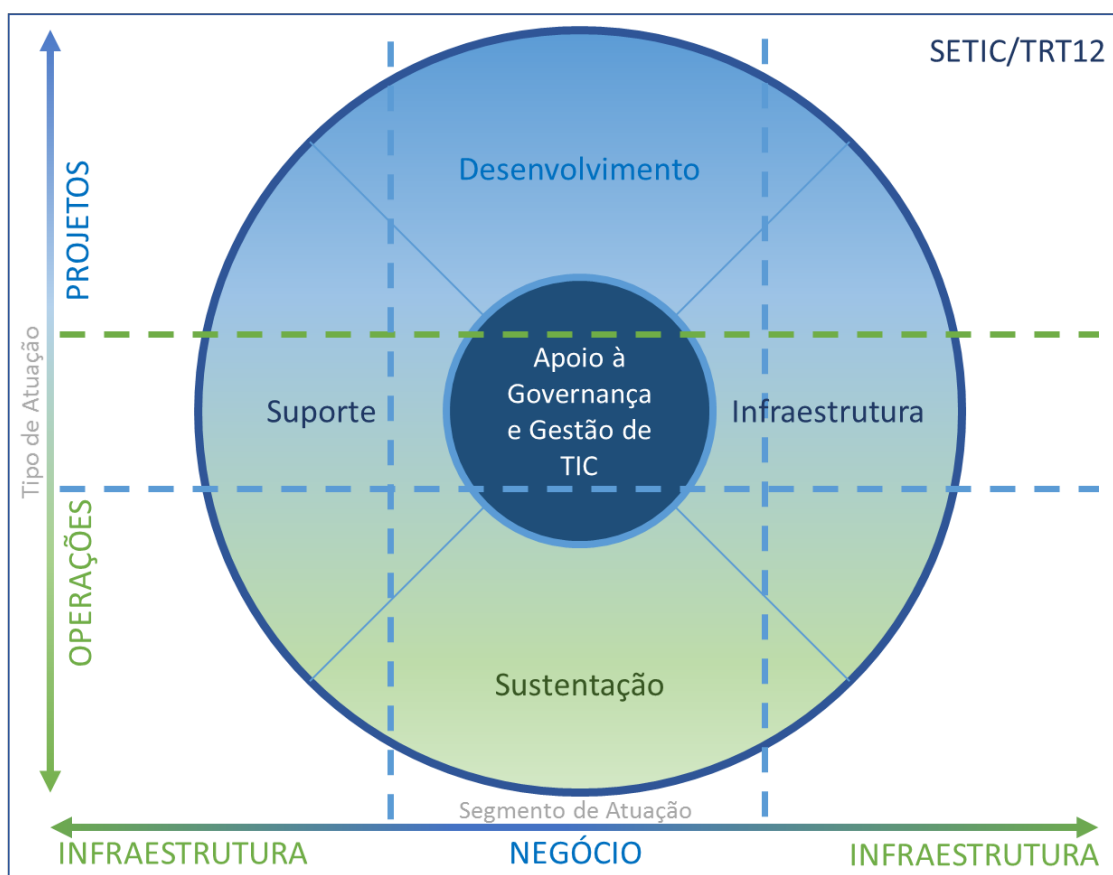


Figura 3 -Visão geral do conceito de TI Bimodal implantada na SETIC/TRT12

Pela Figura 3 percebe-se que não há interseção formal nem funcional entre as áreas - guardado o foco principal de cada uma delas, tanto o Desenvolvimento quanto a Sustentação configuram-se como polos de projetos e de operações, como preconizado no conceito de TI Bimodal. Como apoio fundamental e complementar de ambas, destacam-se as áreas de Suporte e Infraestrutura. Ainda contemplada no modelo, a área de apoio à governança e gestão de TIC funciona como eixo principal na condução dos projetos e ações de cada uma delas aos objetivos e metas estratégicas da TIC do TRT12.

QUADRO DE PESSOAL DE TIC

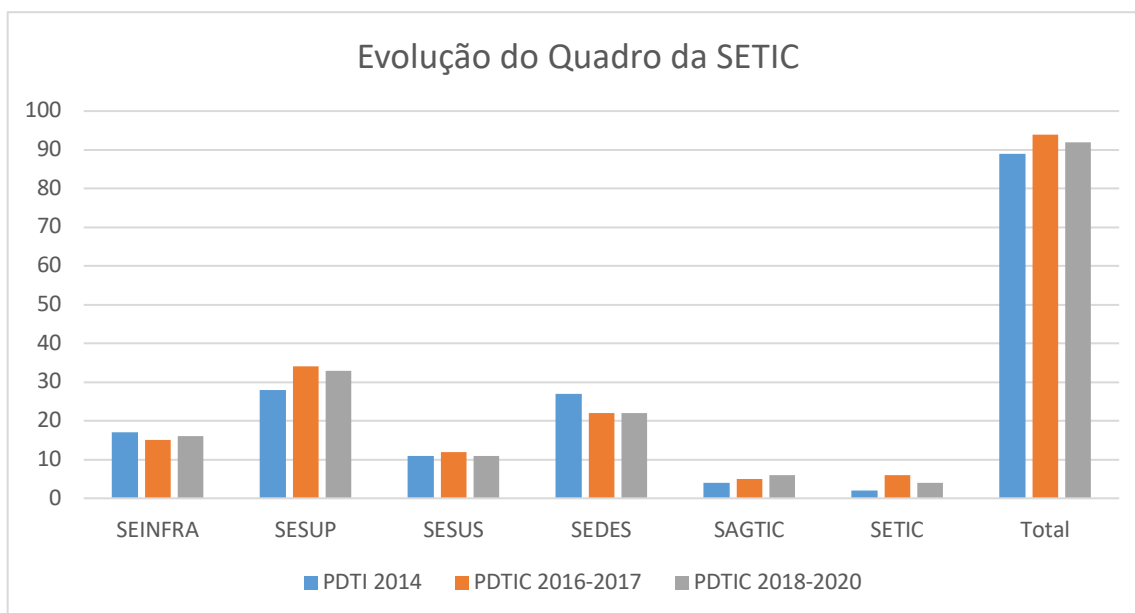
Atualmente o TRT12 possui 75 (setenta e cinco) cargos de TIC², todos preenchidos. Destes, 65 (sessenta e cinco) estão lotados nas áreas da SETIC, 3 (três) em outros Regionais e outros 7 (sete) em outras unidades do Tribunal.

² Servidores **ativos** com especialidade “Operador de Computadores”, “Tecnologia da Informação” ou “Informática”.

O número de servidores lotados nas unidades vinculadas à SETIC é atualmente de 76 (setenta e seis) servidores, sendo que 11 (onze) não possuem especialidade em TIC. Dentre estes, 73 são cargos do TRT12 e 3 são cargos de outros regionais. A força de trabalho de TIC ainda conta com 14 terceirizados que desempenham funções de suporte de TIC.

A evolução do quadro de pessoal da SETIC nos últimos ciclos de planejamento pode ser vista na tabela abaixo:

Áreas	PDTI 2014			PDTIC 2016-2017			PDTIC 2018-2020		
	Quadro	Terceirizados	Total	Quadro	Terceirizados	Total	Quadro	Terceirizados	Total
SEINFRA	17		17	15		15	16		16
SESUP	18	10	28	20	14	34	20	14	34
SESUS	10	1	11	12		12	11		11
SEDES	26	1	27	22		22	21		21
SAGTIC	4		4	5		5	6		6
SETIC	2		2	6		6	4		4
Total	77	12	89	80	14	94	78	14	92



Analisando o quadro da SETIC (78 servidores), temos que:

- 67 (sessenta e sete) servidores lotados na SETIC possuem especialidade em TIC (86%);
- 11 (onze) servidores não possuem especialidade em TIC (14%), sendo que:
- 5 (cinco) desempenham funções que exigem competências em tecnologia da informação e comunicação;
- 6 (seis) desempenham funções que exigem competências exclusivamente administrativas.

Ou seja, dos 78 (setenta e oito) servidores lotados na SETIC, 72 (setenta e dois) possuem competências em TIC (92%), sendo que:

- 6 (seis) ocupam cargos de direção e 21 (vinte e um) ocupam cargos de chefia, totalizando 27 servidores ocupando cargos gerenciais (37% dos técnicos de TIC);
- 46 (quarenta e seis) desempenham funções exclusivamente técnicas (63% dos técnicos de TIC).

À luz da Resolução CNJ nº 211/2015, o quadro de TIC apresenta-se aquém do mínimo necessário, estimado em 120 servidores, conforme cálculos abaixo:

Descrição	Valor
Terceirizados	215 ³
Magistrados, servidores, estagiários, comissionados, provisórios, removidos, inativos, pensionistas	2.680
TUInt (Total de Usuários Internos)	2.895
TUExt (Advogados + Procuradores)	55.920
TURTic (TUInt + (TUExt x 0,1))	8.487
Mínimo do Quadro de TIC - [(TURTic*0,65%)+65]	120
Mínimo com Terceirizados	185

Destaca-se que o atendimento ao quadro mínimo de TIC, conforme disposto na Resolução CNJ nº 211/2015, é meta nacional, definida pelo CSJT e desdobrada no

³ <http://www.trt12.jus.br/portal/areas/seest/extranet/estatistica/documentos/AnexoVIRes102-JAN01.xls>

Planejamento Estratégico de TIC de 2015-2020 do TR12. Os números apresentados atualmente demonstram o não atingimento da meta, senão vejamos:

	2016		2017		2020
Indicador	Meta	Valor	Meta	Valor	Meta
IE10.1 - ICEM - Índice de conformidade ao quadro mínimo de pessoal de Tecnologia da Informação e Comunicação	60%	57%	60%	54%	80%

A Resolução CNJ nº 211/2015 também estabelece que o quadro mínimo de TIC pode ser aumentado com base em estudos realizados por cada órgão. Neste sentido, o CGesTIC iniciou estudos para definição de critérios visando a realização de uma análise qualitativa do quadro de TIC. Contudo, durante os estudos tornou-se evidente a necessidade de estabelecimento dos níveis de serviço desejados e das regras de compensação e recompensa aos trabalhos extraordinários, uma vez que estas definições impactam diretamente no dimensionamento adequado do quadro de TIC.

Destaca-se que atualmente existe um grupo de trabalho estudando a regulamentação dos trabalhos extraordinários de TIC (plantão, sobrejornada e sobreaviso de TIC) - PROAD 227/2017 - e que uma proposta de definição dos níveis de serviço está sendo encaminhada para apreciação do Comitê de Governança de TIC.

GESTÃO DE PESSOAS NA TIC

Além de parâmetros para definição do quadro de TIC, a Resolução CNJ nº 211/2015 também estabelece diretrizes para gestão de pessoas.

Considerando a importância das tecnologias da informação e comunicação na viabilização da missão de cada órgão, a referida norma recomenda a criação de carreira especializada de TIC e sua organização de forma a proporcionar o crescimento profissional.

Recomenda ainda a criação de gratificação específica para a área de TIC, diferente daquela associada ao exercício de função gerencial de estrutura organizacional, associada a critérios e condições específicas para sua percepção, tais como: desempenho do servidor, grau de responsabilidade ou atribuição técnica específica e atividades em projetos de especial interesse para o órgão.

Referida norma também estabelece que o órgão deve planejar o desenvolvimento das competências gerenciais e técnicas dos servidores lotados na área de TIC, definindo planos anuais de capacitação de seus servidores.

Destaca-se que o TRT12 já dispõe de cargos com especialidade em TIC e que os planos anuais de capacitação vêm sendo seguidos desde 2016. As metas relacionadas às capacitações estão sendo superadas, conforme quadro abaixo:

	2016		2017		2020
Indicador	Meta	Valor	Meta	Valor	Meta
IE12.1 - ICG - Índice de Capacitação Gerencial	55%	77%	75%	100%	75%
IE12.2 - ICT - Índice de Capacitação Técnica	40%	55%	60%	100%	60%
IE12.3 - IEPC – Índice de Execução do Plano de Capacitação	50%	82%	55%	91%	70%

Em relação à organização da carreira dos cargos de TIC, de modo a proporcionar o crescimento profissional, não há política específica definida, aplicando-se, portanto, a regra geral de avaliação de desempenho para progressão funcional, aplicável a todos os cargos.

Quanto à criação de gratificação específica para os servidores lotados na área de TIC, o TRT12 encaminhou Ofício ao CSJT em 2016, questionando se aquele órgão encaminhará algum projeto de lei para criação desta gratificação, até o momento, porém, a consulta não foi respondida (PROAD 14312/2015).

PROCESSOS DE TRABALHO

O mercado de Tecnologia da Informação e Comunicação evoluiu com grande velocidade nas últimas décadas e, para manter o controle de suas operações, tornou-se necessário o estabelecimento de processos de trabalho.

Acompanhando esta tendência mundial, os órgãos de controle superiores, como o Tribunal de Contas da União, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, vêm estimulando os órgãos públicos a aperfeiçoarem os seus processos de TIC por meio da adoção de boas práticas mundialmente reconhecidas.

Nessa esteira, o CNJ definiu o macrodesafio de “Melhoria da infraestrutura e governança de TIC” visando estimular os órgãos ao uso racional dos instrumentos de Tecnologia da Informação e Comunicação. Como resultado, espera-se garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança da informação e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

Em decorrência, o CSJT definiu meta em seu Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação 2015-2020 vinculada ao Índice de Governança de TIC (iGovTI) obtida por meio dos Levantamentos de Governança de TIC realizados pelo TCU.

Esta meta, por sua vez, foi incorporada no Planejamento Estratégico de TIC do TRT12 e diversas ações voltadas à melhoria dos processos de trabalho foram definidas e estão sendo implementadas de modo a aprimorar a governança de TIC no TRT12.

De modo geral, tais melhorias estão sendo implementadas no âmbito do TRT12 por meio da definição de processos de trabalho com base nas boas práticas de mercado. A diretriz geral adotada pelo TRT12 é de estabelecer processos enxutos, controláveis e gerenciáveis que forneçam informações suficientes e confiáveis para a tomada de decisões.

Atualmente já estão sendo executados 30 processos de TIC, os quais atendem e ultrapassam o conjunto mínimo dos 19 processos estabelecidos no art. 12 da Resolução CNJ nº 211/2015. Este processos podem ser classificados segundo seu escopo de atuação, conforme segue:

- Planejamento e Monitoramento (P&M);
- Contratações (C);
- Desenvolvimento (D);
- Gestão de Serviços (GS);
- Riscos e Segurança da Informação (R&SI);

O rol de processos de TIC atualmente estabelecidos no TRT12 são:

Nome	Classe	Definido	Monitorado	Norma
Gestão do Plano Estratégico de TIC	P&M	Sim*	Sim	Resolução Administrativa 4/2016 (Pleno do Tribunal, 22 de fevereiro de 2016)
Gestão do Plano Diretor de TIC	P&M	Sim*	Sim	Portaria PRESI nº 57, de 11 de abril de 2016
Gestão orçamentária de TIC	P&M	Não	Sim	
Gestão do PCTIC	C	Sim*	Sim	Despacho Presidência, 30/11/2017 (PROAD 12585/2017 Doc3)
Planejamento de contratações de TIC (CNJ 182/2013)	C	Sim	Sim	Portaria PRESI n.106, de 09 de junho de 2016
Gestão e fiscalização de contratos	C	Não	Não	
Gestão do Portfólio de TIC	P&M	Não	Sim	
Gerenciamento de projetos;	P&M	Sim	Sim	Portaria PRESI nº 118, de 5 de julho de 2016
Gestão do Plano Anual de Capacitação de TIC	P&M	Sim*	Sim	Despacho Presidência, 25/04/2017 (PROAD 1441/2017 Doc9)
Recuperação de desastres	R&SI	Sim	Sim	Portaria PRESI n.º 183, de 20 de setembro de 2016
Administração de crises	R&SI	Sim	Sim	Portaria PRESI n.º 183, de 20 de setembro de 2016
Gestão de incidentes de Segurança de TIC	R&SI	Sim	Sim	Portaria PRESI n.º 183, de 20 de setembro de 2016
Gestão de riscos de Segurança da Informação;	R&SI	Sim	Sim	Ato SEAP 73/2016, de 9 de junho de 2016
Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas	D	Sim	Sim	Portaria PRESI nº 119, de 5 de julho de 2016
Gerenciamento do Catálogo de Serviços de TIC	GS	Sim	Sim	Portaria PRESI nº 123, de 7 de julho de 2016
Cumprimento de Requisição de TIC	GS	Sim	Sim	Portaria PRESI nº 123, de 7 de julho de 2016
Gerenciamento de Incidentes de TIC	GS	Sim	Sim	Portaria PRESI nº 123, de 7 de julho de 2016
Gestão de Ativos de TIC	GS	Sim	Sim	Portaria PRESI Nº 182, de 19 de setembro de 2016
Função Central de Serviços de TIC	GS	Sim	Sim	Portaria PRESI nº 123, de 7 de julho de 2016
Gerenciamento de Mudança de TIC	GS	Sim	Sim	Portaria PRESI nº 123, de 7 de julho de 2016
Gerenciamento de Liberação e Implementação de TIC	GS	Sim	Sim	Portaria PRESI nº 123, de 7 de julho de 2016
Gerenciamento de Problemas de TIC	GS	Sim	Não	Portaria PRESI nº 123, de 7 de julho de 2016
Gerenciamento de Acordos de Nível de Serviço de TIC	GS	Sim	Sim	Portaria PRESI nº 123, de 7 de julho de 2016
Gerenciamento de Configuração e Ativos de Serviço de TIC	GS	Sim	Não	Portaria PRESI nº 123, de 7 de julho de 2016
Gestão de acesso	R&SI	Não	Não	-----
Gestão de disponibilidade	GS	Não	Sim	-----
Gestão de capacidade	GS	Não	Sim	-----
Gerenciamento de Backup	R&SI	Não	Sim	-----
Gestão de Solicitações de Soluções de TIC	P&M	Não	Não	-----
Gestão de competências	P&M	Sim	Sim	Portaria PRESI nº 161/2014

Os bons processos de trabalho são definidos, normatizados, monitorados com base em metas e periodicamente revisados visando melhoria contínua. Para isso é necessário conceituar, definir e instituir os papéis-padrão que atuam nestes processos, como gerente, dono, comitê deliberativo e autoridade normatizadora, de modo que as responsabilidades fiquem claras e o gerenciamento dos processos seja efetivamente executado. Nem todos os processos relacionados acima atendem integralmente a estes requisitos, havendo, portanto, necessidade de se realizar alguns ajustes.

Contudo, apesar de todas suas vantagens, o estabelecimento e manutenção dos processos de TIC exigem esforço adicional voltados ao gerenciamento. Por este motivo, nem todos os processos de TIC devem receber o mesmo rigor de tratamento, devendo a instituição concentrar esforços naqueles mais importantes e nos que apresentam deficiências significativas. Ainda, mesmo nos processos formalizados, o trabalho de gerenciamento deve ser restrito ao imprescindível e, preferencialmente, suportado minimamente por soluções que automatizem tarefas para não prejudicar o objetivo fim do processo.

Desta forma, considerando que os principais processos de TIC já estão sendo executados, a prioridade de momento não é a adoção de novos processos, e sim corrigir deficiências, aprofundar a cultura de trabalho em processos, melhorar o suporte de automação e otimizar os processos já executados.

SITUAÇÃO ATUAL DA TIC

SOLUÇÕES E SERVIÇOS

A função da Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal é prover e manter serviços e sistemas de informação e de comunicação a usuários internos e externos, conforme consta na missão do Plano Estratégico de TIC 2015-2020:

“Prover e manter serviços e soluções efetivos de Tecnologia da Informação e Comunicação que viabilizem e priorizem o cumprimento da função institucional da Justiça do Trabalho”.

Os serviços de TIC oferecidos pelo Tribunal são organizados em um Catálogo de Serviços de TIC, junto com suas respectivas ofertas de serviço. Para cada serviço oferecido é estabelecido um Acordo de Nível de Serviço (ANS) que descreve suas metas de atendimento. Estes acordos são monitorados e acompanhados mensalmente para fins de verificação de seu cumprimento.

A política geral do TRT12 em relação aos sistemas e serviços de infraestrutura de TIC oferecidos é mantê-los disponíveis ao seu público em regime 24x7 (24 horas por dia, 7 dias por semana, todos os dias do ano). Ainda que não instituídos formalmente, esta política tem sido monitorada por meio de indicadores de indisponibilidade dos principais serviços.

CATÁLOGO DE SERVIÇOS

Atualmente o TRT12 possui catalogados 146 sistemas e serviços de TIC, os quais se desdobram em 663 ofertas de serviço. Isso significa que a área de TIC do TRT12 oferece e suporta 663 tipos de serviços diferentes aos seus usuários internos e externos. O quadro abaixo resume os quantitativos de sistemas e serviços com suas respectivas ofertas, agrupados por categorias:

AGRUPAMENTO	Serviços	Ofertas
Conectividade	6	31
Convênios	10	30
Equipamentos	13	83
Gerenciamento de Certificados	1	6
Portais Institucionais	9	20
Programas	26	126
Serviços de Rede e Infraestrutura	4	18
Sessões, Audiências e Eventos	5	15
Sistemas Administrativos	29	112
Sistemas Judiciários	43	222
Total	146	663

NÍVEIS DE SERVIÇO

Os seguintes níveis de serviço estão estabelecidos no âmbito do TRT12:

ANS por Tipo de Chamado	Criticidade	Resposta (horas)	Solução (horas)	Meta de Atendimento (%)	Dias
Requisição de Serviço (Padrão)	Emergencial	0,5	12	80	1
	Crítico	1	18		1,5
	Alto	4	24		2
	Normal	12	60		5
	Baixo	24	96		8
Requisição de Serviço (Foros Distantes)	Emergencial	0,5	24	80	2
	Crítico	1	30		2,5
	Alto	4	36		3
	Normal	12	72		6
	Baixo	24	108		9
Incidente (Padrão)	Emergencial	0,5	2	80	0,17
	Crítico	1	8		0,67
	Alto	4	20		1,67
	Normal	12	48		4
	Baixo	24	108		9

Exemplo: O nível de serviço para incidentes críticos é atendido se, no mínimo, 80% dos chamados deste tipo tem a primeira resposta da SETIC em no máximo 60 minutos e a solução não ultrapassa 480 minutos, ou seja, 8 horas.

Considerações:

- ANSs são computados apenas em dias úteis, com dia de 12h;
- ANSs de incidentes não sofrem distinção para foros distantes.

A classificação da criticidade dos chamados obedece aos seguintes critérios:

Criticidade	Quando aplicar
Baixo	Manutenções Preventivas para serviços consolidados/estáveis (fim do ciclo de vida) Sugestões de Melhorias para serviços consolidados/estáveis (fim do ciclo de vida)
Normal	Manutenções Preventivas para serviços de pleno uso (meio do ciclo de vida) Sugestões de Melhorias para serviços de pleno uso (meio do ciclo de vida) Configurações prévias em aplicações ou equipamentos Requisições de serviço ou Incidentes gerais
Alto	Requisições de serviço ou Incidentes em serviços finalísticos
Crítico	Requisições de serviço ou Incidentes em serviços finalísticos que determina prazos ou consultas (DOE, DEJT, Consulta de Jurisprudência ou Processual, Certidões) Indisponibilidades de maior abrangência (Gabinete Virtual, internet/intranet/ correio eletrônico/...)

Os níveis de serviços são monitorados e acompanhados diariamente pelas equipes técnicas da SETIC, tendo, inclusive, indicadores estratégicos para seu acompanhamento e metas definidas para seu cumprimento.

O quadro abaixo demonstra que desde 2016 as metas vinculadas ao atendimento dos níveis de serviço estabelecidos estão sendo atingidas:

Indicador	2016		2017		2020
	Meta	Valor	Meta	Valor	Meta
IE2.2 – ISI - Índice de solução dos incidentes ocorridos no sistema PJe resolvidos no prazo (ANSs)	72%	85%	74%	79%	80%
Atendimento de Acordos de Nível de Serviço (para toda oferta de serviço)	80%	89%	80%	87%	80%

DISPONIBILIDADE DOS SERVIÇOS

Apesar da disponibilidade dos principais serviços estar sendo monitorada diariamente pela SETIC, ainda não existe uma definição formal dos níveis mínimos de disponibilidade para cada serviço, com exceção do PJe, cuja definição foi feita no Planejamento Estratégico de TIC 2015-2020 do CSJT – Resolução CSJT nº 158/2015.

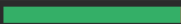
Os indicadores e metas definidos na referida norma foram incorporados no Planejamento Estratégico de TIC do TRT12, e estão atualmente definidos da seguinte forma:

Indicador	Meta					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
IE8.1 - INPJE¹ - Índice de Indisponibilidade Não-Programada do PJe	3%	2%	1%	0,7%	0,6%	0,5%
IE8.2 - IPJE¹ - Índice de Indisponibilidade Programada do PJe	6%	6%	5%	4%	3%	3%

Contudo, apesar de definidos os indicadores e as metas, a forma de cálculo dos indicadores não foi estabelecida pelo CSJT, fato que inviabiliza sua aferição de forma padronizada e precisa em âmbito nacional, de modo que represente medida comum para todos os órgãos da JT.

Não obstante, enquanto restam indefinições pelo CSJT, as áreas técnicas da SETIC elaboraram uma proposta inicial para cálculo deste indicador, a qual já está sendo aplicada, monitorada e avaliada pelo Comitê de Gestão de TIC (CGeTIC) para posterior encaminhamento ao Comitê de Governança de TIC (CGTIC).

Em relação aos demais serviços de TIC, a SETIC mantém monitoramento diário da disponibilidade de cada um deles utilizando critérios padrões e comuns a todos.

Serviços	Status	Razão	Tempo com incidente	SLA / SLA Aceitável
raiz				
▶ LINKS - Acesso à Internet	OK		 0.0164	99.9836 / 98.0000
▶ Roteadores Interior	OK		 0.7064	99.2936 / 98.0000
▶ Links - Grande Florianópolis				
▶ PROAD	OK		 0.0106	99.9894 / 99.9000
▶ Banco de dados	OK		 0.0000	100.0000 / 99.0000
▼ PJe				
▶ Interno	OK		 0.0171	99.9829 / 99.0000
▶ Externo	OK		 0.3404	99.6596 / 99.0000
▶ Consulta Processual	OK		 0.0000	100.0000 / 99.0000
GIGS2	OK			
GIGs - GIGS Página Inicial	OK		 0.0754	99.9246 / 99.0000

Como pode ser visto na imagem acima⁴, a disponibilidade dos principais sistemas e serviços de TIC superou 99% em um período de 01 ano, ou seja, a indisponibilidade é inferior a 1%.

Já os índices de disponibilidade do PJe, segundo o cálculo padrão, apontam para uma disponibilidade de 99,98% para o público interno e 99,65% para o público externo. Ambos superam as metas estabelecidas para 2020 no PETIC – máximo de 0,5% de indisponibilidades não-programadas (disponibilidade de 99,5%).

INFRAESTRUTURA DE TIC

É sabido que as áreas de Tecnologia são atualmente estratégicas dentro das organizações, uma vez que são instrumentos fundamentais para alavancar a produtividade, a celeridade e a organização das informações dos órgãos que representam.

No caso do Judiciário Trabalhista, com o advento do Processo Eletrônico, atividades, tarefas e processos têm sido automatizados visando uma melhor prestação jurisdicional. Atualmente, já não é mais possível dissociar a adequada prestação jurisdicional do desempenho e efetividade das soluções de TIC.

Com efeito, a guarda dos processos físicos, que era de responsabilidade das unidades judiciárias, passou a ser das áreas de TIC. Hoje, todas as informações processuais e

⁴ Informação retirada do sistema Zabbix, em 11-01-2018, referente aos últimos 365 dias.

administrativas do TRT12 são armazenadas e processadas de maneira centralizada em equipamentos instalados nos *datacenters* do TRT12.

Frente ao volume e à criticidade das informações armazenadas, a SETIC mantém uma infraestrutura computacional redundante, composta por dois *datacenters*, estando 1 (um) instalado na sala-cofre no Prédio Sede (*Datacenter* Principal) e outro instalado no Fórum Trabalhista de Florianópolis (*Datacenter* Auxiliar).

Os dois operam em sincronia de modo que na ocorrência de falha verificada em um deles, o outro passa a assumir automaticamente todas as transações computacionais, minimizando impactos na prestação jurisdicional e no funcionamento administrativo do TRT12.

A sincronia entre os *datacenters* é viabilizada por meio de conexão de circuitos redundantes de fibras-ópticas, instalada em caminhos (ruas) diferentes. Esta estratégia garante que o rompimento de qualquer uma das fibras-ópticas não impacte na comunicação entre eles.

Nestes *datacenters* estão instalados cerca de 210 equipamentos servidores de processamento e de armazenamento de informações, os quais se conectam com a rede mundial de computadores (Internet) por meio de 2 links de 100Mbps de operadoras diferentes também operando de modo redundante.

Já a conexão entre todas as unidades do TRT12 (interior e capital) é realizada por meio de 47 links de dados. Este parque de conectividade despense uma operação realizada por ~~4~~ (quatro)⁵ fornecedores diferentes, conforme tabela abaixo:

Unidade	Tipo conexão	Empresa	Velocidade do Link (Mbps)	Tipo de Link
Almoxarifado	MAN	CIASC	100	Fibra
Florianópolis Fórum (Datacenter Secundário) - Conc. ALT	MAN	ALT	200	Fibra
Florianópolis Fórum (Datacenter Secundário) - Conc. CIASC	MAN	CIASC	1000	Fibra
Florianópolis SEDE (Sala-Cofre) - Conc. ALT	MAN	ALT	200	Fibra
Florianópolis SEDE (Sala-Cofre) - Conc. CIASC	MAN	CIASC	1000	Fibra

⁵ Está em andamento projeto de instalação de novos links de dados. Até o final de 2018 estima-se os 46 links serão fornecidos por apenas 2 (duas) empresas: CIASC e Acesso On Line.

Unidade	Tipo conexão	Empresa	Velocidade do Link (Mbps)	Tipo de Link
Florianópolis SEDE (Sala-Cofre) - Conc. OI	MAN	OI	100	Fibra
Florianópolis SEDE (Sala-Cofre) - Conc. WIKITEL	MAN	WIKITEL	600	Fibra
Florianópolis SEDE (Sala-Cofre) - INTERNET	Internet	Algar	100	Fibra
Florianópolis SEDE (Datacenter Secundário) - INTERNET	Internet	TPA	100	Fibra
Florianópolis Interligação Ethernet entre Data Center Principal e Secundário para Servidores, CANAL 1	MAN	TRT12	10000	Fibra
Florianópolis Interligação Ethernet entre Data Center Principal e Secundário para Servidores, CANAL 2	MAN	TRT12	10000	Fibra
Florianópolis Interligação SAN entre Data Center Principal e Secundário para Servidores, CANAL 1	MAN	TRT12	8000	Fibra
Florianópolis Interligação SAN entre Data Center Principal e Secundário para Servidores, CANAL 2	MAN	TRT12	8000	Fibra
Florianópolis Interligação entre Data Center e Foro da Capital, CANAL 1	MAN	TRT12	2000	Fibra
Florianópolis Interligação entre Data Center e Foro da Capital, CANAL 2	MAN	TRT12	2000	Fibra
Palhoça	MAN	CIASC	100	Fibra
Florianópolis, interligação com prédio dos Gabinetes de desembargadores (Rio Branco)	MAN	WIKITEL	100	Fibra
Florianópolis, interligação com prédio dos Gabinetes de desembargadores (Rio Branco)	MAN	TRT12	100	Rádio
São José	MAN	CIASC	100	Fibra
SEDIG	MAN	CIASC	100	Fibra
Araranguá	WAN	ALT	10	Fibra
Balneário Camboriú	WAN	ALT	10	Fibra
Blumenau (1ª, 3ª e 4ª VTs)	WAN	CIASC	100	Fibra
Blumenau (2ª VT)	MAN	TRT12	100	Rádio
Brusque	WAN	ALT	10	Fibra
Caçador	WAN	CIASC	100	Fibra
Canoinhas	WAN	CIASC	100	Fibra
Chapecó (1ª e 2ª VTs)	WAN	CIASC	100	Fibra
Chapecó (3ª e 4ª VTs)	MAN	TRT12	100	Rádio
Concórdia	WAN	ALT	10	Fibra
Criciúma	WAN	CIASC	100	Fibra
Curitibanos	WAN	OI	4	Fibra
Fraiburgo	WAN	ALT	10	Fibra
Imbituba	WAN	ALT	10	Fibra
Indaial	WAN	ALT	10	Fibra
Itajaí	WAN	CIASC	100	Fibra

Unidade	Tipo conexão	Empresa	Velocidade do Link (Mbps)	Tipo de Link
Jaraguá do Sul	WAN	CIASC	100	Fibra
Joaçaba	WAN	OI	4	Fibra
Joinville	WAN	CIASC	100	Fibra
Lages	WAN	CIASC	100	Fibra
Mafra	WAN	CIASC	100	Fibra
Navegantes	WAN	ALT	10	Fibra
Rio do Sul	WAN	OI	6	Fibra
São Bento do Sul	WAN	ALT	10	Fibra
São Miguel D'Oeste	WAN	ALT	10	Fibra
Timbó	WAN	ALT	10	Fibra
Tubarão	WAN	CIASC	100	Fibra
Videira	WAN	CIASC	100	Fibra
Xanxerê	WAN	CIASC	100	Fibra

Para que magistrados e servidores utilizem os serviços de TIC oferecidos pelo Tribunal, são mantidos cerca de 3.600 equipamentos de microinformática (microcomputadores, impressoras, multifuncionais, scanners e notebooks) interligados aos links de dados por meio de aproximadamente 370 equipamentos de conectividade de rede, dentre switches de distribuição e de borda, bem como equipamentos de internet sem fio.

De modo geral, os principais itens da infraestrutura de TIC do TRT12 podem ser resumidos conforme a tabela a seguir:

Quantidade	Descrição	Local	Observações	Necessidades
1	sala-cofre	Prédio SEDE	Espaço com 26m² de área útil construído aderente à norma NBR 15246, com tecnologias que conferem proteção contra catástrofes e intempéries, garantindo segurança aos equipamentos de TIC e informação que suportam a prestação jurisdicional.	Em 2019 - Necessidade de prorrogar ou relatar contrato de manutenção preventiva e corretiva de modo a garantir a conformidade com a norma brasileira e assegurar a integridade dos equipamentos que ficam instalados dentro da Sala.
3 totalizando 400 TB líquidos	storage (armazenamento de dados)	Datacenter Principal	1 x Storage IBM STORWISE V5000 com capacidade de 120 TB líquidos, garantia até fevereiro de 2018 (Banco de Dados Oracle e PostgreSQL); 1 x Storage IBM STORWISE V5000 com capacidade de 120 TB líquidos, garantia até fevereiro de 2018 (servidores de aplicação dos sistemas de TIC e áreas de rede das unidades); 1 x Storage IBM STORWISE V5000 com capacidade de 160 TB líquidos, garantia até fevereiro de 2018 (servidores de aplicação dos sistemas de TIC e áreas de rede das unidades);	Em 2018 - Vence garantia dos equipamentos IBM. Necessidade de contratar serviço de suporte. Em 2019 - Necessidade de ampliação da capacidade do conjunto em, no mínimo, 60 TB líquidos com discos SSD (mais velozes), de modo a mitigar o risco de parada de funcionamento dos sistemas (PJe) por ausência de espaço de armazenamento de documentos eletrônicos.
2 totalizando 180 TB líquidos	storage (armazenamento de dados)	Datacenter Auxiliar	1 x Storage HP EVA 6550 com capacidade de 60 TB líquidos e garantia até agosto de 2019 (Backup Restore e áreas de disco para armazenamento de dados em rede) 1 x Storage IBM STORWISE V5000 com capacidade de 120 TB líquidos, garantia até abril de 2018 (Banco de Dados Oracle e PostgreSQL);	Em 2018 - Vence garantia dos equipamentos IBM. Necessidade de contratar serviço de suporte. Em 2019 - Necessidade de ampliação da capacidade do conjunto em, no mínimo, 60 TB líquidos com discos SSD (mais velozes), de modo a mitigar o risco de parada de funcionamento dos sistemas (PJe) por ausência de espaço de armazenamento de documentos eletrônicos.
1 chassi, com 11 lâminas, 29 processadores	blades (processamento de dados)	Datacenter Principal	1 Chassi M1000e com 11 lâminas 3 x PowerEdge M610 com 1 x Intel(R) Xeon(R) CPU E5620 @ 2.40GHz e 48G (Banco Oracle); 2 x PowerEdge M610 com 2 x Intel(R) Xeon(R) CPU X5690 @ 3.47GHz e 96G (Servidores de Aplicação); 1 x PowerEdge M610 com 2 x Intel(R) Xeon(R) CPU X5690 @ 3.47GHz e 64G (Servidores de Aplicação); 1 x PowerEdge M820 com 4 x Intel(R) Xeon(R) CPU E5-4650 v2 @ 2.40GHz e 768G (Banco PostgreSQL); 1 x PowerEdge M830 com 4 x Intel(R) Xeon(R) CPU E5-4620 v3 @ 2.00GHz e 512G (Servidores de Aplicação); 3 x PowerEdge M915 com 4 x AMD Opteron(tm) Processor 6282 SE e 256G (Servidores de Aplicação)] Garantia dos Chassis, lâminas e demais componentes até 31/12/2018, conforme contrato 5277/2016	Em 2018 - A garantia do equipamento vence em 31/12/2018. Necessidade de contratar serviço de suporte (para 2019) ou aquisição de novo equipamento. Não há previsão de necessidade de ampliação capacidade.

Quantidade	Descrição	Local	Observações	Necessidades
1 chassi, com 8 lâminas, 23 processadores	blades (processamento de dados)	Datacenter Auxiliar	1 Chassi M1000e com 8 lâminas 1 x PowerEdge M610 com 1 x Intel(R) Xeon(R) CPU E5620 @ 2.40GHz e 48G (Banco Oracle); 3 x PowerEdge M610 com 2 x Intel(R) Xeon(R) CPU X5690 @ 3.47GHz e 96G (Servidores de Aplicação); 1 x PowerEdge M820 com 4 x Intel(R) Xeon(R) CPU E5-4650 v2 @ 2.40GHz e 768G (Banco PostgreSQL); 1 x PowerEdge M830 com 4 x Intel(R) Xeon(R) CPU E5-4620 v3 @ 2.00GHz e 512G (Servidores de Aplicação); 2 x PowerEdge M915 com 4 x AMD Opteron(tm) Processor 6282 SE e 256G (Servidores de Aplicação)] Garantia dos Chassis, lâminas e demais componentes até 31/12/2018, conforme contrato 5277/2016	Em 2018 - A garantia do equipamento vence em 31/12/2018. Necessidade de contratar serviço de suporte (para 2019) ou aquisição de novo equipamento. Não há previsão de necessidade de ampliação capacidade.
2 (redundantes)	Firewall	Datacenter Principal e Datacenter Auxiliar	2x Firewall CISCO ASA 5585 com garantia até Outubro de 2018	Em 2018: Substituição dos equipamentos atuais necessária por descontinuidade do suporte pelo fabricante. Licitação na fase de homologação com previsão de contratação para junho, PROAD 5672/2016
2 (redundantes)	Robôs de backup	Datacenter; unidades descentralizadas	1 x Library Scalar i500 com 5 drives LTO 5 e 400 Slots (Backup primário / Sala Cofre), com garantia expirada. 1 x Library Scalar i500 com 4 drives LTO 6 e 133 Slots (Backup secundário / Datacenter Auxiliar), com garantia até março de 2019.	Em 2018: Atualização da library primária, com a aquisição de drives LTO 7 e renovação da garantia ou aquisição de nova library. Em 2019: Extensão da garantia da library secundária, com possível atualização dos drives para LTO 7. As ações se fazem necessária para absorver a demanda de mais espaço em backup e garantir o correto funcionamento das mídias dentro de sua vida útil.

Quantidade	Descrição	Local	Observações	Necessidades
29	Equipamentos servidores instalados em unidades descentralizadas	Unidades judiciárias de Araranguá, Balneário Camboriú, Blumenau, Brusque, Caçador, Canoinhas, Concórdia, Criciúma, Curitiba, Fraiburgo, Imbituba, Indaial, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Mafra, Rio do Sul, São Bento do Sul, São Miguel do Oeste, Timbó, Tubarão e Videira.	10 x equipamentos servidores Dell PowerEdge R720 com 10 x mini robôs de backup modelo PowerVault 124T e 18 x equipamentos servidores HP Proliant DL385P-G8 com 16 mini robôs de backup HP Ultrium 3000 instalados nas unidades descentralizadas do Tribunal	Remover servidores de rede do interior. Projeto PROAD 10570/2017
1	Switch core (conexão dos equipamentos da sala-cofre)	Datacenter Principal	1 x CISCO Catalyst 6513-E (Core da Rede na Sala-Cofre)	Atualização do equipamento e contratação de suporte desejável para 2018, imprescindível para 2019. Contratação Nacional em andamento, com previsão de concluir até dezembro de 2018, gerenciada pelo TRT8.

Quantidade	Descrição	Local	Observações	Necessidades
10	Switches de distribuição e de borda	Datacenter Principal; Datacenter Auxiliar Prédio Sede; Prédio Administrativo; Prédio SAÚDE e SECOM e Secundário	2 x CISCO WS-C3750G-48TS (Concentrador de Rede no datacenter Auxiliar e distribuição de rede no foro da Capital); 2 x CISCO WS-C2960S-24TS-L (Distribuição de rede no prédio SEDE); 2 x CISCO WS-C2960S-24TS-L (Distribuição de rede no prédio Administrativo); 2 x CISCO WS-C2960S-24TS-L (Distribuição de rede no prédio SAÚDE e SECOM) 2 x Extreme 800537-00-04 1420N-40123 (Distribuição de rede no prédio dos Gabinetes).	Todos funcionam com redundância mas estão fora de garantia e em uso ininterrupto por mais de 5 anos. Recomenda-se atualização e manutenção dos equipamentos sem garantia sob risco de parada da rede lógica em áreas estratégicas do Tribunal.
2 (redundantes)	links internet	datacenter Principal; Datacenter Auxiliar	Internet: 100Mbps – Datacenter principal (Algar) 100Mbps – Datacenter secundário (TPA)	Contrato TPA encerra 14/12/2019 (PROAD 3865/2017) Contrato Algar encerra 16/04/2020 (PROAD 5135/2017)
2 (redundantes)	links entre o datacenter principal e o secundário	1 pela Esteves Júnior e 1 pela Bezerra da Trindade	2 x 10.000 próprio de fibra ótica	Sem necessidade de contratação por ser próprio. Capacidade adequada até 2020.
6	links entre os datacenter e os provedores	de acordo com tabela de links	2 x 10.000 Mbps para CIASC (uma no datacenter primário e outra no secundário) - 2 x 200 Mbps para ATL (uma no datacenter primário e outra no secundário) - 1 x 100 Mbps para Oi (previsão de encerramento sem substituição próxima) 1 x 600 Mbps para Wikitel (previsão de encerramento sem substituição próxima)	Em 2019 - CIASC - contrato vence em FEV/2020 - 2 linhas (PROAD 5907/2017) Em 2018 - ATL - contrato vence em 03/10/2018- 2 linhas (PROAD 5910/2017) Capacidade adequada até 2020
39	links para as unidades descentralizadas	de acordo com tabela de links	2 de 4 Mbps 1 de 6 Mbps 11 de 10 Mbps	Em 2019 10 links com unidades precisam ter seu contrato prorrogado (vigência da contratação de 2017). Em 2018 - ATL - contrato (12 meses) vence em 03/10/2018 - 13 linhas (PROAD 5910/2017) Em 2019 (para 2020) - CIASC - contrato (30 meses) vence em FEV/2020 - 23 linhas (PROAD 5907/2017) 6 links próprios não precisam de contratação Capacidade adequada até 2020

Quantidade	Descrição	Local	Observações	Necessidades
1	VMWare	Datacenter Principal; Datacenter Auxiliar	1 x Licença vCenter Server Standard;	A licença é necessária para consolidar o gerenciamento de todas as máquinas com solução VMWare em interface única de gerenciamento. Fundamental para funcionamento da redundância do funcionamento dos sistemas com uso de dois datacenters. Atualmente a licença encontra-se vencida mas com previsão de extensão de suporte à ser adquirido, em 2018, por meio de processo de compra nacional.
40	VMWare	Datacenter Principal; Datacenter Auxiliar	40 x Licenças vSphere Enterprise Plus;	Licenças necessárias para manter o suporte ao PJe conforme Guia de Infraestrutura recomendada e Ato Conjunto CSJT.TST nº 25/2017; 10 licenças vSphere irão vencer em dezembro de 2018, 14 vencerão em 2019. As outras 26 encontram-se vencidas mas com previsão de aquisição da extensão do suporte, em 2018, por meio de processo nacional.
1	VMWare	Datacenter Principal; Datacenter Auxiliar	1 x Licença vRealize Op. Advanced	A licença vencerá em 2018 e é necessária para obter as estatísticas de uso de processamento e memória do Cluster VMware de maneira consolidada. Permitindo monitorar o ambiente e verificar se está de acordo com as exigências da resolução CNJ 211/2015.
99	Pontos de acesso para rede sem fio (Access Points)		Equipamentos para promover conexão de equipamentos móveis em redes sem fio controlados pelo sistema centralizado. Todos compatíveis com a controladora CISCO 5508.	Há também necessidade de aumentar a cobertura WiFi nas unidades por meio de compra de mais licenças da controladora em 2018.
27	servidores locais	nas unidades	31 equipamentos instalados em 27 unidades, um no Datacenter Principal e outro no Datacenter Secundário. Os dois equipamentos instalados nos Datacenters fazem gerência dos robôs de backup.	Em 2018 - 50 pontos de acesso deixarão de ser suportados pela controladora o que implicará na necessidade de sua substituição. Também serão necessários mais 25 pontos de acesso para ampliar a cobertura em 2018 ou 2019.
455	impressoras	nas unidades	equipamentos em uso nas unidades do Tribunal	Em 2018: 87 impressoras. Atualização do parque. Em 2019: 155 impressoras. Atualização do parque.
227	multifuncionais	nas unidades	equipamentos em uso nas unidades do Tribunal	Em 2018: 23 multifuncionais. Atualização do parque. Em 2019: 55 multifuncionais. Atualização do parque.
192	digitalizadores (scanners)	nas unidades	equipamentos em uso nas unidades do Tribunal	Em 2019: 60 scanners de mesa. Atualização do parque.

Quantidade	Descrição	Local	Observações	Necessidades
3124	estações de trabalho de mesa (desktop)	nas unidades	equipamentos em uso nas unidades do Tribunal. Os 3124 incluem alguns equipamentos usados em estoque	Em 2018: Atualização de 750 equipamentos do parque. Já foram adquiridos 121 em 2017, restando 629 para 2018. Em 2019: Atualização de 750 equipamentos do parque ----- Para atendimento das salas de conciliação é necessário avaliação da necessidade de : - estações de trabalho (a ser atendida através da alocação de unidades existentes e/ou necessidade de ampliação do parque) - acessórios para suporte a videoconferência (suporte articulado, microfones, câmeras de vídeo) Será verificada a necessidade de aquisição de: - unidades óticas para as VTs (mini desktops não tem unidade ótica)
4350	monitores	nas unidades	equipamentos em uso nas unidades do Tribunal	Em 2018: 750 monitores. Atualização do parque. Em 2019: 1500 monitores. Atualização do parque.
435	estações de trabalho de portáteis (notebooks)	com responsável	equipamentos em uso principalmente pelos magistrados e oficiais de justiça	Em 2018: Atualização de 130 notebooks do parque destinados aos magistrados, os quais estão finalizando o período de garantia
140	Tablets	com responsável	equipamentos em uso principalmente pelos magistrados	Sem previsão de necessidade de substituição ou ampliação
1	Nobreaks Symmetra de 80 KVA	Datacenter Principal	equipamentos em uso no <i>Data Center</i> Principal	Em 2018: Prorrogação de contrato de serviços de manutenção. Baterias substituídas em 2017.
1	Nobreaks Symmetra de 40 KVA	Datacenter Auxiliar	equipamentos em uso no <i>Data Center</i> Principal (redundante)	Em 2018: Prorrogação de contrato de serviços de manutenção. Baterias substituídas em 2017.
5	Nobreaks SUVT de 40 KVA	nas unidades	equipamentos em uso nos prédios dos seguintes endereços: Avenida Rio Branco (2), Avenida Jornalista Rubens de Arruda Ramos (2) e Rua Esteves Júnior (1).	Em 2018: Prorrogação de contrato de serviços de manutenção. Baterias substituídas em 2016 e 2017.

Quantidade	Descrição	Local	Observações	Necessidades
5	Nobreaks SURT 15 de KVA	nas unidades	equipamentos em uso nas diversas unidades judiciárias de 1º grau do TRT da 12ª Região. (Joinville, Itajaí, Criciúma, São José e Lages)	Em 2018: Contratação de suporte e manutenção para 5 (cinco) equipamentos. Garantia encerra em agosto/2018. Será necessário um novo contrato de manutenção a partir de janeiro de 2019.
33	Nobreaks SURT de 8 KVA	nas unidades e <i>backup</i>	27 equipamentos nas diversas unidades judiciárias de 1º grau do TRT da 12ª Região: Araranguá, Tubarão, Imbituba, Palhoça, São José, Brusque, Balneário Camboriú, Rio do Sul, Indaial, Timbó, Blumenau (2), Navegantes, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, Mafra, Canoinhas, Curitibanos, Fraiburgo, Caçador, Videira, Joaçaba, Concórdia, Xanxerê, Chapecó (2) e São Miguel do Oeste. 1 equipamento em uso no SEDIG (Florianópolis - Continente) 5 equipamentos (usados) para <i>Backup</i> . (Florianópolis (3), Joinville (1), Chapecó (1))	Em 2018: Prorrogação de contrato de serviços de manutenção para 31 (trinta e um equipamentos) 23 (vinte e três) estão cobertos com contrato de manutenção que vence em julho/2018 e serão mantidos 8 (oito) encerra a garantia em agosto e serão adicionados 2 (dois) que são muito antigos ficarão sem suporte por limitação a possibilidade de aditar.

Nota: No último levantamento de ativos de TIC, observou-se que o número de computadores disponibilizados ultrapassam a quantidade necessária para atendimento aos postos de trabalho fixos e auxiliares⁶, fato que deve ser melhor analisado.

⁶ Equipamentos instalados em salas de sessão, de audiência, de conciliação, de treinamento, autoatendimento para advogados, entre outros.

PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS NACIONAIS

A cooperação entre os órgãos do judiciário é uma estratégia que vem sendo adotada para melhor distribuir a carga de trabalho de desenvolvimento e manutenção das soluções entre os Tribunais, bem como possibilitar um potencial aumento na capacidade de desenvolvimento de novas soluções. Esta estratégia é recomendação do CNJ e está explicitada no art. 20, § 3º da Resolução CNJ nº 211/2015.

Contudo, adotar esta estratégia requer investimento para migração das informações dos sistemas legados para os novos sistemas, de modo a possibilitar a descontinuidade dos sistemas antigos. Do contrário, o efeito é diverso daquele pretendido, gerando sobrecarga das equipes de TIC na manutenção e suporte a vários sistemas para um mesmo fim (sistemas novos e legados).

A preocupação com o compartilhamento de soluções tem avançado e o processo amadurecido sob patrocínio do CSJT e receptividade dos Tribunais, tanto na parte judiciária quanto na administrativa. O que no começo era apenas uma intenção, hoje já apresenta os primeiros resultados, concretizados nos vários sistemas nacionais compartilhados entre os Tribunais.

Destacam-se entre os sistemas nacionais: o PJe, DEJT, GIGS, JTe, SIGEO, PROAD, SIGEP, SCMP, SILC, SAF, dentre outros sistemas de menor porte. Destes, o TRT12 é responsável por 4 (quatro): PROAD, GIGS, SAF e DEJT.

A cooperação em projetos nacionais é entendida como estratégica TRT12, tanto que foram definidas duas metas no PETIC 2015-2020 relacionadas à cooperação em projetos nacionais, sendo uma voltada para sistemas judiciários (PJe e satélites) e outra para sistemas administrativos. São elas:

Indicador	2016		2017		2020
	Meta	Valor	Meta	Valor	Meta
IE4.1 - ICOOP – Indicador de cooperação do TRT12 no sistema PJe (manutenção corretiva e evolutiva)	1	4	1	7	2
IE4.2 - ICOAN – Indicador de cooperação do TRT12 em ações nacionais de Tecnologia da Informação e Comunicação	1	2	1	2	2

Estas são metas centradas e buscam a cooperação na medida certa. A primeira medição dos indicadores a elas relacionados ocorreu em 2016 e demonstrou que o TRT12 está contribuindo acima do esperado. Tal situação manteve-se em 2017, inclusive com ampliação da participação.

PERSPECTIVAS FUTURAS PARA TIC

Diante do fortalecimento das políticas de economia financeira e da necessidade de aprimorar seus processos de trabalho, as instituições públicas, em geral, estão aumentando consideravelmente sua dependência em sistemas e serviços de tecnologia da informação e comunicação.

No judiciário trabalhista este movimento fica ainda mais evidente ao observarmos que o processo judicial é totalmente eletrônico. Esta peculiaridade torna a prestação jurisdicional dependente do funcionamento adequado de equipamentos e de uma sólida infraestrutura tecnológica que mantém o processamento e a guarda das informações da JT com celeridade e em segurança. Situação que exige investimentos contínuos em infraestrutura e serviços de TIC.

Neste sentido, os Regionais têm mostrado preocupação constante dada as restrições orçamentárias ao qual possivelmente serão submetidos já no ano de 2020. Com menos recursos para investimentos e custeio, as áreas de TIC enfrentarão dificuldades para manter seus ambientes computacionais atualizados e seguros.

Desta forma, é justo considerar prudente que o TRT12 promova ações e realize investimento financeiro que possibilitem a manutenção da segurança de seu parque tecnológico considerando a melhor relação *custo x benefício* possível nos anos vindouros.

O orçamento de TIC para 2018 apresenta números favoráveis em relação ao de 2017:

	GND3	GND4	Total
2017	R\$ 6.243.604,05	-	R\$ 6.243.604,05
2018	R\$ 6.205.571,57	R\$ 5.386.316,00	R\$ 11.591.887,57

Como pode ser visto, há um incremento de 54% no orçamento de 2018 em relação ao de 2017, especialmente para novos investimentos (GND4). Tal incremento é propício à aquisição de novos equipamentos e softwares que possibilitem ao TRT12 a adequação exigida em tempos de alta dependência tecnológica conjugada com orçamento frágil.

Na mesma esteira, também é prudente que os órgãos da JT colaborem entre si para a disponibilização de soluções nacionais comuns, evitando duplicidade de investimentos entre os órgãos e maior celeridade na disponibilização de novos serviços de TIC aos jurisdicionados e usuários internos.

É sabido que alguns ensaios deste modelo colaborativo já vêm sendo praticados e que muitos Tribunais já estão compartilhando soluções em comum. O exemplo mais concreto provém do CSJT, com a nacionalização do PJe e seus sistemas satélites. Ainda que de modo incipiente, outras soluções estão trilhando este mesmo caminho, como, por exemplo, os sistemas SIGEP, SIGEO, PROAD, SCMP, SILC, dentre outros.

Contudo ainda são necessárias evoluções no modelo, de maneira que a política de governança de TIC da JT se torne efetiva e padrões nacionais sejam consolidados, facilitando a colaboração entre os órgãos.

RESULTADOS DO PDTIC ANTERIOR

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do período 2016-2017 foi instituído por meio da Portaria PRESI nº 57, de 11 de abril de 2016.

Este plano foi elaborado com base no diagnóstico da situação da TIC na época, estabelecendo as iniciativas e contratações de modo a viabilizar ao TRT12 o atingimento de seus objetivos e metas estratégicas no período.

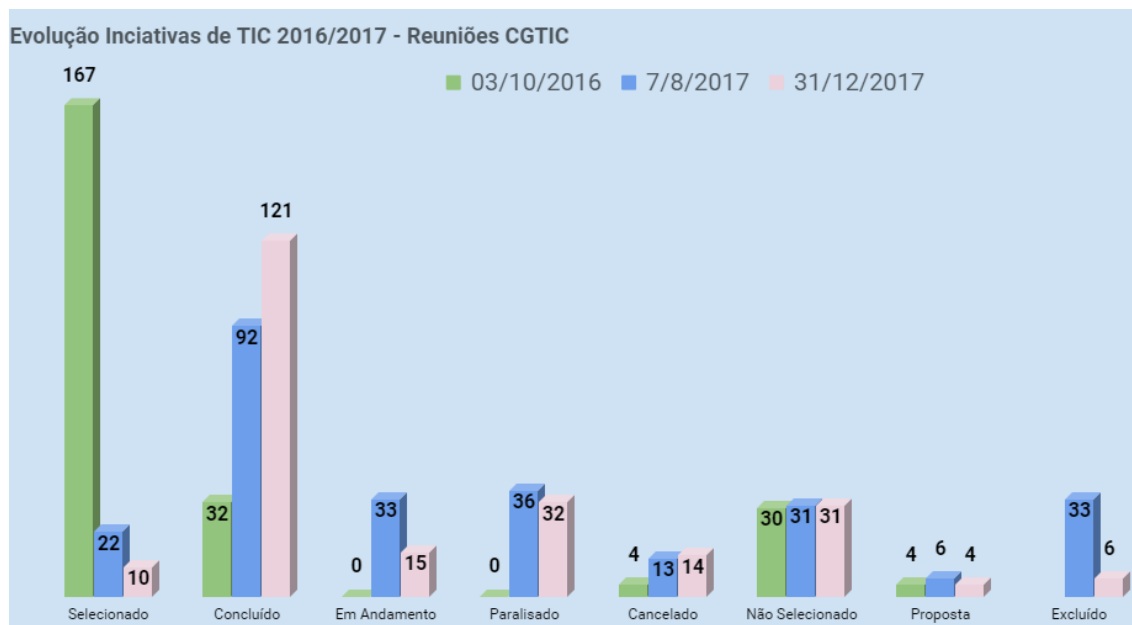
Como desdobramento do Plano foram definidos as ações a serem executadas no período, estruturando-as em planos auxiliares - Portfólio de Projetos, Plano de Contratações e Plano de Capacitação - cujos resultados serão descritos nas seções a seguir.

PROJETOS

Na primeira versão do Portfólio de Projetos 2016-2017 foram relacionadas 233 iniciativas (projetos e ações), mas somente 203 foram selecionadas pelo CGTIC para serem desenvolvidas pela SETIC.

As revisões do Portfólio ocorreram ao longo do período, nas reuniões do CGTIC e de acordo com o surgimento de novas necessidades. As alterações necessárias foram sendo devidamente registradas e consolidadas em novas versões do Portfólio.

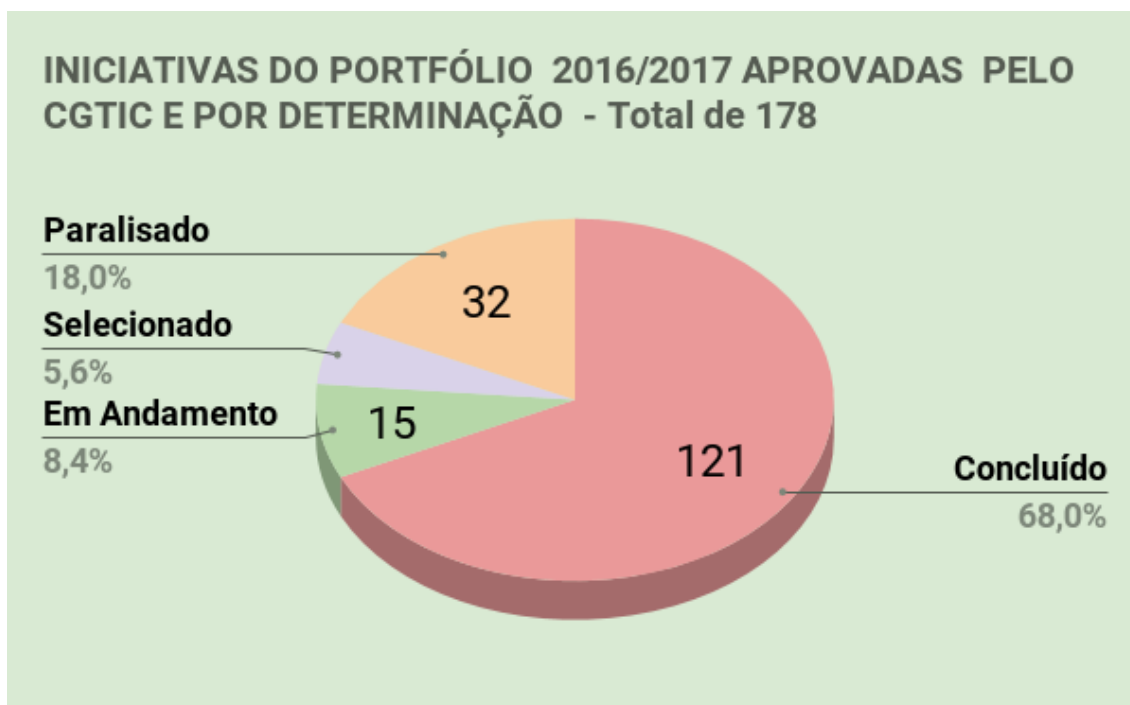
A primeira grande revisão do Portfólio ocorreu em 3-10-2016. Nova revisão foi realizada em 7-08-2017 e a última, de caráter operacional, tratou do fechamento do período do Portfólio em 31-12-2017. O gráfico abaixo demonstra a evolução da execução do Portfólio ao longo deste período:



Legenda	Descrição
Selecionado	Projeto aprovado pelo CGTIC, mas que não foi iniciado
Em andamento	Projeto aprovado pelo CGTIC que está em andamento
Concluído	Projeto aprovado pelo CGTIC que foi concluído
Paralisado	Projeto aprovados pelo CGTIC que foi iniciado, mas teve que ser paralisado por algum motivo
Cancelado	Projeto aprovado pelo CGTIC que foi cancelado antes mesmo de ser iniciado
Excluído	Projeto excluído por duplicidade de registro ou por incorporação em outro projeto aprovado
Não selecionado	Projeto que foi apreciado pelo CGTIC mas pela falta de capacidade (insuficiência de recursos humanos/financeiros) não foi priorizado
Proposta	Projeto demandado por alguma área que ainda não foi apreciado pelo CGTIC

Observando a evolução do Portfólio, conclui-se que no período do PDTIC, foram efetivamente aprovados 178 iniciativas⁷. O quadro a seguir detalha estas iniciativas segundo a situação das mesmas:

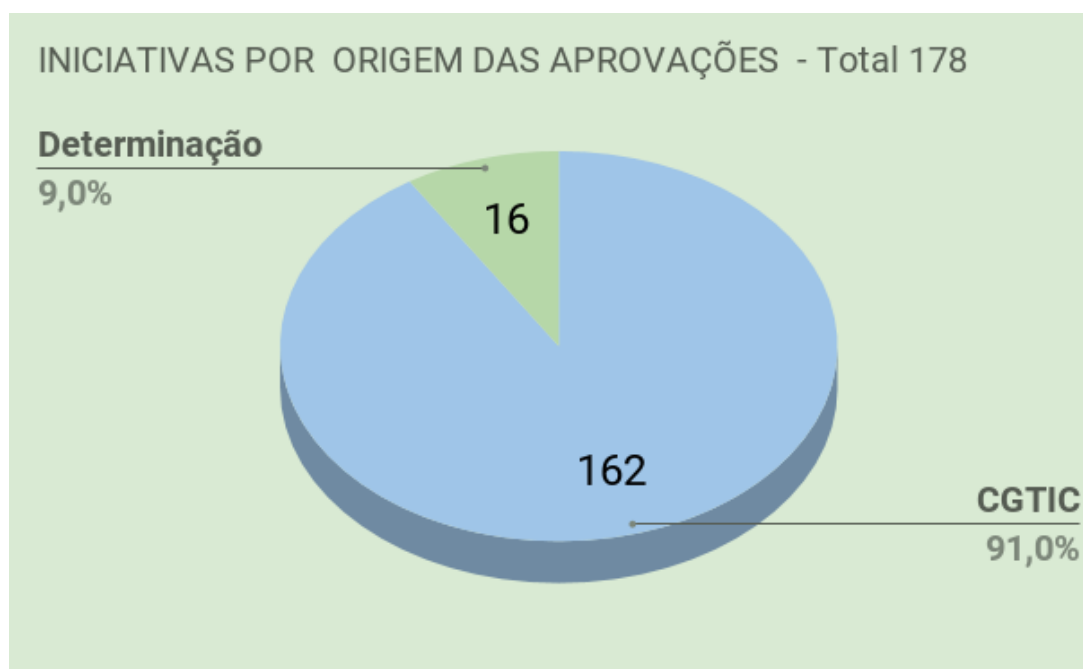
⁷ Projetos nas situações “Concluído”, “Selecionado”, “Em Andamento” e “Paralisado” em 31-12-2017.



Onde:

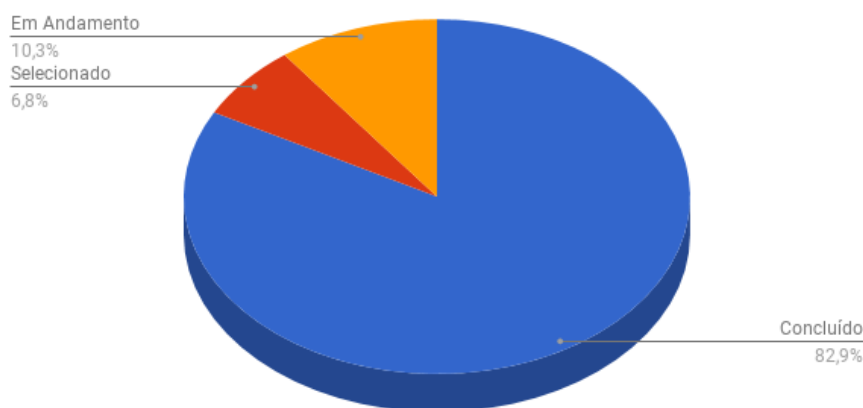
- 121 projetos foram concluídos;
- 32 projetos iniciaram mas foram paralisados;
- 15 projetos foram iniciados mas não foram concluídos, permanecendo em andamento;
- 10 projetos foram selecionados mas não foram iniciados.

Dentre estes projetos, 162 foram aprovados pelo CGTIC e outros 16 foram determinações superiores, conforme pode ser visto na imagem abaixo:



Ao analisar estas informações consideramos que os projetos nas situações “Concluído”, “Selecionado” e “Em Andamento” são os que efetivamente compõem o rol de contemplados na avaliação dos resultados do Portfólio.

Com efeito, conclui-se que a SETIC obteve uma taxa de sucesso na execução de seu Planejamento na ordem de 82,9% (121 projetos concluídos), conforme gráfico abaixo:



Importante destacar que apesar de ter restado 15 projetos em andamento, estes estavam em fase final de execução e possivelmente não exigirão esforço durante o período de vigência deste Plano.

Já os 10 projetos que não foram iniciados (situação “Selecionado”), irão compor o Portfólio de Projetos deste Plano, caso aprovados pelo CGTIC.

CONTRATAÇÕES

As contratações de TIC são planejadas anualmente, conforme disposto na Resolução CNJ nº 182/2013. Destarte, fizeram parte do PDTIC 2016-2017 os Planos de Contratação de TIC (PCTIC) de 2016 e de 2017.

O PCTIC 2016 teve sua primeira versão, aprovada em 30-11-2015, contendo 69 contratações. Ao longo do ano de 2016 foram realizadas 3 revisões do Plano com o intuito de adequá-lo às restrições orçamentárias da época, restando planejadas e

aprovadas 51 contratações no período. Todas estas contratações foram executadas e concluídas na vigência do Plano.

Em 2017, o PCTIC teve sua primeira versão aprovada em 29-11-2016. Continha 70 contratações. Ao longo do ano foram realizadas 2 revisões também com o intuito de adequá-lo ao orçamento do período. Restaram planejadas e aprovadas 53 contratações, executadas e concluídas na vigência do Plano.

Com as execuções dos Planos de Contratação de 2016 e 2017 foi possível atingir as seguintes metas estratégicas:

Indicador	Cálculo	2016	Indicador 2016	2017	Resultado 2017	Meta 2020	Desafio 2020
IAOE Índice de ações orçamentárias de investimento efetivadas	Quantidade de ações orçamentárias com recursos empenhados no exercício	51	100%	72	99%	90%	95%
	Quantidade de ações orçamentárias previstas no Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação para o exercício corrente	51		73			

ORÇAMENTO DE TIC

O processo orçamentário inicia sempre no ano anterior ao exercício orçamentário, com a elaboração da Proposta Orçamentária Prévia – POP, geralmente realizada no mês de março. Neste momento são definidas as contratações para o ano e realizada uma estimativa dos valores necessários para cada uma delas. Cada ação orçamentária é classificada conforme sua natureza de despesa:

- GND3 – para contratação de serviços (custeio);
- GND4 – para novos investimentos em equipamentos, softwares e afins.

Após a elaboração da POP, o CSJT anuncia os limites orçamentários de cada Tribunal para o exercício e, com base neste limite, o TRT12 estabelece os limites de cada uma de suas unidades gestora de orçamento. A tabela abaixo apresenta o orçamento de TIC do TRT12 disponibilizado e executado em 2016 e 2017 por natureza de despesa.

EXERCÍCIO	ORÇAMENTO	APROVADO		EMPENHADO			LIQUIDADO		
		INICIAL	FINAL	GND3	GND4	TOTAL	GND3	GND4	TOTAL
2016	TRT12	R\$3.673.579,48	R\$4.771.288,69	R\$2.837.819,03	R\$1.933.469,66	R\$4.771.288,69	R\$2.115.511,02	R\$1.684.772,63	R\$3.800.283,65
	DESCENTRALIZADO (CSJT)		R\$1.232.671,00	R\$1.141.200,34	R\$91.470,66	R\$1.232.671,00	R\$1.031.898,50	R\$91.470,86	R\$1.123.369,36
	TOTAL	R\$3.673.579,48	R\$6.003.959,69	R\$3.979.019,37	R\$2.024.940,32	R\$6.003.959,69	R\$3.147.409,52	R\$1.776.243,49	R\$4.923.653,01
2017	TRT12	R\$6.243.604,05	R\$5.229.873,07	R\$2.685.312,55	R\$2.090.398,66	R\$4.775.711,21	R\$2.557.805,60	R\$2.089.153,66	R\$4.646.959,26
	DESCENTRALIZADO (CSJT)		R\$2.418.238,43	R\$2.106.427,90	R\$748.887,80	R\$2.855.315,70	R\$2.067.375,22	R\$748.153,77	R\$2.815.528,99
	TOTAL	R\$6.243.604,05	R\$7.648.111,50	R\$4.791.740,45	R\$2.839.286,46	R\$7.631.026,91	R\$4.625.180,82	R\$2.837.307,43	R\$7.462.488,25

Com a execução orçamentária de 2016 e 2017, os indicadores contidos no PETIC fecharam da seguinte forma:

	2016		2017		2020
Indicador	Meta	Valor	Meta	Valor	Meta
IE11.1 - ILO - Índice de Liquidação Orçamentária	55%	83%	60%	97%	75%
IE11.2 - IEO - Índice de Empenho Orçamentário	90%	100%	90%	99%	97%
IE11.3 - IEEO - Índice eficiência de execução orçamentária	61%	83%	66%	97%	77%

CAPACITAÇÕES

As tecnologias da informação e comunicação evoluem muito rapidamente exigindo constante atualização de conhecimento dos servidores que atuam na área.

A importância de manter do quadro técnico dos regionais constantemente atualizados em relação às novas tecnologias e em técnicas gerenciais foi registrada pelo CSJT ao definir metas e indicadores estratégicos vinculados à capacitação de TIC, as quais foram incorporadas ao PETIC do TRT12.

Visando viabilizar o cumprimento das metas relacionadas às capacitações a SETIC contratou 75 licenças da plataforma Alura de ensino à distância, para 2017 e 2018. Nesta plataforma são disponibilizados mais de 400 cursos técnicos e gerenciais que podem ser acessados livremente por qualquer servidor da SETIC. Com base nesta plataforma e em outras ações de treinamento realizadas ao longo de 2016 e 2017, as metas estratégicas de capacitações foram integralmente atingidas, informação evidenciada nos quadros abaixo:

ICG - Índice de Capacitação Gerencial		
	2016	2017
Quantidade total de servidores em função de chefia	26	27
Quantidade de servidores em função de chefia com pelo menos 40 horas de treinamento gerencial	20	27
Meta	55,00%	75,00%
Resultado	76,92%	100,00%

ICT - Índice de Capacitação Técnica		
	2016	2017
Quantidade de servidores com atuação técnica (sem função de chefia)	56	53
Quantidade de servidores em atuação técnica com pelo menos 40 horas de treinamento técnico	31	53
Meta para PACTIC corrente	40,00%	60,00%
Resultado	56,36%	100,00%

IEPC - Índice de Execução do Plano de Capacitação		
	2016	2017
Quantidade de horas de capacitação aprovadas	4462	11547
Quantidade de horas de capacitação aprovadas e executadas	3660	10506
Meta	50,00%	55,00%
Resultado	82,02%	90,98%

RESULTADOS

Fruto da evolução no grau de maturidade dos processos de governança e de gestão de TIC, o TRT12 vem obtendo bons resultados em seus indicadores estratégicos de Tecnologia da Informação e Comunicação. Nesta seção foram destacados 3 (três) aspectos que refletem a qualidade dos serviços de TIC prestados aos usuários internos e externos.

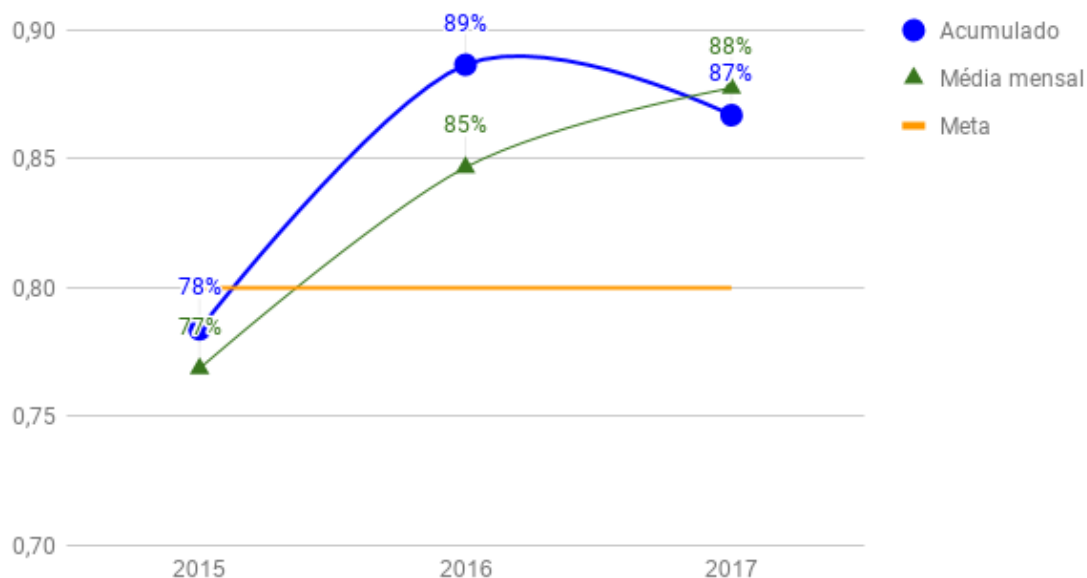
CUMPRIMENTO DOS ACORDOS DE NÍVEIS DE SERVIÇO - ANS

Acordo de Nível de Serviço (ANS) é um acordo firmado entre a área de TIC de um órgão e a Alta Administração, que descreve as metas de atendimento para cada serviço de TIC

Desde a implantação da nova solução de gerenciamento de serviços de TIC (Assyst) em Setembro de 2015, a SETIC passou a acompanhar metodicamente o cumprimento dos Acordos de Níveis de Serviço estabelecidos (vide Níveis de Serviço). No período de vigência do PDTIC 2016-2017, a SETIC superou as metas de cumprimento dos ANS, conforme pode ser visto no gráfico abaixo:

Ano	Atendimento ANS			Chamados	
	Acumulado	Média mensal	Meta	Acumulado	Média mensal
2015	78%	77%	80%	5.771	1.443
2016	89%	85%	80%	18.456	1.538
2017	87%	88%	80%	18.108	1.509

Atendimento Acordos de Nível de Serviço de TIC - Anual



SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS

Todo investimento no aprimoramento dos processos de TIC visam prover melhores soluções e serviços ao jurisdicionado. Uma das maneiras de avaliar o atingimento deste objetivo é verificar o grau de satisfação dos usuários (internos e externos); quanto aos serviços de TIC prestados pelo TRT12.

Nessa esteira, a SETIC passou a realizar pesquisa anual de satisfação dos serviços oferecidos à comunidade. Considerando a natureza destes serviço, foi criada uma pesquisa para cada público. A primeira pesquisa foi realizada no período de janeiro a fevereiro de 2017 e teve por objetivo avaliar o grau de satisfação dos usuários internos e externos com os serviços de TIC prestados ao longo de 2016.

O resultado da pesquisa demonstrou que, de modo geral, os usuários internos e externos aprovam a qualidade dos sistemas e serviços de TIC disponibilizados pelo TRT12. Conforme pode ser visto nos quadros abaixo, as metas estabelecidas para o período foram superadas:





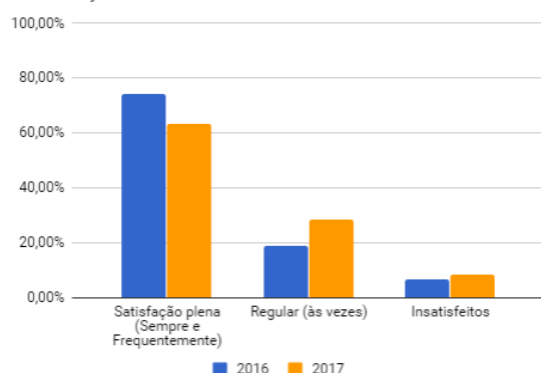
Já em relação à pesquisa de satisfação referente ao ano de 2017, observa-se ligeira queda na satisfação dos usuários externos, mas expressivo aumento dos usuários internos, conforme pode ser visto nos quadros abaixo:



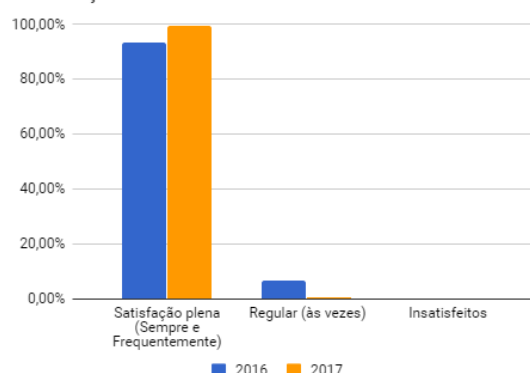


O gráfico abaixo compara os resultados obtidos em 2016 e 2017:

Satisfação dos usuários externos



Satisfação dos usuários internos



Impende destacar que a análise acima leva em consideração a **satisfação absoluta** dos usuários externos e internos, ou seja, consideram-se satisfeitos os usuários que entendem que, de maneira geral, **Sempre** ou **Frequentemente** os serviços de TIC são adequados às suas necessidades.

Contudo, o cálculo oficial dos indicadores estratégicos de satisfação dos usuários externos e internos leva em consideração a média de todas as respostas dos questionários, não categorizando-as. Neste cenário, observou-se uma inversão do comportamento, conforme pode ser visto no gráfico abaixo:



Destaca-se que em virtude do recente término da pesquisa de 2017, não foi possível concluir a análise detalhada das respostas para identificar os motivos desta mudança.

GOVERNANÇA DE TIC (IGOVTI)

Para avaliar a situação de governança de tecnologia da informação na Administração Pública Federal, o TCU, por meio da Secretaria de Fiscalização de TI (Sefti), tem realizado levantamentos baseados em questionários que abordam práticas de governança e de gestão de TI previstas em leis, regulamentos, normas técnicas e modelos internacionais de boas práticas.

No mesmo contexto, buscando provocar melhorias na governança de TI no âmbito da Administração Pública Federal, o TCU criou um índice que procura refletir, de forma geral, a situação de governança de cada organização avaliada, denominado de índice de governança de TI (iGovTI).

O iGovTI avalia o sistema de governança e de gestão de TI na seguintes dimensões:

- Liderança
- Estratégia e Planos
- Informações
- Pessoas
- Processos
- Resultados

O cálculo do iGovTI resulta em um número que varia de 0 a 1, e com base no resultado obtido é atribuída uma classificação que reflete o nível de maturidade do órgão medido conforme segue:

- Inicial: iGovTI menor que 0,30;
- Básico: iGovTI maior ou igual a 0,30 e menor que 0,50;
- Intermediário: iGovTI maior ou igual a 0,50 e menor que 0,7;
- Aprimorado: iGovTI maior ou igual a 0,7.

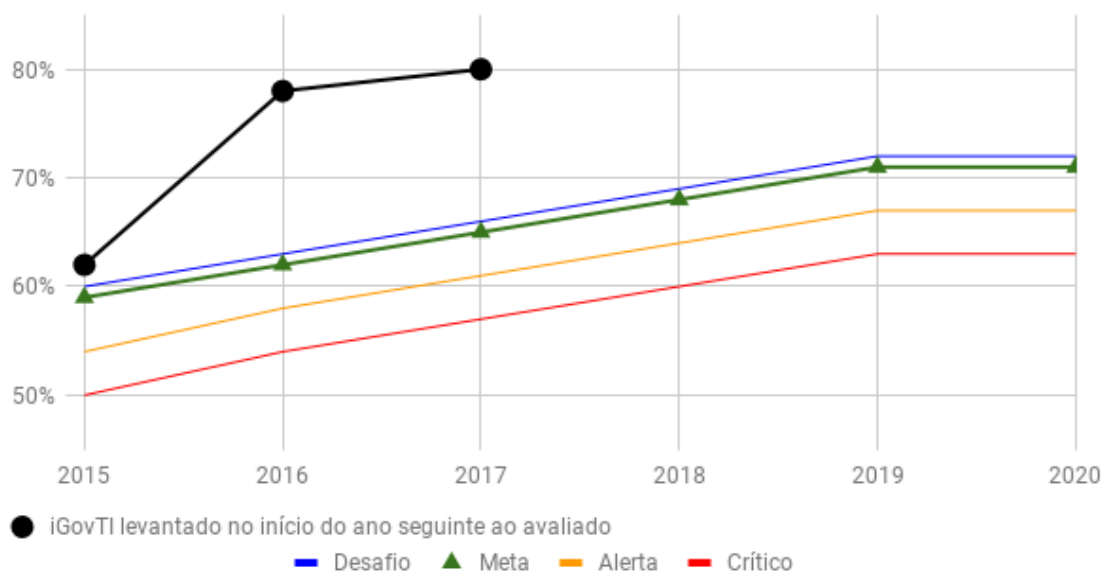
Sabendo da importância dos usos das tecnologias da informação e comunicação no âmbito do judiciário, o CNJ definiu o macrodesafio de “aprimorar a governança e a infraestrutura de TIC no judiciário”. Para acompanhar o cumprimento deste desafio, o CSJT definiu como meta ao judiciário trabalhista o atingimento do nível “aprimorado” até 2020.

Estas metas foram incorporadas no Planejamento Estratégico de TIC. Projetos e ações para seu atingimento estão sendo definidos no planejamento tático e operacional da SETIC.

No PDTIC 2016-2017, diversos projetos foram realizados visando a melhoria dos processos e serviços de TIC, possibilitando à SETIC superar as metas estabelecidas para o período, conforme pode ser visto no gráfico de evolução do iGovTI do TRT12:

Ano	iGovTI	Desafio	Meta	Alerta	Crítico
2015	62%	60%	59%	54%	50%
2016	78%	63%	62%	58%	54%
2017	80%	66%	65%	61%	57%
2018	-	69%	68%	64%	60%
2019	-	72%	71%	67%	63%
2020	-	72%	71%	67%	63%

iGovTI (TCU-2014) - Evolução



Atualmente, o CNJ também mantém indicador similar ao estabelecido pelo TCU – o iGovTI-JUD. No último levantamento do CNJ, apesar de ainda não ter alcançado o nível aprimorado, o TRT12 obteve colocação expressiva perante os órgãos da JT, ficando em 2º lugar no levantamento de 2017. No âmbito dos 92 órgãos do judiciário, o TRT12 ficou na 6ª colocação no levantamento de governança de TI.

Estes resultados demonstram a evolução do grau de maturidade da governança e da gestão de TIC do TRT12 nos últimos anos.

RESUMO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS

Objetivo Estratég.	Indicador	Descrição da Meta	Meta	2016	2017
OE01 - Primar pela satisfação do usuário de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	1.1 - ISUE - Índice de satisfação de usuários externos de Tecnologia da Informação e Comunicação	65% de média no grau de satisfação dos usuários externos que responderem ao questionário sobre a qualidade dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	65%	69,19%	85,62%
	1.2 - ISUI - Índice de satisfação de usuários internos de Tecnologia da Informação e Comunicação	65% de média no grau de satisfação dos servidores e magistrados que responderem ao questionário sobre a qualidade dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	65%	83,91%	75,09%
OE02 - Garantir o gerenciamento de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) dentro dos níveis estabelecidos	2.2 - ISI - Índice de solução dos incidentes ocorridos no sistema PJe-JT resolvidos no prazo (ANSs)	76% dos incidentes ocorridos no sistema PJe-JT solucionados no prazo (ANSs)	76%	85,35%	78,88%
OE03 - Aprimorar a gestão e a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	3.1-IGovTI - Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (iGovTI 2014 TCU)	Atingir o índice de 0,65	65%	78,00%	80,00%
OE04 - Cooperar com outros órgãos do Judiciário em ações e projetos nacionais	4.1 - ICOOP - Indicador de cooperação do TRT/SC no sistema PJe-JT (manutenção corretiva e evolutiva)	Cooperar no desenvolvimento do sistema PJe-JT (manutenção corretiva e evolutiva)	1	4	7
	4.2 - ICOAN - Indicador de cooperação do TRT/SC em ações nacionais de Tecnologia da Informação e Comunicação	Cooperar em ações nacionais de Tecnologia da Informação e Comunicação	1	2	2
OE05 - Primar pela transparência do ambiente, dos serviços e das políticas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	5.1 - ITR - Índice de transparência da tecnologia da Informação e Comunicação	Alcançar 35% de satisfação com a comunicação de Tecnologia da Informação e Comunicação	35%	Aguardando projeto	Desmembrado
	5.1.a – ITE – Índice de transparência da tecnologia da Informação e Comunicação para usuários externos (<i>desmembramento</i>)			Aguardando projeto	73,86%
	5.1.b – ITI – Índice de transparência da tecnologia da Informação e Comunicação para usuários internos (<i>desmembramento</i>)			Aguardando projeto	85,94%
OE06 - Aprimorar a Gestão de Riscos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	6.1 - ISN - Índice de soluções nacionais críticas de Tecnologia da Informação e Comunicação com riscos mapeados	75% dos riscos de soluções nacionais, consideradas críticas, mapeados	75%	Aguardando definição CSJT	Aguardando definição CSJT

Objetivo Estratég.	Indicador	Descrição da Meta	Meta	2016	2017
OE07 - Aprimorar a integração e a comunicação na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação e entre ela e as áreas de negócio.	7.1 - ICOM - Índice de comunicação da Tecnologia da Informação e Comunicação	Alcançar 60% de Tecnologia da Informação e Comunicação	30%	100,00%	100,00%
OE08 - Garantir a disponibilidade dos sistemas judiciais e administrativos	8.1 - INPJE - Índice de Indisponibilidade Não-Programada do PJe-JT	Máximo de 1% indisponibilidade anual não programada do PJe-JT	1%	Aguardando definição CSJT	Aguardando definição CSJT
	8.2 - IPJE - Índice de Indisponibilidade Programada do PJe-JT	Máximo de 5 % indisponibilidade anual programada do PJe-JT	5%	Aguardando definição CSJT	Aguardando definição CSJT
OE09 - Garantir a infraestrutura e os serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para o suporte do negócio	9.1 - ICIM - Índice de atendimento aos normativos referentes à infraestrutura mínima de Tecnologia da Informação e Comunicação	70% de atendimento aos normativos referentes à infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação	70%	Aguardando definição CSJT	Aguardando definição CSJT
OE10 - Garantir a adequação dos quadros de pessoal de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para a execução da estratégia	10.1 - ICEM - Índice de conformidade ao quadro mínimo de pessoal de Tecnologia da Informação e Comunicação	60% de atendimento aos normativos referentes ao quadro mínimo de pessoal de Tecnologia da Informação e Comunicação	60%	57%	54%
OE11 - Buscar excelência na gestão orçamentária e de custos	11.1 - ILO - Índice de Liquidação Orçamentária	Alcançar 60% de liquidação de despesa na execução orçamentária de Tecnologia da Informação e Comunicação	60%	83,31%	96,38%
	11.2 - IEO - Índice de Empenho Orçamentário	Alcançar 90% de empenho orçamentário de Tecnologia da Informação e Comunicação	90%	100,00%	99,01%
	11.3 - IEEO - Índice eficiência de execução orçamentária	Alcançar 66% de eficiência na execução orçamentária de Tecnologia da Informação e Comunicação	66%	83,31%	97,35%
	11.4 - IAOE - Índice de ações orçamentárias de investimento efetivadas	Alcançar 80% de acerto no planejamento das ações de investimento de Tecnologia da Informação e Comunicação	80%	100,00%	98,63%
OE12 - Desenvolver competências técnicas e gerenciais com foco na estratégia	12.1 - ICG - Índice de Capacitação Gerencial	75% dos ocupantes de cargos formais de chefia, lotados na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, capacitados no ano em no mínimo 40 horas de cursos gerenciais de Tecnologia da Informação e Comunicação	75%	76,92%	100,00%

Objetivo Estratég.	Indicador	Descrição da Meta	Meta	2016	2017
	12.2 - ICT - Índice de Capacitação Técnica	60% de servidores (técnicos) não ocupantes de cargos formais de chefia, lotados na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, capacitados no ano em no mínimo 40 horas de cursos técnicos de Tecnologia da Informação e Comunicação	60%	55,36%	100,00%
	12.3 - IEPC – Índice de Execução do Plano de Capacitação	Executar 55% do plano de capacitação de Tecnologia da Informação e Comunicação	55%	82,02%	90,98%



PLANEJAMENTO

Princípios, Diretrizes, Direcionadores e Planos para o período
2018-2020

Resumo

Este capítulo apresenta os princípios, diretrizes e direcionadores estratégicos que nortearam as ações selecionadas para execução no período de vigência deste Plano. Apresenta ainda a relação das necessidades levantadas pelas unidades do TRT12 e os critérios de priorização dos projetos neste ciclo de planejamento.

DIRECIONADORES DE TIC

A TIC do TRT12 é direcionada por instrumentos normativos e de planejamento, assim como Princípios e Diretrizes.

Os normativos incluem legislação comum a todos os órgãos públicos, recomendações do TCU, determinações dos Conselhos Superiores e do próprio TRT12. Estes normativos podem ser específicos de TIC ou de orientação geral ao órgão aplicável à TIC. Frente a posição de relevância a que foi alçada a área de Tecnologia da Informação e Comunicação nos órgãos públicos, os normativos de TIC tem se tornado cada vez mais comuns nos últimos anos – entre eles, destaca-se a Resolução CNJ nº 211/2015 que trata da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder judiciário (ENTIC-JUD), cujo conteúdo é de ampla abrangência e profundo detalhamento.

Os instrumentos de planejamento também se tornaram de grande relevância nos últimos anos. No TRT12, os principais instrumentos norteadores da TIC são os Planos Estratégicos Institucional (PEI) e o de TIC (PETIC) para o sexênio 2015-2020.

O PEI orienta sobre os objetivos do Tribunal e o PETIC sobre os objetivos da TIC para viabilizar a estratégia definida no plano institucional. De maneira indireta, estes planos também alinham-se aos Planos correspondentes dos Conselhos Superiores. Adicionalmente, o PETIC também alinha-se à ENTIC-JUD.

Ambos os planos têm objetivos, metas e projetos estratégicos que constituem-se como os direcionadores estratégicos diretos de todas as ações de TIC no âmbito do TRT12.

Nas seções seguintes estão descritos os principais direcionadores deste Plano.

PRINCÍPIOS

Os princípios são instrumentos legais, diretrizes de governo, recomendações e determinantes de instâncias de controle, normativos e regulamentações da instituição, melhores práticas de mercado e metas e objetivos estratégicos da instituição. Neste contexto, os princípios que guiaram a elaboração deste PDTIC e que devem ser usados na análise dos investimentos são:

Código	Descrição	Fonte
P1	Alinhamentos dos objetivos às estratégias de negócio do TRT12	Plano Estratégico Institucional (PEI) 2015-2020
P2	As contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) devem ser precedidas de planejamento	Resolução CNJ 182/2013
P3	Estímulo aos servidores para agirem como gestores, terceirizando a execução de atividades operacionais	DL 200/1967, Decreto 2271/1997
P4	Garantia da disponibilidade de sistemas e serviços essenciais às atividades judiciais e administrativas	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) 2015-2020 e Resolução CNJ 211/2015
P5	Garantia da adequação de infraestrutura, sistemas e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) 2015-2020 e Resolução CNJ 211/2015
P6	Garantir a segurança da informação	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) 2015-2020
P7	Estímulo à uniformização das plataformas tecnológicas	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) 2015-2020
P8	Promoção da melhoria contínua dos processos de governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) 2015-2020, Acórdão TCU 1233/2012 e Resolução CNJ 211/2015
P9	Adequação aos requisitos mínimos de nivelamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do judiciário	Resolução CNJ 211/2015

DIRETRIZES

As diretrizes são as linhas pelas quais o plano é traçado para atingir sua finalidade. Elas devem contemplar as orientações básicas dos investimentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, principalmente aquelas estrategicamente priorizadas pela instituição que não estão dispostas em uma norma. Assim entendido, as diretrizes básicas para os investimentos e ações de TIC são:

Código	Descrição
D1	Conciliar os investimentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) regionais com os investimentos nacionais, evitando dispêndio de investimentos e esforço em ações e/ou sistemas que serão substituídos por projetos nacionais em prazo breve.

D2	Adotar padrões de acessibilidade nos novos sistemas, quando viável técnica e economicamente
D3	Alinhar os investimentos em soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) aos objetivos institucionais
D4	Investir continuamente na melhoria da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e na segurança dos sistemas
D5	Promover o mapeamento e a formalização dos processos de trabalho de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)
D6	Promover o mapeamento e a formalização dos processos de trabalho de negócios críticos
D7	Investir na melhoria da gestão dos processos de trabalho de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)
D8	Investir na melhoria da gestão dos processos de trabalho de negócios críticos
D9	Desenvolver continuamente as competências técnicas dos servidores de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)
D10	Garantir a independência do Tribunal em relação aos fornecedores de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)
D11	Cumprir diretrizes e políticas de investimentos na aquisição e manutenção de equipamentos
D12	Cumprir diretrizes e políticas de distribuição dos equipamentos e padronização do parque de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)
D13	Garantir a compatibilidade das soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com as tecnologias de mercado, quando viável técnica e economicamente
D14	Não contratar serviços para os quais o Tribunal carece de servidores capacitados para executar e fiscalizar
D15	Adotar preferencialmente soluções nacionais
D16	Sempre que possível, quando da adoção de novos sistemas, migrar os dados do sistema anterior e descontinuar o mesmo
D17	Priorizar investimentos em novas soluções e melhorias dos sistemas atuais em detrimento à melhorias em sistemas legados (administrativos e judiciários)

REFERENCIAL ESTRATÉGICO

1. Macrodesafios do Poder Judiciário (2015-2020);
2. Planejamento Estratégico do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
3. Planejamento Estratégico Institucional do TRT12;
4. Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT;
5. Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT12;

NORMATIVOS DE TIC

A TIC no Judiciário Trabalhista é orientada principalmente por normativos, resoluções do CNJ e CSJT e Acórdãos do TCU. Em geral estes normativos são referentes à governança, gestão e infraestrutura. Dentre eles destacam-se:

Legislação	Ementa/Resumo
RES. Nº 63 DE 28/05/2010	Institui a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.
RES. Nº 97 DE 23/03/2012	Dispõe sobre as diretrizes básicas para a implantação da política de projetos e a criação e atuação dos escritórios de projetos no âmbito dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.
RES. CNJ CNMP Nº 3 DE 16/04/2013	Institui o Modelo Nacional de Interoperabilidade do Poder Judiciário e do Ministério Público e dá outras providências. (Disponibilizada no DJ-e nº 72/2013, em 19/04/2013, pág. 2-4).
RES. CNJ Nº 198/2014 DE 01/07/2014	Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.
RES. CNJ Nº 210 DE 15/12/2015	Dispõe sobre procedimentos de transferência de bens do Conselho Nacional de Justiça, em atendimento ao projeto "Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação no Poder Judiciário"
RES. CSJT Nº 211 DE 15/12/2015	Institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).
RES. Nº 158 DE 27/11/2015	Aprova o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho (PETIC-JT) para o período de 2015 a 2020 e dá outras providências.
PORTARIA SEAP Nº 11 DE 25/01/ 2016	Institui a Política de Governança no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região
RES. CSJT Nº 164 DE 18/03/2016	Disciplina o uso e a concessão de certificados digitais institucionais no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.
PORTARIA Nº 109 DE 10/05/16	Dispõe sobre a composição do Comitê Gestor da Estratégia da Justiça do Trabalho.
CNJ - RES. Nº 227 DE 15/06/2016	Regulamenta o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.
RES. Nº 103/CSJT DE 25/05/ 2012	Aprova o Guia Prático para inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações de bens e serviços no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.
RES. CNJ Nº 182/2013	Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (Aprovar plano de contratações Prazo - 30 de Novembro de cada ano)
IN Nº 05 DE 27/06/2014	Dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.
IN Nº 04 DE 11/09/2014	Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal
RES. CNJ Nº 91 DE 29/09/2009	Institui o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário e disciplina a obrigatoriedade da sua utilização no desenvolvimento e manutenção de sistemas informatizados para as atividades judiciárias e administrativas no âmbito do Poder Judiciário.
RES. CNJ Nº 121 DE 05/10/2010	Dispõe sobre a divulgação de dados processuais eletrônicos na rede mundial de computadores, expedição de certidões judiciais e dá outras providências
ATO CONJUNTO Nº 09/2011	Institui o Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – CGPJe/JT.

Legislação	Ementa/Resumo
ATO CSJT.GP.SG Nº 114 DE 30/05/11	Institui o Grupo de Trabalho de Especificação de Requisitos para o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho de 2º Grau – GRPJe/JT2.
ATO CSJT.GP.SG Nº 97 DE 11/05/2011	Institui o Grupo de Trabalho de Especificação de Requisitos para o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho de 1º Grau – GRPJe/JT1.
RES. CNJ Nº 185 DE 18/12/2013	Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento.
RES. CSJT Nº 136 DE 25/04/2014	Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho - PJe-JT como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento.
ATO Nº 213, DE 22/04/2014	Institui o Comitê Gestor do Sistema do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho - PJe-JT no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, define sua composição e competência
PORTARIA CNJ Nº 47 DE 04/04/2014	Institui o Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário
ATO Nº 342/CSJT.GP.SG DE 14/11/2014	Institui a política de padronização e evolução da infraestrutura do Sistema PJe-JT.
ATO CSJT.GP Nº 20 DE 04/02/2015	Dispõe sobre a Política de Suporte ao Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) e dá outras providências.
GUIA DE INFRAESTRUTURA RECOMENDADA DO PJE	CSJT define guia de infraestrutura tecnológica para o PJe-JT - Todas ...
RES. CSJT Nº 154 DE 28/08/2015	Altera a RES. 136 -Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento.
ATO CSJT.GP.SE Nº 133/2009	Define o Modelo de Gestão do Portfólio de Tecnologia da Informação e das Comunicações da Justiça do Trabalho e revoga a RES. Nº 48 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho
ATO CSJT.GP.SG.ASTIC Nº 116/2010 -	Define a Metodologia de Gerenciamento de Projetos Nacionais de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus (MGP/JT).
ATO CONJUNTO Nº 19/2016	Dispõe sobre a Política de Suporte ao Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) na Justiça do Trabalho, institui o Manual de Gestão de Demandas de Sistemas Satélites do PJe na Justiça do Trabalho e dá outras providências.
GRUPO DE NEGÓCIOS DO PJE	Institui Grupo Nacional de Negócio (GNN) destinado a auxiliar no desenvolvimento e sustentação do Sistema Processo Judicial Eletrônico instalado na Justiça do Trabalho.
PORTARIA- PRESI Nº 109 DE 13-06-2016	Dispõe sobre a Política de Segurança da Informação e Comunicação do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
PORTARIA PRESI Nº 110 DE 13/06/2016	Dispõe sobre Normas de Segurança da Informação e Comunicação para acesso e utilização de recursos de Tecnologia da Informação.
RES. CNJ Nº 12 DE 14/02/2006	Cria o Banco de Soluções do Poder Judiciário e dá outras providências
PORTARIA Nº700 DE 06/11/2009	É instituída a Comissão de Aprimoramento do PROAD
RES. CNJ Nº 136 DE 13/07/2011	Altera a RES. nº 90, de 29 de setembro de 2009
RES. Nº 88/CSJT DE 1º /12/2011	Dispõe sobre a Política de Gestão da Segurança Física dos Centros de Processamento de Dados dos Tribunais Regionais do Trabalho.
RES. Nº 101/CSJT DE 20/04/2012	Dispõe sobre a prestação de serviço extraordinário no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus

Legislação	Ementa/Resumo
ATO CSJT Nº 43 DE 01/03/2013	Dispõe sobre a política de nivelamento, atualização e renovação da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.
RES. Nº 123/CSJT, DE 21/02/2013	Altera os artigos 7º e 8º da RES. CSJT Nº 101, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre a prestação de serviço extraordinário no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus
PORTARIA CNJ Nº 113 DE 11/07/2013	Institui o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
PORTARIA PRESI Nº 19 DE 20/01/2014	Dispõe sobre o Sistema de Assentamento Funcional – SAF
RES. Nº 139/CSJT DE 24/06/2014	Dispõe sobre medidas a serem adotadas pelos Tribunais Regionais do Trabalho para impedir ou dificultar a busca de nome de empregados com o fim de elaboração de listas sujas.
ATO CSJT.GP.SG.SETIC Nº 17/2016	Institui a Política de Atendimento aos Usuários das Soluções Nacionais de TIC da Justiça do Trabalho, nos termos deste Ato
DECRETO Nº 8.777 DE 11/05/2016	Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal.
ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 2/2016	Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. OBJETO: firmar parceria entre os partícipes quanto ao desenvolvimento e manutenção (corretiva, adaptativa e perfectiva) do Sistema Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, nas ações atinentes ao seu funcionamento em todos os procedimentos eletrônicos judiciais ou administrativos. FUNDAMENTO: Lei Nº 8.666/1993. VIGÊNCIA: 1 ano, com eficácia a contar da sua assinatura, e podendo ser prorrogado automaticamente, exceto se houve manifestação expressa em contrário, nos termos da lei. ASSINATURA: 22/6/2016. Pelo TST e CSJT: Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho; pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, Desembargador Graciano Ricardo Barboza Petrone, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 3/2016	Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. OBJETO: firmar parceria entre os partícipes quanto ao desenvolvimento e manutenção (corretiva, adaptativa e perfectiva) do Sistema Integrado de Protocolo Administrativo (PROAD), nas ações atinentes ao seu funcionamento em todos os procedimentos administrativos relacionados ao protocolo e processo administrativo na Justiça do Trabalho. FUNDAMENTO: Lei Nº 8.666/1993. VIGÊNCIA: 1 ano, com eficácia a contar da sua assinatura, e podendo ser prorrogado automaticamente, exceto se houve manifestação expressa em contrário, nos termos da lei. ASSINATURA: 22/6/2016. Pelo CSJT: Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho; pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, Desembargador Graciano Ricardo Barboza Petrone, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
RES. Nº 157/CSJT	Aprova a revisão do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho para o período de 2016 a 2020.
TRT 12ª R./PRESI - PORTARIA Nº 124, DE 08-07-2016	<u>- Dispõe sobre a utilização do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT), instituído pelo Ato Conjunto TST.CSJ.T.GP.Nº 15/2008, para disponibilização e publicação dos atos administrativos deste Tribunal e de suas Unidades.</u>
RES. CNJ Nº 90 DE 29/09/2009	Dispõe sobre os requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário.
PORTARIA 247/2012	Institui Comitê Gestor de Segurança da Informação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, sob a orientação da Comissão de tecnologia da Informação deste Regional.

Legislação	Ementa/Resumo
PORTARIA 257/2012	Institui o Comitê Gestor Regional do PJe no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
PORTARIA 38/2013	Institui o Comitê de Gestão Estratégica do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e indica seus membros.
PORTARIA 39/2013	Dá nova redação ao art. 2º da Portaria GP Nº 247/2012, que institui o Comitê Gestor de Segurança da Informação do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
PORTARIA PRESI 187/2014	Aprova o novo Regimento Interno do Comitê Gestor Regional do PJe-JT; redefine o Comitê Gestor Regional do Processo Judicial Eletrônico incluindo como membro o Desembargador Coordenador do Comitê Multidisciplinar, e dá outras providências.
PORTARIA PRESI 182/2015	Institui as Unidades Gestoras de Orçamento, os prazos e os procedimentos relativos à gestão orçamentária no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e dá outras providências.
PORTARIA GP 65/2012	Instituir o Comitê do Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho e-Gestão no âmbito deste Regional.
PORTARIA PRESI 70/2011	Institui o Comitê de Sistemas Judiciários encarregado do exame das questões relativas aos sistemas de acompanhamento processual e seus auxiliares, e regulamenta seu funcionamento.
PORTARIA GP 723/2009	Institui o Comitê de Gestão Estratégica do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região para atuar no desenvolvimento de seu plano estratégico.
PORTARIA SEAP 11/2016	Institui a Política de Governança no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
PORTARIA PRESI 4/2016	Institui o Comitê Gestor Regional do Sistema SIGEO, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, nos termos que dispõe.
PORTARIA PRESI 738/2007	Institui a política de segurança da informação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
PORTARIA SEAP Nº 303/2015	Dispõe sobre a elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – PETIC – para o período de 2015 a 2020 e institui a Equipe do Projeto que atuará na sua produção.
ATO GP 88/2013	Designa servidores para compor a Equipe de Testes das versões de atualização do PJe.
PORTARIA PRESI Nº 152/2014	Comissão de Aprimoramento do PROAD e define suas atribuições
PORTARIA GP Nº 9/2014	Comissão de Recebimento de Material de Informática
PORTARIA PRESI 118/2016	Aprova e implanta o processo de Gestão de Projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
PORTARIA PRESI 123/2016	Implanta os Processos de Gerenciamento de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
RES. Nº 242, DE 09-09-2016	Revoga o inciso III do § 4º do art. 6º da RES. CNJ Nº 185/2013, que "Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento".
PORTARIA Nº 106/2016	Aprova e implanta o processo de planejamento para a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
PORTARIA Nº 180, DE 16-09-2016	Dispõe sobre a Política de Gestão de Ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
RES. Nº 245, DE 12-09-2016	Revoga o inciso III do § 4º do art. 6º e altera a redação do §1º do art. 18, ambos da RES. CNJ Nº 185/2013, que "Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico

Legislação	Ementa/Resumo
	- PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e
PORTARIA Nº 292, DE 16-09-2016	Institui a Política de Gestão de Riscos no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região
PORTARIA Nº 182, DE 19-09-2016	Dispõe sobre o Processo de Gestão de Ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
PORTARIA Nº 183, DE 20-09-2016	Dispõe sobre o Plano de Continuidade de Negócios de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
PORTARIA Nº. 188/2016	Institui o Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGeTIC no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
PORTARIA Nº. 189/2016	Dispõe sobre a organização, as competências e o funcionamento do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGTIC no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
ATO Nº 442, DE 08-11-2016	CRIA o Setor de Gestão de Riscos de TIC e o VINCULA ao Serviço de Apoio à Governança de TIC – SAGTIC, integrante da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – SETIC
ATO Nº 443, DE 08-11-2016	DESVINCULA a função comissionada de Assistente Administrativo, FC-04 (código 432), da Direção Geral da Secretaria e ALTERA sua denominação para Assistente-Chefe de Setor, FC-04, e a VINCULA ao Setor de Gestão de Riscos de TIC, criado pelo Ato PRESI nº 442/2016.
ATO Nº 242, DE 09-11-2016	Altera a composição da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Sistema Processo Judicial Eletrônico instalado na Justiça do Trabalho, instituída pelo Ato Nº 153/2014.
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 14/2016	EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 14/2016 PARTÍCIPES: Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. OBJETO: designação de equipe de desenvolvimento remoto no Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região para atuar na evolução e sustentação do Sistema Processo Judicial Eletrônico Instalado na Justiça do Trabalho, sob a supervisão técnica do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. FUNDAMENTO: Leis Nº 8.666/1993 e Nº 11.419/2006. VIGÊNCIA: prazo indeterminado a partir da data de publicação. ASSINATURA: 28/9/2016. Pelo CSJT: Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho; pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região: Desembargador Gracio Ricardo Barboza Petrone, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
ATO Nº 133/2009 - CSJT.GP.SE	Define o Modelo de Gestão do Portfólio de Tecnologia da Informação e das Comunicações da Justiça do Trabalho e revoga a RES. Nº 48 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. (Republicado em cumprimento ao art. 4º do Ato CSJT.GP.SG.SETIC nº 58, de 11.03.2016
CSJT/GP/SG - ATO Nº 279, DE 02-12-2016	Dispõe sobre a revisão do Plano Estratégico do Conselho Superior da Justiça do Trabalho para o período de 2017 a 2020.
PORTARIA PRESI Nº 119, DE 5 DE JULHO DE 2016.	Implanta o Processo de Metodologia de Desenvolvimento de Software (MDS), no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
CSJT/GP/SE - ATO Nº 133, DE 18-08-2009 (REPUBLICAÇÃO)	Define o Modelo de Gestão do Portfólio de Tecnologia da Informação e das Comunicações da Justiça do Trabalho e revoga a RES. Nº 48/2008 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
ATO Nº 100, DE 25/04/2017	Altera a composição do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e das Comunicações da Justiça do Trabalho (CGTIC-JT), de que trata o Ato Nº 133/CSJT.GP.SE/2009
TRT 12ª R./SEAP/CR - PORTARIA Nº 48, DE 30-03-2017	Institui o Comitê Gestor para Implantação do Sistema Satélite de Cálculo Trabalhista - PJe-Calc no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Legislação	Ementa/Resumo
TRT 12ª R./SEAP - PORTARIA Nº 49, DE 30-03-2017	Institui o Comitê Gestor do Sistema de Processo Administrativo Virtual e Ouvidoria da Justiça do Trabalho (cgProad-Ouv).
PORTARIA SECRETARIA-GERAL 30, DE 3 DE AGOSTO DE 2017	Ratifica o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do Conselho Nacional de Justiça para o período 2016-2017
ATO Nº 540 26/09/2017	O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, certifica que, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, até a presente data, não foram verificadas informações enquadráveis no art. 23 da Lei de Acesso à Informação e art. 24 da RES. CNJ Nº 215/2015, classificáveis como ultrassecreta, secreta ou reservadas.
RES. Nº 202, DE 25-08-2017	- Dispõe sobre a Gestão Orçamentária dos recursos alocados na área de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.
RES. Nº 3, DE 13-10-2017	Aprova as normas sobre elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos, conforme disposto no Decreto Nº 8.777/2016, que " Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal".
RA 004/2016	Aprova o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT da 12ª Região para o período de 2015 a 2020.

INVENTÁRIO DE NECESSIDADES

CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO

O CGTIC prioriza os projetos e as contratações separadamente, ainda que ambos compartilhem as mesmas equipes, com base no Critério de Priorização. Cada item do Critério é aplicado com maior ou menor precisão, de acordo com as informações e os requisitos disponíveis para cada demanda no momento do planejamento. A aplicação do critério é aperfeiçoada em cada revisão do PDTIC, conforme novos dados vão se tornando disponíveis.

Para isso, o Comitê discute e aprova o balanceamento de recursos entre os projetos e as contratações e define a ordem de execução, indicando os próximos itens, para o caso de interrupção de algum projeto ou contratação, por razões previstas ou não.

Por determinação da Resolução CNJ 182/2013, priorizam-se as contratações de cada ano, até o mês novembro do ano anterior. O CGTIC realiza uma análise contextual e aplica o Critério de Priorização para definir a ordem das contratações em cada ano.

Os projetos de longa duração, com estimativa de execução superior a um ano são priorizados com base no Critério de Priorização, entram em execução nos períodos determinados e na eventualidade de suspensão e/ou atraso, cedem suas equipes para outras frentes de trabalho.

O Critério de Priorização, apresentado a seguir, foi aprovado pelo CGTIC na reunião ordinária de 23 de outubro de 2015 e avalia critérios de 3 (três) dimensões classificatórias: benefícios, recursos e riscos. Na primeira, quanto maior o benefício, maior a pontuação. Para as demais, quanto maiores os riscos e os recursos, menores as pontuações. Com a aplicação desses critérios, cria-se uma ranking que auxilia na tomada de decisão.

Código	Classificação	Critério	Pontuação		
			Baixa	Média	Alta
B01	Benefícios	Abrangência dos Resultados (Áreas Atendidas) Baixo: uma área Médio: duas áreas Alto: mais de duas áreas	250	500	1000
B02	Benefícios	Importância Estratégica Baixo: projeto subsidiário a um objetivo estratégico Médio: projeto fortemente vinculado a um objetivo estratégico Alto: iniciativa estratégica explícita no PEI/PETIC	500	1000	2000
B03	Benefícios	Relevância Baixo: Áreas, exceto as especificadas a seguir Médio: Áreas Judiciárias Alto: Presidência, DIGER, CSJT, CNJ, TCU	250	500	1000
B04	Benefícios	Obrigatoriedade Baixo: não é obrigatório Médio: não é obrigatório, mas é prudente/conveniente que se faça Alto: é determinação	0	1000	2000
R01	Recursos	Custo Baixo: Até R\$ 80.000,00 Médio: Entre R\$ 80.000,01 e R\$ 650.00,00 Alto: Mais de R\$ 650.00,00	500	250	125
R02	Recursos	Duração Baixo: até seis meses Médio: mais de seis meses, até um ano Alto: mais de um ano	500	250	125
S01	Riscos	Áreas Resolvedoras Envolvidas (áreas de negócio e de TIC) Baixo: até duas Médio: três a quatro áreas Alto: cinco ou mais áreas	500	250	125

Código	Classificação	Critério	Pontuação		
			Baixa	Média	Alta
S02	Riscos	Conhecimento da Equipe (Técnico e/ou Negocial) Baixo: a maior parte da equipe conhece o suficiente para o projeto Médio: pelo menos um membro da equipe conhece o suficiente para dar suporte para os demais Alto: não é possível executar sem ação de qualificação	500	250	125

No caso das contratações, além dos critérios acima, considera-se a criticidade de cada uma delas para a continuidade dos serviços, sendo este o principal critério de priorização. A tabela abaixo apresenta as diretrizes para esta classificação:

Grupo	Critérios
Imprescindível	Ações de tecnologia que evitam interrupção na prestação jurisdicional - Plano Continuidade de Negócios (PCN) e outras
Importante	Atende um dos seguintes itens: • Projeto Estratégico • Afeta a prestação jurisdicional • Interrompe a prestação administrativa • Atende normativo
Desejável	Demais casos, normalmente projetos que visam a melhoria do serviço

NECESSIDADES IDENTIFICADAS

Apesar de muitas metas terem sido superadas nos últimos anos, da análise global de todas as informações apresentadas neste plano, bem como das demandas recebidas das áreas do TRT12, observa-se algumas necessidades e oportunidades de melhorias que devem orientar as ações deste Plano. São elas:

ID	Necessidades
N1	Manter e aprimorar a infraestrutura de desenvolvimento de sistemas
N2	Desenvolver e/ou implantar novas soluções para atendimento às necessidades de negócios
N3	Manter e aprimorar as soluções existentes adequadas para atendimento das necessidades de negócio (performance, bug, alterações regulamentares).
N4	Capacitar os técnicos e gestores de TIC

N5	Manter e aprimorar a infraestrutura corporativa de TIC
N6	Manter e aprimorar o parque de equipamentos de uso departamental e pessoal
N7	Manter e aprimorar a Gestão e Governança de TIC
N8	Contribuir no aprimoramento da solução nacional PJe e seus módulos e satélites
N9	Contribuir no aprimoramento do PROAD e outras soluções nacionais administrativas
N10	Adequar a estrutura e o quadro de TIC às necessidades do Tribunal
N11	Garantir a continuidade dos serviços de TIC que suportam as atividades críticas do Tribunal
N12	Criar estrutura de suporte e apoio aos projetos de inteligência de negócios (BI)
N13	Manter e aprimorar a gestão de riscos de TIC e segurança da informação
N14	Manter e aprimorar a gestão de serviços

Estas necessidades foram desdobradas em projetos, ações e contratações, as quais consolidaram-se no Portfólio aprovado pelo CGTIC, apresentado no Anexo I.

O Portfólio relaciona as diversas ações de TIC e explicita a programação de cada uma delas, sendo o principal instrumento para avaliação da capacidade das equipes de TIC e priorização das ações. É um documento vivo, constantemente monitorado e ajustado de modo a adequá-lo ao andamento das ações.

Apesar de contidas no Portfólio de TIC, as ações de contratação requerem tratamento diferenciado. Por este motivo, foram destacadas em planejamento próprio – o Plano de Contratações de TIC, apresentado no Anexo II.

PLANO DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAS

A ENTIC-JUD e o PETIC estabelecem a necessidade de investimentos em capacitação do quadro de pessoal de TIC. Para tanto, elaborou-se um Plano Anual de Capacitação de TIC (PACTIC) para 2018, indicando o quantitativo e a qualificação dos recursos humanos necessários para se alcançar as metas e as ações estabelecidas, conforme apresentado nos seguintes anexos:

- Anexo III – Plano Anual de Capacitação de TIC;
- Anexo IV – Alocação de recursos orçamentários para as capacitações de TIC;
- Anexo V – Portfólio das capacitações de TIC.

O planejamento de 2019 será realizado conforme previsto no Portfólio de TIC, baseando-se nos resultados do planejamento de 2018.

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS

A SETIC, para manter os serviços de TIC e obter os resultados esperados de seus serviços e projetos, organiza, documenta, prioriza, monitora e trata os riscos relacionados à sua área de atuação. A implantação da Gestão de Riscos, estruturada de acordo com as boas práticas de mercado e com as recomendações dos Órgãos Superiores e de Controle está atualmente em andamento.

A relação a seguir, acompanhada das ações programadas, inclui riscos de infraestrutura e suporte, desenvolvimento e sustentação de sistemas, e apresenta um panorama de alto nível, sem mencionar detalhes técnicos e operacionais. Em alguns casos, as ações têm caráter preventivo e visam mitigar a possibilidade de ocorrência do evento de risco em questão.

Código	Risco	Ações
R1	Falha no entendimento pelo pessoal técnico dos requisitos para novas STIC.	1. Adoção de metodologia de levantamento de requisitos. 2. Registro dos requisitos relacionados às demandas em atas, fluxos de trabalho, protótipos de tela, entre outros documentos. 3. Homologação por parte das área de negócio dos documentos produzidos nas fases de levantamento e diagnóstico.
R2	Atraso nos prazos previamente definidos para entrega das STIC.	1. Acompanhamento dos cronogramas. 2. Realocação temporária de servidores entre as equipes. 3. Renegociação dos prazos e gerenciamento das expectativas das partes interessadas.
R3	Insucesso nas contratações, em especial de fábrica de software	1. Renegociação de prazos e escopo. 2. Realocação das equipes.
R4	Inadequação dos processos de trabalho definidos e documentados.	1. Monitoramento e entrevistas com os usuários dos processos. 2. Realização de ajustes nos processos e acompanhamento da efetividade das mudanças.
R5	Capacitação insuficiente dos servidores da SETIC e das áreas de negócio para adoção dos processos de trabalho.	1. Aprimoramento da documentação. 2. Empreendimento de ações de capacitação.

Código	Risco	Ações
R6	Falha em equipamentos críticos das salas de audiência e de sessão.	1. Execução do procedimento pré-definido para recuperação das falhas. 2. Substituição dos equipamentos que apresentem falhas em tempo suficiente para manter a disponibilidade. 3. Uso de configurações preestabelecidas e imagens de disco. 4. Manutenção de equipes de plantão durante os eventos.
R7	Falha no fornecimento de energia nas unidades de armazenamento de dados ou em instalações críticas.	1. Dimensionamento adequado de nobreaks e geradores. 2. Manutenção preventiva, testes e verificações quinzenais de funcionamento dos nobreaks e dos geradores.
R8	Exaustão na capacidade de armazenamento de dados	1. Monitoramento da ocupação dos meios de armazenamento. 2. Projeção de necessidade futura e elaboração de projeto de ampliação em tempo suficiente para a manutenção dos serviços em funcionamento.
R9	Furto de equipamentos e dispositivos de TIC	1. Controle da lotação dos equipamentos e dispositivos em todas as movimentações. 2. Uso obrigatório de veículos do Tribunal para movimentações dos equipamentos entre os prédios, inclusive de notebooks.
R10	Não cumprimento dos acordos de nível de serviço (ANS)	1. Uso de painéis de monitoramento e definição de procedimentos para corrigir desvios. 2. Envio de e-mails para destinatários selecionados quando 75% dos ANS é atingido.
R11	Insucesso de contratações de TIC	1. Estabelecimento prévio dos prazos adequados para realização de estudos preliminares, projetos básicos, revisão e tramitação administrativa. 2. Aprovação e publicação anual do PCTIC.
R12	Indisponibilidade de equipamentos críticos por falha.	1. Manutenção de contratos de garantia ou de manutenção para todos os equipamentos críticos. 2. Monitoramento de incidentes relacionados aos equipamentos críticos
R13	Uso de software sem disponibilidade de licença.	1. Adoção da política de uso de software. 2. Uso de ferramentas de inventário e auditoria. 3. Notificação do usuário do software sem licença e proposta de alternativa, quando houver. 4. Desinstalação de software sem licença.
R14	Falha de funcionamento do PJe, em função de atualizações de versão.	1. Correção da falha por meio de intervenção específica e pontual no banco de dados; 2. Comunicação à equipe nacional sobre a falha e sobre os procedimentos adotados.

Código	Risco	Ações
R15	Impossibilidade de resolver localmente uma falha ocorrida em decorrência de atualização de versão do PJe.	1. Informação da situação aos usuários afetados e gerenciamento das expectativas. 2. Comunicação à equipe nacional sobre a falha.
R16	Falhas no PJe decorrentes de alterações nas configurações das estações de trabalho que não pertencem ao Tribunal.	1. Publicação de informações técnicas sobre a configuração adequada. 2. Suporte aos usuários para corrigir a configuração e sanar a falha.
R17	Ocorrência de inconsistências em processos eletrônicos do PJe, em função de mudança no fluxo de processo.	1. Alocação de equipe habilitada para correção de problemas de fluxo após cada mudança de fluxo. 2. Comunicação à equipe nacional sobre ocorrências que envolvam fluxo de processo.
R18	Falha na carga dos dados para o sistema eGestão, que produz informações gerenciais e estatísticas sobre o funcionamento da Justiça.	1. Manutenção de equipe de monitoramento capaz de identificar e corrigir eventuais falhas, antes de gerar as informações. 2. Correção das rotinas de carga.
R19	Excesso de demandas não planejadas geradas por Órgão Superiores, de Controle e pela Alta Administração.	1. Submissão das demandas ao CGTIC para priorização e eventuais suspensões. 2. Obtenção do compromisso da Alta Administração com os prazos acordados. 3. Racionalização de processos de trabalho para ampliar a capacidade da equipe.
R20	Necessidades de suporte técnico e comercial para uso dos sistemas judiciais legados.	1. Manutenção de equipe preparada para atender aos chamados relacionados aos sistemas legados. 2. Documentação de procedimentos que devem ser seguidos pelos usuários.
R21	Incompatibilidade de tecnologias obsoletas usadas nos sistemas legados que os impeça de funcionar em ambientes atualizados.	1. Elaboração e execução de planos de teste nos sistemas legados, usando uma réplica do novo ambiente, antes da atualização do parque computacional do Tribunal.
R22	Incompatibilidade do PJe com as ferramentas que dão suporte ao seu funcionamento, como navegadores, etc.	1. Informação à comunidade de usuários sobre as eventuais incompatibilidades. 2. Atendimento individual aos usuários.
R23	Falha na segurança da informação (disponibilidade, confidencialidade ou integridade) relacionada aos serviços e aos sistemas de TIC, em razão da materialização das ameaças	1. Manutenção de um ciclo de gestão de riscos de SI em conformidade com a norma ISO 31000, a cada dois anos. 2. Intervenção pontual e específica de acordo com os procedimentos definidos

Código	Risco	Ações
	e agentes previamente mapeados e monitorados.	
R24	Indisponibilidade ou degradação relacionada aos serviços de TIC para os quais há ANS.	1. Monitoramento dos serviços de TIC. 2. Abertura de incidente, conforme o caso. 3. Execução de procedimentos pré-definidos e/ou implementação de soluções de contorno. 4. Escalação para grupos resolvidores de nível superior, conforme o caso e a necessidade. 5. Identificação do problema e da causa raiz. 6. Proposição de ações para resolução da causa raiz.
R25	Não atendimento das normativas que tratam dos serviços de TIC (PJe, Folha de Pagamento, etc.).	1. Acompanhamento por amostragem do cumprimento das normas. 2. Identificação de não conformidades. 3. Proposta de adequação.
R26	Interrupção no funcionamento do sistema gerenciador de banco de dados dos sistemas críticos, em razão de falha técnica.	1. Replicação das bases de dados em um centro de dados auxiliar. 2. Monitoramento do funcionamento do centro de dados principal. 3. Em caso de falha técnica do centro de dados principal, transferência para o centro de dados auxiliar.
R27	Inconsistência de base de dados de sistemas críticos, por falha de operação ou de manipulação inadequada dos dados.	1. Identificação da inconsistência de dados. 2. Seleção das cópias de segurança para restauração. 3. Execução do procedimento de restauração da base de dados. 4. Informação aos usuários sobre a normalização do sistema
R28	Falha em equipamentos servidores que suportam as aplicações críticas do Tribunal	1. Utilização de ambiente virtualizado composto por equipamentos servidores do tipo Blade, distribuídos em dois centro de dados interligados, operando como uma nuvem privada. 2. Monitoramento do funcionamento dos equipamentos servidores dos centros de dados. 3. Em caso de falha técnica em algum equipamento, realocação das máquinas virtuais.

PROCESSO DE REVISÃO DO PDTIC

O PDTIC, como já mencionado neste documento, é desdobramento tático do PETIC, do PEI e de outros instrumentos estratégicos aos quais o TRT12 está subordinado. Em razão dessa sua natureza, seguirá as revisões das estratégias, para que as iniciativas e contratações nele contidas permaneçam em harmonia com as estratégias. Este plano também deverá ser revisado frequentemente para acompanhar a dinâmica da execução dos trabalhos e da evolução dos planos auxiliares.

As revisões necessárias serão coordenadas pela SETIC e poderão envolver as áreas finalísticas do Tribunal. As propostas deverão ser submetidas para análise do CGTIC.

São marcos conhecidos que podem ensejar revisões no PDTIC:

Período	Evento
Quadrimestralmente	RAE Institucional e de TIC
Bimestralmente	Nas reuniões do CGTIC.
Novembro de cada ano	Aprovação do PCTIC do ano subsequente
Extraordinariamente	Sempre que houver alteração em um dos planos superiores que devam ser refletidas no PDTIC

FATORES CRÍTICOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO PDTIC

Fatores críticos são premissas para a execução do PDTIC. Foram elencados os seguintes:

- Apoio e comprometimento da Alta Administração e das áreas de negócios para cumprimento do PDTIC;
- Manutenção da estrutura da SETIC adequada à quantidade e à complexidade das demandas, bem como à Legislação e aos normativos em vigor e futuros, que influenciem e/ou determinem a atuação do TRT12, em especial nas ações de TIC;
- Capacitação dos servidores da SETIC, na forma do PACTIC;
- Disponibilidade orçamentária compatível com às demandas de negócio e/ou institucionais.

CONCLUSÃO

Os processos de trabalho do Tribunal que garantem o atendimento ao jurisdicionado são suportados em grande medida por sistemas informatizados. Estes por sua vez dependem de equipes qualificadas e em quantidade suficiente, e de infraestrutura de TIC para estarem disponíveis, íntegros e confiáveis.

O PDTIC, visando ao atendimento das estratégias da Alta Administração e dos Órgãos Superiores e de Controle, propõe táticas para manter os serviços de TIC em funcionamento compatível com a missão institucional do Órgão. Essas propostas derivam, pois, dos planos estratégicos dos Órgãos Superiores e de Controle, do PEI e do PETIC, e são avaliadas e aprovadas pela autoridade competente.

O PDTIC é a formalização das táticas propostas e o instrumento de disseminação e uniformização do entendimento sobre o que será feito em seu período de abrangência. Estabelece, assim, metas para as equipes técnicas e de gestão.

Como instrumento de trabalho e apoio à decisão, tem caráter dinâmico e requer acompanhamento e avaliação dos resultados, na forma prevista no próprio plano. Sempre que necessário, estas ações devem ensejar a atualização do Plano, uma nova aprovação e publicação de versão.

ANEXO I

- PORTFÓLIO DE TIC

ID	Iniciativa	PROAD	Demandante	Área da SETIC	Equipe Técnica	Abrangência dos Resultados (Áreas Atendidas)		Importância Estratégica		Relevância		Obrigatoriedade		Pontos Benefícios	Custo		Duração		Pontos Recursos	Áreas envolvidas (de negócios e TIC)		Conhecimento da Equipe		Pontos Riscos	Pontos Total
0156	Elaborar o Plano Anual de Capacitação de TIC de 2018 (PACTIC 2018)	4965/2017	PRESI	SAGTIC	EAPTIC	Baixa	250	Média	1000	Baixa	250	Alta	2000	3500	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	5500
0269	Gestão de Riscos de Tecnologia da Informação (TIC) para o ciclo 2016 - 2018 em conformidade com a portaria de PRESI 109/2016.	9940/2016	PRESI	SAGTIC	SGRTIC	Alta	1000	Alta	2000	Alta	1000	Alta	2000	6000	Baixa	500	Baixa	500	1000	Média	250	Baixa	500	750	7750
0002	Novo Portal TRT12 (intranet e internet).	11942/2016	PRESI	SEDES	Célula 4	Alta	1000	Alta	2000	Alta	1000	Média	1000	5000	Alta	125	Média	250	375	Média	250	Alta	125	375	5750
0284	Unificação de ferramentas de pesquisa processual nos níveis de 1º e 2º graus para integrar novo portal do TRT.	6868/2017	SECOM	SEDES	Célula 4	Alta	1000	Baixa	500	Média	500	Média	1000	3000	Baixa	500	Baixa	500	1000	Média	250	Baixa	500	750	4750
1184	Aquisição de 4 licenças permanentes de uso do PHPStorm, com serviço de suporte temporário.	11955/2017	SETIC	SEDES	Célula 4	Baixa	250	Baixa	500	Baixa	250	Baixa	0	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	3000
1168	Contratação de consultoria no CMS Drupal 8	10742/2017	SETIC	SEDES	SEDES	Alta	1000	Média	1000	Alta	1000	Baixa	0	3000	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Média	250	750	4750
1039	Contratação de fábrica de software para plataforma JEE	10716/2017	SETIC	SEDES	SEDES	Alta	1000	Média	1000	Baixa	250	Baixa	0	2250	Média	250	Baixa	500	750	Baixa	500	Baixa	500	1000	4000
1071	Contratação de suporte e manutenção de protocoladora digital (PDDE)		SETIC	SEDES	SEDES	Alta	1000	Média	1000	Baixa	250	Baixa	0	2250	Média	250	Baixa	500	750	Baixa	500	Baixa	500	1000	4000
1100	Contratação de suporte e atualização de licenças das soluções de rastreamento de chamados e wiki corporativo (JIRA/Confluence)	10897/2017	SETIC	SEDES	SEDES	Média	500	Baixa	500	Baixa	250	Baixa	0	1250	Média	250	Baixa	500	750	Baixa	500	Baixa	500	1000	3000
1183	Aquisição de cliente gráfico para repositórios GIT e SVN.	11954/2017	SETIC	SEDES	SEDES	Baixa	250	Baixa	500	Baixa	250	Baixa	0	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	3000
1186	Aquisição de Certificado Digital e Tokens (pessoa jurídica)	2162/2018	COF	SEDES	SGR	Alta	1000	Baixa	500	Alta	1000	Baixa	0	2500	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Alta	125	625	4125
1176	Aquisição de porta para datacenter auxiliar (Utrillo)	11829/2017	SETIC	SEINFRA	SEDES	Alta	1000	Média	1000	Baixa	250	Alta	2000	4250	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	6250
1185	Aquisição de equipamentos para o sistema de telefonia para interligar todas as varas do Trabalho e a Sede do TRT-SC (VOIP)	12107/2017	SETIC	SEINFRA	SEDES	Alta	1000	Baixa	500	Alta	1000	Baixa	0	2500	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Alta	125	625	4125
1138	Robô de backup - troca dos drives LTO 5 por LTO 7 ou aquisição de biblioteca com garantia e suporte de trinta meses	11766/2017	SETIC	SEINFRA	SEGAD	Alta	1000	Média	1000	Baixa	250	Baixa	0	2250	Média	250	Baixa	500	750	Baixa	500	Baixa	500	1000	4000
2013	Contratação de suporte e manutenção de sistema de		SETIC	SEINFRA	SEGAD	Alta	1000	Média	1000	Baixa	250	Baixa	0	2250	Média	250	Baixa	500	750	Baixa	500	Baixa	500	1000	4000

ID	Iniciativa	PROAD	Demandante	Área da SETIC	Equipe Técnica	Abrangência dos Resultados (Áreas Atendidas)		Importância Estratégica		Relevância		Obrigatoriedade		Pontos Benefícios	Custo		Duração		Pontos Recursos	Áreas envolvidas (de negócios e TIC)		Conhecimento da Equipe		Pontos Riscos	Pontos Total
	armazenamento de dados (Storage HP EVA P6550)																								
1120	Aquisição de solução de armazenamento de dados (storage) para ampliação da capacidade	11791/2017	SETIC	SEINFRA	SEGAD	Alta	1000	Média	1000	Baixa	250	Baixa	0	2250	Alta	125	Baixa	500	625	Baixa	500	Média	250	750	3625
1139	Contratação de suporte e manutenção de 4 equipamentos de armazenamento de dados (storage) (IBM V5000)	11769/2017	SETIC	SEINFRA	SEGAD	Baixa	250	Média	1000	Baixa	250	Baixa	0	1500	Média	250	Baixa	500	750	Baixa	500	Baixa	500	1000	3250
0109	Nivelamento da Infraestrutura de TIC de acordo com a Res 211 de 2015 do CNJ	7021/2017	PRESI	SEINFRA	SEINFRA	Média	500	Média	1000	Alta	1000	Alta	2000	4500	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	6500
0277	Eliminação dos servidores do interior.	10570/2017	SEINFRA	SEINFRA	SEINFRA	Alta	1000	Média	1000	Média	500	Média	1000	3500	Baixa	500	Baixa	500	1000	Média	250	Baixa	500	750	5250
1068	Contratação de suporte e atualização de licenças de solução de gerenciamento de risco (Risk Manager)	11274/2017	DIGER	SEINFRA	SEINFRA	Média	500	Média	1000	Baixa	250	Baixa	0	1750	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	3750
2068	Contratação de suporte e atualização de licenças de solução de gerenciamento de risco (Risk Manager)	11274/2017	DIGER	SEINFRA	SEINFRA	Média	500	Média	1000	Baixa	250	Baixa	0	1750	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	3750
2182	Extensão da garantia da controladora wireless		SETIC	SEINFRA	SEINFRA	Baixa	250	Média	1000	Baixa	250	Baixa	0	1500	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	3500
1006	Blade - Suporte e manutenção de servidor de processamento de dados		SETIC	SEINFRA	SGBD	Alta	1000	Média	1000	Alta	1000	Baixa	0	3000	Média	250	Baixa	500	750	Baixa	500	Baixa	500	1000	4750
2006	Blade - Suporte e manutenção de servidor de processamento de dados		SETIC	SEINFRA	SGBD	Alta	1000	Média	1000	Alta	1000	Baixa	0	3000	Média	250	Baixa	500	750	Baixa	500	Baixa	500	1000	4750
0035	Portal do SEINFRA.	1456/2016	SETIC	SEINFRA	SGBD	Baixa	250	Alta	2000	Baixa	250	Baixa	0	2500	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	4500
1002	Banco de Dados - Contratação de suporte e atualização de licenças do banco de dados Oracle		SETIC	SEINFRA	SGBD	Alta	1000	Média	1000	Baixa	250	Baixa	0	2250	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	4250
2002	Banco de Dados - Contratação de suporte e atualização de licenças do banco de dados Oracle		SETIC	SEINFRA	SGBD	Alta	1000	Média	1000	Baixa	250	Baixa	0	2250	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	4250
2059	Contratação de manutenção de sala cofre		SETIC	SEINFRA	SGR	Alta	1000	Média	1000	Alta	1000	Alta	2000	5000	Média	250	Baixa	500	750	Baixa	500	Baixa	500	1000	6750
1070	Rede JT - Contratação de links para conexão da sede com as unidades do interior	12100/2017	SETIC	SEINFRA	SGR	Alta	1000	Média	1000	Alta	1000	Alta	2000	5000	Alta	125	Baixa	500	625	Baixa	500	Baixa	500	1000	6625
2056	Rede JT - Contratação de links de alto desempenho para conexão da SEDE com unidades (23 unidades)		SETIC	SEINFRA	SGR	Alta	1000	Média	1000	Alta	1000	Alta	2000	5000	Alta	125	Baixa	500	625	Baixa	500	Baixa	500	1000	6625
2070	Rede JT - Contratação de links para conexão da sede com as unidades do interior	12100/2017	SETIC	SEINFRA	SGR	Alta	1000	Média	1000	Alta	1000	Alta	2000	5000	Alta	125	Baixa	500	625	Baixa	500	Baixa	500	1000	6625

ID	Iniciativa	PROAD	Demandante	Área da SETIC	Equipe Técnica	Abrangência dos Resultados (Áreas Atendidas)		Importância Estratégica		Relevância		Obrigatoriedade		Pontos Benefícios	Custo		Duração		Pontos Recursos	Áreas envolvidas (de negócios e TIC)		Conhecimento da Equipe		Pontos Riscos	Pontos Total
1035	Aquisição de switches core e de distribuição para a rede de dados		SETIC	SEINFRA	SGR	Alta	1000	Média	1000	Alta	1000	Baixa	0	3000	Média	250	Baixa	500	750	Baixa	500	Baixa	500	1000	4750
2011	Contratação de suporte e atualização de licenças das soluções de filtragem de conteúdo web McAfee Web Security e McAfee Web Anti Malware		SETIC	SEINFRA	SGR	Alta	1000	Média	1000	Baixa	250	Baixa	0	2250	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	4250
1080	Aquisição de switches de borda (equipamentos de rede) para expansão e renovação da rede corporativa	11768/2017	SETIC	SEINFRA	SGR	Alta	1000	Média	1000	Baixa	250	Baixa	0	2250	Média	250	Baixa	500	750	Baixa	500	Baixa	500	1000	4000
2058	Contratação de acesso corporativo à internet - Link 1		SETIC	SEINFRA	SGR	Alta	1000	Média	1000	Baixa	250	Baixa	0	2250	Média	250	Baixa	500	750	Baixa	500	Baixa	500	1000	4000
2151	Banco de Dados - Contratação de monitoramento remoto e suporte técnico para os bancos de dados Oracle, PostgreSQL e MySQL		SETIC	SEINFRA	SGR	Alta	1000	Média	1000	Baixa	250	Baixa	0	2250	Média	250	Baixa	500	750	Baixa	500	Baixa	500	1000	4000
2177	Aquisição de equipamentos wireless para renovação do parque instalado	11812/2017	SETIC	SEINFRA	SGR	Baixa	250	Média	1000	Baixa	250	Baixa	0	1500	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	3500
1077	Contratação de suporte e atualização de licenças do software de monitoramento e performance de aplicações para o PJe (CA/APM)		SETIC	SEINFRA	SGSTIC	Alta	1000	Média	1000	Alta	1000	Alta	2000	5000	Alta	125	Baixa	500	625	Baixa	500	Média	250	750	6375
1009	Contratação de suporte e atualização de licenças para o sistema operacional do PJe (Linux)		SETIC	SEINFRA	SGSTIC	Baixa	250	Alta	2000	Média	500	Baixa	0	2750	Média	250	Baixa	500	750	Baixa	500	Baixa	500	1000	4500
1033	Contratação de suporte e atualização de licenças de servidor de aplicação para o PJe (JBoss)	195/2018	SETIC	SEINFRA	SGSTIC	Alta	1000	Média	1000	Baixa	250	Baixa	0	2250	Média	250	Baixa	500	750	Baixa	500	Baixa	500	1000	4000
1121	Blade - Aquisição de equipamento de processamento de dados	11823/2017	SETIC	SEINFRA	SGSTIC	Alta	1000	Média	1000	Baixa	250	Baixa	0	2250	Alta	125	Baixa	500	625	Baixa	500	Média	250	750	3625
0083	Processo de Gerenciamento de Incidentes - Manutenção e evolução	1916/2017	SETIC	SESUP	CSI	Baixa	250	Alta	2000	Alta	1000	Alta	2000	5250	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	7250
0007	Pesquisa de satisfação de clientes sobre os serviços de TIC (internos e externos).	8985/2016	PRESI	SESUP	CSI	Alta	1000	Alta	2000	Alta	1000	Média	1000	5000	Baixa	500	Baixa	500	1000	Média	250	Baixa	500	750	6750
1018	Contratação de suporte e atualização de licenças da solução de gerenciamento de serviços de Tecnologia	10893/2017	SETIC	SESUP	CSI	Alta	1000	Média	1000	Alta	1000	Alta	2000	5000	Média	250	Baixa	500	750	Baixa	500	Baixa	500	1000	6750

ID	Iniciativa	PROAD	Demandante	Área da SETIC	Equipe Técnica	Abrangência dos Resultados (Áreas Atendidas)		Importância Estratégica		Relevância		Obrigatoriedade		Pontos Benefícios	Custo		Duração		Pontos Recursos	Áreas envolvidas (de negócios e TIC)		Conhecimento da Equipe		Pontos Riscos	Pontos Total
	da Informação e Comunicação (Assyst)																								
0084	Processo de Cumprimento de Requisição - Manutenção e evolução	1917/2017	SETIC	SESUP	CSI	Baixa	250	Alta	2000	Alta	1000	Média	1000	4250	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	6250
1166	Contratação de licenças de uso para tratamento de mídia e editoração (4 Adobe Creative Cloud, 1 Photoshop e 1 InDesign)	11167/2017	SEDUC	SESUP	CSI	Alta	1000	Baixa	500	Média	500	Baixa	0	2000	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	4000
2060	Contratação de serviços de suporte de tecnologia da informação e comunicação (TIC) em 1º e 2º nível	10908/2017	SESUP	SESUP	CSI	Alta	1000	Média	1000	Baixa	250	Baixa	0	2250	Alta	125	Baixa	500	625	Baixa	500	Baixa	500	1000	3875
1067	Contratação de suporte técnico e atualização de licenças do software de gerenciamento de bibliotecas (SIABI)	11128/2017	SEJUP	SESUP	CSI	Baixa	250	Média	1000	Baixa	250	Baixa	0	1500	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	3500
2067	Contratação de suporte técnico e atualização de licenças do software de gerenciamento de bibliotecas (SIABI)	11128/2017	SEJUP	SESUP	CSI	Baixa	250	Média	1000	Baixa	250	Baixa	0	1500	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	3500
1163	Contratação de manutenção de 4 equipamentos de digitalização (scanner) para digitalização de documentos a arquivar ou eliminar (Fujitsu/Fi 6670)	11084/2017	SEDIG	SESUP	SGBD	Baixa	250	Média	1000	Baixa	250	Baixa	0	1500	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	3500
1028	Contratação de serviços de manutenção de impressoras	11072/2017	SETIC	SESUP	SGE	Alta	1000	Média	1000	Alta	1000	Alta	2000	5000	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	7000
1063	Contratação de suporte e manutenção de nobreaks do datacenter (SYMMETRA)	10984/2017	SETIC	SESUP	SGE	Alta	1000	Média	1000	Alta	1000	Alta	2000	5000	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	7000
2028	Contratação de serviços de manutenção de impressoras	11072/2017	SETIC	SESUP	SGE	Alta	1000	Média	1000	Alta	1000	Alta	2000	5000	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	7000
2063	Contratação de suporte e manutenção de nobreaks do datacenter (SYMMETRA)	10984/2017	SETIC	SESUP	SGE	Alta	1000	Média	1000	Alta	1000	Alta	2000	5000	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	7000
1066	Contratação de acesso móvel à internet (151 linhas)	11019/2017	SETIC	SESUP	SGE	Alta	1000	Média	1000	Alta	1000	Alta	2000	5000	Média	250	Baixa	500	750	Baixa	500	Baixa	500	1000	6750
1101	Aquisição de 110 impressoras laser e equipamentos multifuncionais	11087/2017	SETIC	SESUP	SGE	Alta	1000	Média	1000	Alta	1000	Alta	2000	5000	Média	250	Baixa	500	750	Baixa	500	Baixa	500	1000	6750
2066	Contratação de acesso móvel à internet (151 linhas)	11019/2017	SETIC	SESUP	SGE	Alta	1000	Média	1000	Alta	1000	Alta	2000	5000	Média	250	Baixa	500	750	Baixa	500	Baixa	500	1000	6750

ID	Iniciativa	PROAD	Demandante	Área da SETIC	Equipe Técnica	Abrangência dos Resultados (Áreas Atendidas)		Importância Estratégica		Relevância		Obrigatoriedade		Pontos Benefícios	Custo		Duração		Pontos Recursos	Áreas envolvidas (de negócios e TIC)		Conhecimento da Equipe		Pontos Riscos	Pontos Total
1019	Contratação de suporte e manutenção dos nobreaks APC-SUVT de 40KVA	10991/2017	SETIC	SESUP	SGE	Baixa	250	Média	1000	Alta	1000	Alta	2000	4250	Média	250	Baixa	500	750	Baixa	500	Baixa	500	1000	6000
1107	Contratação de manutenção de equipamentos de digitalização (scanner) de alta capacidade para remessa de processo ao TST (Kodak i4600 e Fujitsu fi-6800)	11138/2017	SECAP	SESUP	SGE	Média	500	Baixa	500	Alta	1000	Alta	2000	4000	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	6000
2019	Contratação de suporte e manutenção dos nobreaks APC-SUVT de 40KVA	10991/2017	SETIC	SESUP	SGE	Baixa	250	Média	1000	Alta	1000	Alta	2000	4250	Média	250	Baixa	500	750	Baixa	500	Baixa	500	1000	6000
2107	Contratação de manutenção de equipamentos de digitalização (scanner) de alta capacidade para remessa de processo ao TST (Kodak i4600 e Fujitsu fi-6800)	11138/2017	SECAP	SESUP	SGE	Média	500	Baixa	500	Alta	1000	Alta	2000	4000	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	6000
0289	Processo de Gestão de Ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), ciclo anual de 2017	7238/2017	SESUP	SESUP	SGE	Alta	1000	Baixa	500	Média	500	Média	1000	3000	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	5000
1017	Contratação de suporte e manutenção dos nobreaks das Varas e Foros Trabalhistas do interior do estado e aquisição de baterias seladas sob demanda.	11031/2017	SETIC	SESUP	SGE	Alta	1000	Média	1000	Baixa	250	Baixa	0	2250	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	4250
2017	Contratação de suporte e manutenção dos nobreaks das Varas e Foros Trabalhistas do interior do estado e aquisição de baterias seladas sob demanda.	11031/2017	SETIC	SESUP	SGE	Alta	1000	Média	1000	Baixa	250	Baixa	0	2250	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	4250
1141	Aquisição de impressora colorida A3	10958/2017	SEMAP	SESUP	SGE	Alta	1000	Baixa	500	Baixa	250	Baixa	0	1750	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Média	250	750	3500
1164	Aquisição de 3 licenças permanentes de Microsoft Office	11123/2017	COF	SESUP	SGE	Baixa	250	Baixa	500	Baixa	250	Baixa	0	1000			Baixa	500		Baixa	500	Baixa	500	1000	2000
1038	Contratação de suporte e atualização para licenças de software odontológico (PRODENT)	10962/2017	SAÚDE	SESUP	SSM	Baixa	250	Baixa	500	Baixa	250	Baixa	0	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	3000
2038	Contratação de suporte e atualização para licenças de software odontológico (PRODENT)	10962/2017	SAÚDE	SESUP	SSM	Baixa	250	Baixa	500	Baixa	250	Baixa	0	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	3000
1076	Contratação de licença de uso de serviço web de acesso a dados (SERPRO)	11074/2017	SECAJ	SESUS	SESUS	Alta	1000	Média	1000	Baixa	250	Baixa	0	2250	Baixa	500	Baixa	500	1000	Média	250	Baixa	500	750	4000

ID	Iniciativa	PROAD	Demandante	Área da SETIC	Equipe Técnica	Abrangência dos Resultados (Áreas Atendidas)		Importância Estratégica		Relevância		Obrigatoriedade		Pontos Benefícios	Custo		Duração		Pontos Recursos	Áreas envolvidas (de negócios e TIC)		Conhecimento da Equipe		Pontos Riscos	Pontos Total
0355	Portal de Intimações	1520/2018	SECOR	SESUS	ST1G	Alta	1000	Média	1000	Média	500	Baixa	0	2500	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	4500
0043	Boletim Estatístico de Juizes	11134/2014	SEGEST	SESUS	STASJ	Alta	1000	Alta	2000	Alta	1000	Alta	2000	6000	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	8000
0354	Relatório de processos conclusos ao magistrado com prazo vencido	1349/2018	SECOR	SESUS	STASJ	Alta	1000	Média	1000	Média	500	Baixa	0	2500	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	4500
0356	Implementação de remessas diárias e mensais do sistema e-Gestão - Estatística	2196/2018	SEESTP	SESUS	STASJ	Alta	1000	Média	1000	Média	500	Baixa	0	2500	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	4500
0357	Novos manuais do Sistema e-Gestão v2.0 (2018)	2654/2018		SESUS	STASJ	Alta	1000	Média	1000	Média	500	Baixa	0	2500	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	4500
1187	Contratação de serviço de uso de software na nuvem de Business Intelligence	2722/2018	SETIC	SESUS	STASJ	Alta	1000	Baixa	500	Alta	1000	Baixa	0	2500	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Alta	125	625	4125
1008	Contratação de suporte técnico e atualização de licenças da ferramenta de Business Intelligence (SAP Business Objects)	10718/2016	SEGEST	SESUS	STASJ	Alta	1000	Baixa	500	Baixa	250	Baixa	0	1750	Baixa	500	Baixa	500	1000	Média	250	Média	250	500	3250
1178	Aquisição de Certificado Digital e Tokens (pessoa física)	11694/2017	SETIC	SETIC	SATIC	Alta	1000	Média	1000	Baixa	250	Baixa	0	2250	Média	250	Baixa	500	750	Baixa	500	Baixa	500	1000	4000

PROJETOS NÃO SELECIONADOS

ID	Iniciativa	PROAD	Demandante	Área da SETIC	Equipe Técnica	Abrangência dos Resultados (Áreas Atendidas)		Importância Estratégica		Relevância		Obrigatoriedade		Pontos Benefícios	Custo		Duração		Pontos Recursos	Áreas envolvidas (de negócios e TIC)		Conhecimento da Equipe		Pontos Riscos	Pontos Total
1109	Implantação de mecanismo para o público assistir vídeo institucional antes de acessar wifi nas unidades do Tribunal	10664/2016	SECOM	SEINFRA	SGR	Alta	1000	Média	1000	Baixa	250	Baixa	0	2250	Baixa	500	Baixa	500	1000	Baixa	500	Baixa	500	1000	4250
1053	Aquisição de notebooks para magistrados (130 unidades)	10902/2017	SETIC	SESUP	SSM	Alta	1000	Média	1000	Alta	1000	Alta	2000	5000	Média	250	Baixa	500	750	Baixa	500	Baixa	500	1000	6750
1023	Aquisição de estações de trabalho (computadores desktop) com 2 monitores para renovação do parque (629 unidades)	8484/2017	SETIC	SESUP	SSM	Alta	1000	Média	1000	Alta	1000	Alta	2000	5000	Alta	125	Baixa	500	625	Baixa	500	Baixa	500	1000	6625

ANEXO II

- PLANO DE CONTRATAÇÕES DE TIC - 2018

PCTIC 2018 - Monitoramento Orçamentário
Selecionados com UGO SETIC, GND3

	Imprescindíveis
	Importantes
	Desejáveis

Orçamento GND3:	R\$ 6.356.112,95
Valor comprometido no exercício:	R\$ 3.544.573,36
Disponível para 2018:	R\$ 2.811.539,59
Total a ser contratado no exercício:	R\$ 1.973.565,28
Saldo orçamentário:	R\$ 837.974,31

Id	Descrição	PROAD do DOD	PROAD do contrato	Demandante	Situação (Fase)	Deliberação do CGTIC	Valor contratado com orçamento do exercício (R\$)	Valor a ser contratado com orçamento do exercício (R\$)	Valor Projetado com orçamento do exercício (VPE) (R\$)	Data limite para disponibilização do objeto (próxima vigência/ entrega)	Projeção da Execução Orçamentária (R\$)
006	Blade - Suporte e manutenção de servidor de processamento de dados		5277/2016	SETIC	99 - Orçamentário	1 - Selecionado	141.109,82		141.109,82	01/01/2019	3.544.573,36
010	Banco de Dados - Contratação de serviços de monitoramento remoto e suporte técnico para o banco de dados Oracle		7065/2016	SETIC	99 - Orçamentário	1 - Selecionado	13.709,58		13.709,58	31/01/2018	3.544.573,36
011	Contratação de suporte e atualização de licenças das soluções de filtragem de conteúdo web McAfee Web Security e McAfee Web Anti Malware		4502/2017	SETIC	99 - Orçamentário	1 - Selecionado	20.073,60		20.073,60	20/02/2020	3.544.573,36
013	Contratação de suporte e manutenção de sistema de armazenamento de dados (Storage HP EVA P6550)		3810/2016	SETIC	99 - Orçamentário	1 - Selecionado	46.413,96		46.413,96	22/08/2019	3.544.573,36
025	Banco de Dados - Contratação de suporte do banco de dados PostgreSQL		14340/2015	SETIC	99 - Orçamentário	1 - Selecionado	4.634,66		4.634,66		3.544.573,36
055	Contratação de uso de postes para conexão redundante entre o datacenter principal e auxiliar (Sede/Utrillo)		13224/2016	SETIC	99 - Orçamentário	1 - Selecionado	3.272,00		3.272,00	27/12/2020	3.544.573,36

ANEXO II - Plano de Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação – 2018-2020

Id	Descrição	PROAD do DOD	PROAD do contrato	Demandante	Situação (Fase)	Deliberação do CGTIC	Valor contratado com orçamento do exercício (R\$)	Valor a ser contratado com orçamento do exercício (R\$)	Valor Projetado com orçamento do exercício (VPE) (R\$)	Data limite para disponibilização do objeto (próxima vigência/ entrega)	Projeção da Execução Orçamentária (R\$)
056	Rede JT - Contratação de links de alto desempenho para conexão da SEDE com unidades (23 unidades)		5907/2017	SETIC	99 - Orçamentário	1 - Selecionado	635.040,00		635.040,00	07/02/2020	3.544.573,36
057	Contratação de acesso corporativo à internet - Link 2		5135/2017	SETIC	99 - Orçamentário	1 - Selecionado	19.440,00		19.440,00	15/04/2020	3.544.573,36
058	Contratação de acesso corporativo à internet - Link 1		3865/2017	SETIC	99 - Orçamentário	1 - Selecionado	20.910,00		20.910,00	13/12/2019	3.544.573,36
059	Contratação de manutenção de sala cofre		6133/2017	SETIC	99 - Orçamentário	1 - Selecionado	282.973,50		282.973,50	10/06/2019	3.544.573,36
060	Contratação de serviços de suporte de tecnologia da informação e comunicação (TIC) em 1º e 2º nível	10908/2017	11945/2016	SESUP	99 - Orçamentário	1 - Selecionado	747.803,00		747.803,00	28/07/2019	3.544.573,36
072	Nuvem 2018 - Contratação de licença de uso de serviço de nuvem de comunicação e colaboração (Google)		11741/2017	SETIC	99 - Orçamentário	1 - Selecionado	224.716,00		224.716,00	13/06/2020	3.544.573,36
099	Fundo de reserva e materiais diversos			SETIC	99 - Orçamentário	1 - Selecionado		140.000,00	140.000,00	20/12/2018	3.684.573,36
133	Rede JT - Links para o interior do Estado. 2012		7406/2012	SETIC	99 - Orçamentário	1 - Selecionado	197.146,98		197.146,98		3.684.573,36
134	Rede JT - Links para conexão da Sede do TRT/SC com outras unidades na Grande Florianópolis utilizando fibra óptica. Rede de dados metropolitana privada de alta velocidade 2012		6725/2012	SETIC	99 - Orçamentário	1 - Selecionado	16.342,13		16.342,13		3.684.573,36
151	Banco de Dados - Contratação de monitoramento remoto e suporte técnico para os bancos de dados Oracle, PostgreSQL e MySQL		9447/2017	SETIC	99 - Orçamentário	1 - Selecionado	171.600,00		171.600,00	01/10/2019	3.684.573,36
063	Contratação de suporte e manutenção de nobreaks do datacenter (SYMMETRA)	10984/2017	5883/2015	SETIC	02 - DOD emitido	1 - Selecionado	21.906,00	23.001,30	44.907,30	01/06/2018	3.707.574,66
070	Rede JT - Contratação de links para conexão da sede com as unidades do interior	12100/2017	5910/2017	SETIC	02 - DOD emitido	1 - Selecionado	114.075,00	39.926,25	154.001,25	23/08/2018	3.747.500,91

Id	Descrição	PROAD do DOD	PROAD do contrato	Demandante	Situação (Fase)	Deliberação do CGTIC	Valor contratado com orçamento do exercício (R\$)	Valor a ser contratado com orçamento do exercício (R\$)	Valor Projetado com orçamento do exercício (VPE) (R\$)	Data limite para disponibilização do objeto (próxima vigência/ entrega)	Projeção da Execução Orçamentária (R\$)
019	Contratação de suporte e manutenção dos nobreaks APC-SUVT de 40KVA	10991/2017	12216/2016	SETIC	02 - DOD emitido	1 - Selecionado	115.720,00	11.046,00	126.766,00	06/12/2018	3.758.546,91
107	Contratação de manutenção de equipamentos de digitalização (scanner) de alta capacidade para remessa de processo ao TST (Kodak i4600 e Fujitsu fi-6800)	11138/2017	7373/2017	SECAP	02 - DOD emitido	1 - Selecionado	11.960,00	6.279,00	18.239,00	16/09/2018	3.764.825,91
009	Contratação de suporte e atualização de licenças para o sistema operacional do PJe (Linux)		14288/2015	SETIC	01 - Não oficializado	1 - Selecionado	58.646,95		58.646,95	14/01/2019	3.764.825,91
002	Banco de Dados - Contratação de suporte e atualização de licenças do banco de dados Oracle		8060/2016	SETIC	01 - Não oficializado	1 - Selecionado	164.642,52	123.481,89	288.124,41	09/11/2018	3.888.307,80
017	Contratação de suporte e manutenção dos nobreaks das Varas e Foros Trabalhistas do interior do estado e aquisição de baterias seladas sob demanda.	11031/2017	5424/2017	SETIC	02 - DOD emitido	1 - Selecionado	22.890,00	21.630,00	44.520,00	21/07/2018	3.909.937,80
033	Contratação de suporte e atualização de licenças de servidor de aplicação para o PJe (JBoss)	195/2018	1184/2018	SETIC	07 - Contratação concluída	1 - Selecionado	150.541,38		150.541,38	03/09/2018	3.909.937,80
076	Contratação de licença de uso de serviço web de acesso a dados (SERPRO)	11074/2017	8506/2017	SECAJ	02 - DOD emitido	1 - Selecionado	56.248,00		56.248,00	03/09/2018	3.909.937,80
138	Robô de backup - troca dos drives LTO 5 por LTO 7 ou aquisição de biblioteca com garantia e suporte de trinta meses	11766/2017	7343/2012	SETIC	02 - DOD emitido	1 - Selecionado		250.000,00	250.000,00	08/12/2018	4.159.937,80
178	Aquisição de Certificado Digital e Tokens (pessoa física)	11694/2017		SETIC	02 - DOD emitido	1 - Selecionado		165.686,65	165.686,65	01/03/2018	4.325.624,45
139	Contratação de suporte e manutenção de 4 equipamentos de armazenamento de dados (storage) (IBM V5000)	11769/2017		SETIC	02 - DOD emitido	1 - Selecionado		300.000,00	300.000,00	21/04/2018	4.625.624,45
062	Contratação de suporte e atualização de licenças de software		13277/2017	SETIC	01 - Não oficializado	1 - Selecionado		46.860,11	46.860,11	15/12/2018	4.672.484,56

ANEXO II - Plano de Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação – 2018-2020

Id	Descrição	PROAD do DOD	PROAD do contrato	Demandante	Situação (Fase)	Deliberação do CGTIC	Valor contratado com orçamento do exercício (R\$)	Valor a ser contratado com orçamento do exercício (R\$)	Valor Projetado com orçamento do exercício (VPE) (R\$)	Data limite para disponibilização do objeto (próxima vigência/ entrega)	Projeção da Execução Orçamentária (R\$)
	de virtualização de ambientes de execução (VMWare)										
186	Aquisição de Certificado Digital e Tokens (pessoa jurídica)	2162/2018		COF	02 - DOD emitido	1 - Selecionado		180,00	180,00	30/04/2018	4.672.664,56
078	Contratação de serviços de capacitação em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)			SETIC	99 - Orçamentário	1 - Selecionado		100.000,00	100.000,00	03/09/2018	4.772.664,56
112	Contratação de suporte e atualização de licenças de software de otimização de comunicação de dados (Citrix)		12483/2017	SETIC	99 - Orçamentário	1 - Selecionado	44.366,33		44.366,33	20/11/2020	4.772.664,56
065	Contratação de licença de uso de serviço web de gestão por competências (1700 usuários)	10979/2017	4563/2015	SGP	02 - DOD emitido	1 - Selecionado	8.762,30	12.880,58	21.642,88	27/05/2018	4.785.545,14
028	Contratação de serviços de manutenção de impressoras	11072/2017	9084/2016	SETIC	02 - DOD emitido	1 - Selecionado	22.264,00	2.503,20	24.767,20	07/12/2018	4.788.048,34
018	Contratação de suporte e atualização de licenças da solução de gerenciamento de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (Assyst)	10893/2017	3891/2017	SETIC	02 - DOD emitido	1 - Selecionado	74.030,04		74.030,04	27/02/2019	4.788.048,34
066	Contratação de acesso móvel à internet (151 linhas)	11019/2017	8956/2013	SETIC	02 - DOD emitido	1 - Selecionado	68.213,87	14.253,65	82.467,52	23/10/2018	4.802.301,99
168	Contratação de consultoria no CMS Drupal 8	10742/2017		SETIC	02 - DOD emitido	1 - Selecionado		30.000,00	30.000,00	01/02/2018	4.832.301,99
039	Contratação de fábrica de software para plataforma JEE	10716/2017		SETIC	02 - DOD emitido	1 - Selecionado		321.750,00	321.750,00	01/02/2018	5.154.051,99
068	Contratação de suporte e atualização de licenças de solução de gerenciamento de risco (Risk Manager)	11274/2017	7785/2015	DIGER	02 - DOD emitido	1 - Selecionado	32.466,73	6.784,09	39.250,82	13/09/2018	5.160.836,08
007	Contratação de suporte e manutenção do sistema de gestão na área de saúde (CITSAÚDE)	10976/2017	6399/2014	SAÚDE	02 - DOD emitido	1 - Selecionado	29.013,32	21.759,99	50.773,31	29/07/2018	5.182.596,07
067	Contratação de suporte técnico e atualização de licenças do software	11128/2017	966/2017	SEJUP	05 - PB enviado à Adm	1 - Selecionado	1.069,18	5.613,20	6.682,38	17/03/2018	5.188.209,26

Id	Descrição	PROAD do DOD	PROAD do contrato	Demandante	Situação (Fase)	Deliberação do CGTIC	Valor contratado com orçamento do exercício (R\$)	Valor a ser contratado com orçamento do exercício (R\$)	Valor Projetado com orçamento do exercício (VPE) (R\$)	Data limite para disponibilização do objeto (próxima vigência/ entrega)	Projeção da Execução Orçamentária (R\$)
	de gerenciamento de bibliotecas (SIABI)										
163	Contratação de manutenção de 4 equipamentos de digitalização (scanner) para digitalização de documentos a arquivar ou eliminar (Fujitsu/Fi 6670)	11084/2017		SEDIG	02 - DOD emitido	1 - Selecionado		40.000,00	40.000,00	31/05/2018	5.228.209,26
182	Extensão da garantia da controladora wireless			SETIC	01 - Não oficializado	1 - Selecionado			0,00	12/02/2019	5.228.209,26
008	Contratação de suporte técnico e atualização de licenças da ferramenta de Business Intelligence (SAP Business Objects)	10718/2016		SEGEST	02 - DOD emitido	1 - Selecionado		38.000,00	38.000,00	03/09/2018	5.266.209,26
038	Contratação de suporte e atualização para licenças de software odontológico (PRODENT)	10962/2017	5811/2017	SAÚDE	02 - DOD emitido	1 - Selecionado	2.572,50	1.929,38	4.501,88	09/08/2018	5.268.138,64
100	Contratação de suporte e atualização de licenças das soluções de rastreamento de chamados e wiki corporativo (JIRA/Confluence)	10897/2017	13133/2017	SETIC	05 - PB enviado à Adm	1 - Selecionado		250.000,00	250.000,00	11/02/2018	5.518.138,64

PCTIC 2018 - Monitoramento Orçamentário

Selecionados com UGO SETIC, GND4

	Imprescindíveis
	Importantes
	Desejáveis

Orçamento GND4:	R\$ 5.386.316,00
Valor comprometido no exercício:	R\$ 296.790,04
Disponível para 2018:	R\$ 5.089.525,96
Total a ser contratado no exercício:	R\$ 4.675.037,91
Saldo orçamentário:	R\$ 414.488,05

Id	Descrição	PROAD do DOD	PROAD do contrato	Demandante	Situação (Fase)	Deliberação do CGTIC	Valor contratado com orçamento do exercício (R\$)	Valor a ser contratado com orçamento do exercício (R\$)	Valor Projetado com orçamento do exercício (VPE) (R\$)	Data limite para disponibilização do objeto (próxima vigência/ entrega) (R\$)	Projeção da Execução Orçamentária (R\$)
004	Aquisição de licenças de solução de segurança endpoints (antivírus corporativo) com suporte e atualização		1366/2017	SETIC	99 - Orçamentário	1 - Selecionado	56.966,64		56.966,64	09/04/2021	296.790,04
176	Aquisição de porta para datacenter auxiliar (Utrillo)	11829/2017		SETIC	02 - DOD emitido	1 - Selecionado		10.000,00	10.000,00	03/09/2018	306.790,04
035	Aquisição de switches core e de distribuição para a rede de dados			SETIC	01 - Não oficializado	1 - Selecionado		250.000,00	250.000,00	03/09/2018	556.790,04
080	Aquisição de switches de borda (equipamentos de rede) para expansão e renovação da rede corporativa	11768/2017		SETIC	02 - DOD emitido	1 - Selecionado		180.000,00	180.000,00	03/09/2018	736.790,04
120	Aquisição de solução de armazenamento de dados (storage) para ampliação da capacidade	11791/2017		SETIC	02 - DOD emitido	1 - Selecionado		1.500.000,00	1.500.000,00	03/09/2018	2.236.790,04
121	Blade - Aquisição de equipamento de processamento de dados	11823/2017		SETIC	02 - DOD emitido	1 - Selecionado		1.400.000,00	1.400.000,00	01/01/2019	3.636.790,04
149	Aquisição de dispositivo Firewall Next Generation, Camada 7	10762/2016	11926/2017	SETIC	05 - PB enviado à Adm	1 - Selecionado		710.000,00	710.000,00	01/09/2018	4.346.790,04
101	Aquisição de 110 impressoras laser e equipamentos multifuncionais	11087/2017		SETIC	02 - DOD emitido	1 - Selecionado		260.000,00	260.000,00	01/06/2018	4.606.790,04
077	Contratação de suporte e atualização de licenças do software de		11135/2015	SETIC	01 - Não oficializado	1 - Selecionado	239.823,40	50.362,91	290.186,31	29/10/2018	4.657.152,95

Id	Descrição	PROAD do DOD	PROAD do contrato	Demandante	Situação (Fase)	Deliberação do CGTIC	Valor contratado com orçamento do exercício (R\$)	Valor a ser contratado com orçamento do exercício (R\$)	Valor Projetado com orçamento do exercício (VPE) (R\$)	Data limite para disponibilização do objeto (próxima vigência/ entrega) (R\$)	Projeção da Execução Orçamentária (R\$)
	monitoramento e performance de aplicações para o PJe (CA/APM)										
166	Contratação de licenças de uso para tratamento de mídia e editoração (4 Adobe Creative Cloud, 1 Photoshop e 1 InDesign)	11167/2017		SEDUC	02 - DOD emitido	1 - Selecionado		12.875,00	12.875,00	01/12/2018	4.670.027,95
141	Aquisição de impressora colorida A3	10958/2017		SEMAP	02 - DOD emitido	1 - Selecionado		22.000,00	22.000,00	01/06/2018	4.692.027,95
177	Aquisição de equipamentos wireless para renovação do parque instalado	11812/2017		SETIC	02 - DOD emitido	1 - Selecionado		150.000,00	150.000,00	03/09/2018	4.842.027,95
184	Aquisição de 4 licenças permanentes de uso do PHPStorm, com serviço de suporte temporário.	11955/2017		SETIC	02 - DOD emitido	1 - Selecionado		4.800,00	4.800,00	03/09/2018	4.846.827,95
143	Aquisição de 2 licenças do software Corel-Draw Graphics, (versão atualizada em Português)	8557/2017		SEMAP	02 - DOD emitido	1 - Selecionado		6.500,00	6.500,00	01/02/2018	4.853.327,95
185	Aquisição de equipamentos para o sistema de telefonia para interligar todas as varas do Trabalho e a Sede do TRT-SC (VOIP)	12107/2017		SETIC	02 - DOD emitido	1 - Selecionado		110.000,00	110.000,00	03/09/2018	4.963.327,95
183	Aquisição de cliente gráfico para repositórios GIT e SVN.	11954/2017		SETIC	02 - DOD emitido	1 - Selecionado		8.500,00	8.500,00	03/09/2018	4.971.827,95

ANEXO III

- PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÕES DE TIC - 2018

SUMÁRIO

Objetivos	110
Público Alvo:	111
Vigência do Plano de Capacitação	111
Introdução	111
Considerações específicas de 2018	112
Alinhamento Estratégico e normativos	113
Metas	114
Eixos Temáticos e Domínios de Conhecimentos	117
Governança e Gestão de TIC :	118
Gestão da Segurança da Informação:	119
Gestão de Software:	120
Gestão de Serviços de TIC	121
Gestão de Infraestrutura de TIC	121
Diretrizes usadas na elaboração do plano	122
Processo de elaboração do plano	124
Regras e Diretrizes usadas na execução e monitoramento e manutenção do plano	124
Da execução	125
Da manutenção	125
Do monitoramento	126
Estrutura do plano de capacitação	127

OBJETIVOS

O objetivo do Plano Anual de Capacitação de Tecnologia da Informação e Comunicações (PACTIC) é orientar e priorizar as atividades de capacitação para os servidores da SETIC de maneira a possibilitar acesso ao conhecimento de tecnologias, técnicas e ferramentas necessárias para desempenhar o seu serviço

Não diferente de outras ações, a realização de capacitações de TIC requer planejamento, uma vez que impactam no tempo dos servidores (instrutores e alunos), em recursos orçamentários e também em projetos e ações em andamento. Ainda, é fato que as demandas de capacitação são maiores do que os recursos disponíveis, exigindo, portanto, priorização das capacitações de maior importância para o Tribunal.

No caso específico da capacitação dos servidores da SETIC, a adequada realização é muito importante porque as tecnologias, técnicas e ferramentas envolvidas mudam com muita frequência.

Na busca constante pelo aperfeiçoamento da gestão pública e dos serviços prestados aos cidadãos, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vem preconizando com empenho notável a adoção de boas práticas de gestão, inclusive aquelas pertinentes às capacitações de servidores, como pode ser visto no art. 15 da Resolução CNJ nº 211/2015.

Desta forma, é imprescindível que um plano seja estabelecido, observando todas estas variáveis e dando transparência a todo o processo. Entretanto, considerando a dinâmica das necessidades de novos conhecimentos e das prioridades do Tribunal, bem como as variações das ofertas de capacitações encontradas no mercado, não poderia este documento representar um plano estático das ações de capacitação. Assim, este documento deve ser visto como um instrumento dinâmico e norteador dos investimentos nesta área.

PÚBLICO ALVO:

Este Plano de Capacitação deve contemplar os servidores da SETIC.

VIGÊNCIA DO PLANO DE CAPACITAÇÃO

Este plano terá vigência durante o ano de 2018

INTRODUÇÃO

O primeiro PACTIC foi realizado em 2016, sendo este portanto o terceiro plano elaborado neste Egrégio para a área da SETIC. Para que os objetivos do plano sejam alcançados, não basta apenas um planejamento cuidadoso. É necessário, o monitoramento constante de sua execução, a promoção dos ajustes necessários e a confrontação dos resultados esperados com os resultados obtidos. O PACTIC 2018 foi elaborado considerando os resultados dos planos anteriores e buscando atender às metas estabelecidas.

Para o sucesso de um planejamento é necessário que ele seja conduzido por meio de um processo participativo, onde todas áreas envolvidas sejam consultadas e envolvidas no processo. Ainda, o processo de planejamento das capacitações deve conter pelo menos as seguintes atividades:

- levantar os conhecimentos de TIC de interesse para o Tribunal;
- definir quais as carências de conhecimentos dos servidores do TRT;
- verificar as ofertas de capacitação, tanto internas, quanto de mercado;
- priorizar as capacitações que podem ser realizadas, incluindo as condições em que serão realizadas, quantidade de servidores participantes e o custo;

Quanto aos critérios de priorização das capacitações, é fundamental que sejam estabelecidos de maneira objetiva, incluindo a avaliação de pelo menos os seguintes aspectos:

- alinhamento Estratégico
- o tratamento de riscos a serem atingidos pelas capacitações propostas;
- valor estratégico;
- valor operacional;
- custos;
- o orçamento disponível;
- a disponibilidade dos servidores para realizar a capacitação.

A consolidação das informações levantadas no processo de planejamento caracteriza-se como uma atividade complexa, uma vez que precisam ser avaliadas sob diversos aspectos, quais sejam:

- Eixos temáticos (grandes áreas de conhecimento);
- Áreas de conhecimento e capacitações associadas;
- Disponibilidade de capacitações;
- Papéis e competências associadas (com nível de conhecimento);
- Papéis que desempenhados por cada servidor;
- Competências adquiridas por cada servidor;
- Servidores com competência de serem instrutores;
- Gap de conhecimento dos servidores;
- Processos e papéis associados;
- Gap de conhecimento dos processos;
- Prioridades das ações a serem executadas e necessidades de conhecimento associadas;
- Mudanças de recursos humanos (ingressos, mudança de área e desligamentos);
- Novos conhecimento e conhecimentos obsoletos.

CONSIDERAÇÕES ESPECÍFICAS DE 2018

Para o ano de 2018 o plano, como em 2017, vai ser baseado no “Alura Cursos Online”, uma plataforma de aprendizado de tecnologia. Esta solução foi contratada (PROAD 11018/2016) por trazer vários benefícios:

- boa qualidade dos cursos oferecidos,
- grande abrangência de treinamentos, tanto de cursos técnicos quanto gerenciais para toda a área de TI,
- tem baixo custo e
- por ser na modalidade de ensino a distância eliminam a necessidade de despesas com diárias e passagens, eliminam a necessidade de agendamento e alocação de períodos fixos e permitem a realização no horário e da maneira que for mais conveniente para o servidor e o Tribunal.

Desta maneira, o investimento e a alocação de tempos são otimizados. Também estão propostos outros cursos específicos para áreas de conhecimento não atendidas pelo Alura.

Ainda não será viável um levantamento completo das necessidade de treinamento (gaps) dos servidores da SETIC. Este trabalho exigiria o tratamento de informações do levantamento realizado no processo de gestão de competências, o levantamento dos possíveis papéis que um servidor da SETIC poderia executar, os papéis que cada servidor efetivamente desempenha, assim como as capacitações já realizadas por cada servidor, Posteriormente a este trabalho inicial seria necessário um processo para manter atualizadas as informações. Tipicamente para realizar este trabalho, seria necessário um sistema ou integração de informações de vários sistemas, o que não está disponível. Por este motivo o processo iniciou novamente pela definição das principais necessidades de capacitação de cada área da SETIC pelo seu respectivo Diretor.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO E NORMATIVOS

O Plano de capacitação da SETIC está alinhado tanto com o Plano Estratégico de TIC do CSJT para o período de 2015 a 2020 (Resolução CSJT N.º 158, de 27 de novembro de 2015), como também com o Plano Estratégico de TIC deste Tribunal (PROAD 6141/2015), contribuindo com o objetivo estratégico 12 “Desenvolver competências

técnicas e gerenciais com foco na estratégia” e buscando atender às metas associadas conforme descrito na próxima seção deste documento.

O PACTIC atende também a Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário, Resolução CNJ nº 211/2015, que institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da informação e comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) que:

- No art. 15 exige a elaboração do PACTIC para desenvolver as competências gerenciais e técnicas necessárias à operacionalização da governança, da gestão e do uso da Tecnologia da Informação e Comunicação.
- Define que o PACTIC deverá promover e suportar, de forma contínua, o alinhamento das competências gerenciais e técnicas dos servidores lotados na área de TIC às melhores práticas de governança, de gestão e de atualização tecnológica;
- No art. 12 estabelece os macroprocessos e funções de TIC que foram adotados neste Plano como Eixos Temáticos e Áreas de conhecimento respectivamente;

Este plano atende a exigência feita no item 2.15.8 do relatório de Auditoria de TIC do CSJT (PROAD 14323/2015 - Processo CSJT Processo A-5505-25.2015.5.90.0000), que determina na recomendação 14 do seu acórdão ao TRT que *“elabore e aprobe formalmente o plano anual de capacitação para a área de TIC, que contemple temas técnicos, de gestão e governança, com, no mínimo, os seguintes elementos: objetivos, público-alvo, metas, resultados esperados, local e prazos de realização dos cursos (Achado 2.15)”*;

METAS

Este plano busca atender às metas do PETIC 2015-2020 do TRT (PROAD 6141/2015), referentes à capacitação. Elas são as associadas com os indicadores:

- 12.1 - ICG - Índice de Capacitação Gerencial (percentual dos servidores ocupantes de cargos formais de chefia, lotados na área de TIC, capacitados no ano em no mínimo 40 horas de cursos gerenciais de TIC);
- 12.2 - ICT - Índice de Capacitação Técnica (percentual dos servidores não ocupantes de cargos formais de chefia, lotados na área de TIC, capacitados no ano em no mínimo 40 horas de cursos técnicos de TIC);
- 12.3 - IEPC – Índice de Execução do Plano de Capacitação - percentual de capacitações planejadas que foi executada).

Meta de Capacitação Gerencial

Alcançar no indicador ICG - Índice de Capacitação Gerencial - 75% em 2018, conforme demonstrado abaixo:

Indicador	Meta					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
ICG - Índice de Capacitação Gerencial	75% dos ocupantes de cargos formais de chefia, lotados na área de TIC, capacitados no ano em no mínimo 40 horas de cursos gerenciais de TIC, até 2018.					
	55%	55%	75%	75%	75%	75%

Para cumprimento da meta será considerada a seguinte fórmula:

$$ICG = (P12.1.1 / P12.1.2) \times 100$$

Variáveis:

- P12.1.1 = Quantidade de Servidores Ocupantes de cargos de chefia capacitados em no mínimo 40 horas de cursos Gerenciais de TIC. Os cursos devem ser os aceitos pela área de capacitação do Tribunal para concessão de Adicional de Qualificação por ações de treinamento
- P12.1.2 - Quantidade Total de servidores de TI que ocupam cargo de Chefia. No momento da elaboração deste Plano os servidores ocupantes de cargos de chefia são 27 (que respondem pelas seguintes áreas: SETIC, SEINFRA, SEDES, SESUP, SESUS, SAGTIC e seus setores).

Meta de Capacitação Técnica

Alcançar no indicador ICT - Índice de Capacitação Técnica - 60% em 2018 conforme demonstrado abaixo:

Indicador	Meta					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
ICT - Índice de Capacitação Técnica	60% de servidores não ocupantes de cargos formais de chefia, lotados na área de TIC, capacitados no ano em no mínimo 40 horas de cursos técnicos de TIC, até 2018.					
	40%	40%	60%	60%	60%	60%

Para cumprimento da meta será considerada a seguinte fórmula:

$$ICT = (QSCT/QTSTI) * 100$$

Variáveis:

- QSCT = Quantidade de Servidores não ocupantes de cargo de chefia capacitados em no mínimo 40 horas de cursos técnicos de TIC. Os cursos devem ser os aceitos pela área de capacitação do Tribunal para concessão de Adicional de Qualificação por ações de treinamento.
- QTSTI = Quantidade total de servidores de TI, não ocupantes de cargo de chefia.

Meta de Execução do Plano de Capacitação

Alcançar no indicador IEPC – Índice de Execução do Plano de Capacitação - 60% em 2018, conforme abaixo:

Indicador	Meta					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
IEPC - Índice de Execução do Plano de Capacitação	Executar 70% do plano de capacitação de Tecnologia da Informação e Comunicação, até 2020.					
	-	50%	55%	60%	65%	70%

Para cumprimento da meta será considerada a seguinte fórmula:

$$IEPC = (NAE / TAP) * 100$$

Variáveis:

- NAE - Número de Ações Executadas no plano de capacitação do ano corrente;
- TAP - Total de Ações Planejadas no plano de capacitação do ano corrente.

EIXOS TEMÁTICOS E DOMÍNIOS DE CONHECIMENTOS

Os Eixos Temáticos e Domínios de Conhecimentos para capacitação de TIC têm como objetivos:

- subsidiar a elaboração de Planos de Capacitação para às áreas de TIC;
- promover o desenvolvimento de políticas de capacitação de TIC;
- contribuir no atingimento das metas estabelecidas nos Planos Estratégicos e Táticos;

Os Eixos Temáticos e seus respectivos domínios de conhecimento representam um conjunto de temas em TIC que auxiliarão no planejamento e elaboração de Planos Anuais de Capacitação de TIC.

O PACTIC está estruturado em 3 níveis hierárquicos de crescente especificidade:

- Eixos temáticos;
- Domínios de conhecimento;
- Capacitações.

Os Eixos temáticos e seus domínios de conhecimento correspondem têm a mesma estrutura hierárquica descrita no art. 12 da Resolução CNJ nº 211 de 15 de dezembro de 2015.

Assim como todo macroprocesso é um eixo temático, cada função de um macroprocesso é um domínio de conhecimento do eixo temático correspondente. Cada eixo temático inclui ainda um domínio de nome “Geral” que inclui todas as capacitações que não estão associadas com um domínio específico.

Este alinhamento com os processos permite restringir o público alvo das capacitações de um determinado domínio de conhecimento aos servidores diretamente envolvidos com o macroprocesso associado.

Para os casos não previstos tem o Eixo temático “Geral” que inclui toda capacitação de interesse, não específica de gestão nem TIC.

Os Eixos Temáticos com seus respectivos domínios de conhecimento estão descritos a seguir:

GOVERNANÇA E GESTÃO DE TIC:

A Governança garante que as necessidades, condições e opções das partes interessadas sejam avaliadas, a fim de determinar objetivos corporativos acordados e equilibrados. Também, define a direção através das prioridades na alocação de recursos, e monitora as metas definidas e o cumprimento dos normativos vigentes.

Assim, avaliar, dirigir e monitorar são ações típicas de governança, cuja responsabilidade é da Alta Administração e do Comitê de Governança de TIC.

Enquanto a governança trabalha no nível estratégico, a gestão de TIC visa definir e acompanhar no plano tático as ações necessárias para a efetiva implementação das estratégias aprovadas. As decisões na gestão de TIC são de responsabilidade dos Diretores da SETIC.

Contudo, mesmo que as decisões de governança e gestão de TIC estejam restritas aos grupos mencionados, muitas das atividades do gerenciamento e a execução dos processos associados assim como a geração das informações necessárias para as decisões são de responsabilidade de diversos servidores da SETIC.

Nesse sentido, destaca-se que as ações relativas à capacitação neste eixo temático podem estar dirigidas tanto para a área gerencial como para a operacional.

Dentro deste Eixo Temático (Governança e Gestão de TIC) foram definidos os seguintes domínios de conhecimento:

- Planejamento;
- Gestão orçamentária;
- Gestão de aquisições e contratações de soluções;
- Gestão de Projetos;
- Gestão de capacitação;
- Geral (o que não cabe nos demais).

GESTÃO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO:

A informação, ativo cada vez mais valorizado. A sua disponibilidade de maneira precisa e tempestiva, impacta diretamente as organizações na capacidade de atingir seus objetivos, na continuidade dos negócios e na sua credibilidade. Por conta disso, têm se buscado mitigar os riscos, estabelecendo boas práticas por meio de políticas e processos de segurança com responsabilidades bem definidas.

A Gestão da Segurança da Informação abrange processos voltados ao monitoramento contínuo da integridade das informações, à prevenção de ataques e ao furto dos dados, assegurando em casos emergenciais o pronto restabelecimento dos sistemas e o acesso seguro às informações.

As atividades de Segurança da informação visam garantir que os sistemas estejam em conformidade com a premissa padrão de mercado denominada CIDA (Confidencialidade, Integridade, Disponibilidade e Autenticidade).

A segurança da informação não deve se restringir apenas a procedimentos de TIC, mas sim a toda a segurança que envolve o negócio. Também não se deve restringir ao tratamento de eventos, mas de preventivamente tratar os riscos de problemas associados não só com os dados como também com os equipamentos e serviços associados.

Dentro deste Eixo Temático (Gestão da Segurança da Informação), definimos os seguintes domínios de conhecimento:

- Gestão de Continuidade de serviços essenciais de TIC;
- Gestão de Incidente de segurança da informação;
- Gestão de Riscos;
- Geral.

GESTÃO DE SOFTWARE:

A Gestão dos Softwares de Sistemas de Informação - GSI consiste no conjunto de atividades necessárias para:

- gerir a informação
- os sistemas de informação e seu ciclo de vida
 - planejamento,
 - desenvolvimento,
 - implantação,
 - desativação.

Normalmente para um sistema o ciclo de planejamento, desenvolvimento e implantação é realizado várias vezes por diversos motivos (dividir o projeto em partes melhor gerenciáveis, incorporação de melhorias, adaptação para novas exigências, etc.).

A GSI deve verificar que os sistemas atendam às necessidades dos clientes, permitam atingir os benefícios esperados e mantenham os usuários num nível de satisfação adequado.

Nas atividades do GSI podem ser identificados novos problemas ou oportunidades.

O gerenciamento do ciclo de vida dos sistemas tem por objetivo que os processos necessários sejam executados de maneira a garantir a qualidade dos sistemas e um uso eficiente dos recursos.

Dentro deste Eixo Temático (Gestão de Software) definimos os seguintes domínios de conhecimento:

- Gestão de escopo e requisitos;
- Gestão de arquitetura de TIC;
- Gestão de desenvolvimento e sustentação de sistemas;
- Geral.

GESTÃO DE SERVIÇOS DE TIC

A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) através dos seus serviços é um instrumento para que as organizações atendam suas necessidades de negócios. Desta forma é necessário que estes serviços sejam prestados de maneira mais adequada às necessidades da organização e de acordo com os recursos disponíveis. Este é o objetivo da gestão de serviços de TIC.

A gestão dos serviços de TIC tem por objetivo que estes serviços e os recursos associados, estejam acessíveis aos usuários, sejam prestados com qualidade e de maneira eficiente.

Dentro deste Eixo Temático (Gestão de Serviços de TIC) definimos os seguintes domínios de conhecimento:

- Gestão de catálogo;
- Gestão de requisições;
- Gestão de incidentes;
- Gestão de ativos de microinformática;
- Gestão da Central de Serviços;
- Geral.

GESTÃO DE INFRAESTRUTURA DE TIC

Gestão de infraestrutura é a área encarregada em manter a disponibilidade e desempenho dos sistemas de TIC. Dentro dos objetivos da área encontram-se o dimensionamento de equipamentos e serviços para atender as necessidades, o monitoramento da disponibilidade e performance dos serviços e a mitigação e correção das falhas de sistemas e equipamentos de uso corporativo.

Dentro deste Eixo Temático (Gestão de Infraestrutura de TIC) definimos os seguintes domínios de conhecimento:

- Gestão de disponibilidade;
- Gestão de capacidade;
- Gestão de ativos de infraestrutura e de telecomunicações corporativas;
- Geral.

DIRETRIZES USADAS NA ELABORAÇÃO DO PLANO

A proposta do PACTIC foi elaborada seguindo as seguintes diretrizes:

- O objetivo inicial para cada servidor (incluindo chefias) é elaborar um plano individual com carga horária de 40 horas para atender os indicadores do PETIC;
- Cada servidor faz seu plano individual sozinho ou com seu Diretor;
- Os planos individuais devem ser aprovados pelos Diretores e são considerados obrigatórios;
- Se necessário os Diretores apontam a necessidade de capacitações adicionais para atender as necessidades da respectiva área;
- Cada Diretor é responsável pelas solicitações de sua área, para no mínimo, fornecer as informações necessárias, e tirar as dúvidas que surgirem no processo;
- Nos casos de treinamentos com participação de mais de uma área o Diretor da área apontada como responsável deverá responder pela contratação, consultando se necessário os Diretores das demais áreas participantes;
- Todas as solicitações de treinamento aprovadas por cada Diretor para a sua respectiva área deve:
 - ser atendida em alguma das maneiras seguintes:
 - cursos fornecidos pelo do Tribunal (SEDUC e demais áreas);
 - contratos de plataformas de capacitação ativos (a exemplo do Alura);
 - cursos gratuitos ou
 - cursos fornecidos pelo mercado.
 - atender os requisitos para averbação definidos pelo Tribunal;
 - fornecer, no mínimo, as seguintes informações: nome da capacitação, justificativa (público alvo, eixo temático e domínio de conhecimento, alinhamento estratégico e objetivo a ser atingido), carga horária, número de vagas, data ou previsão de execução,

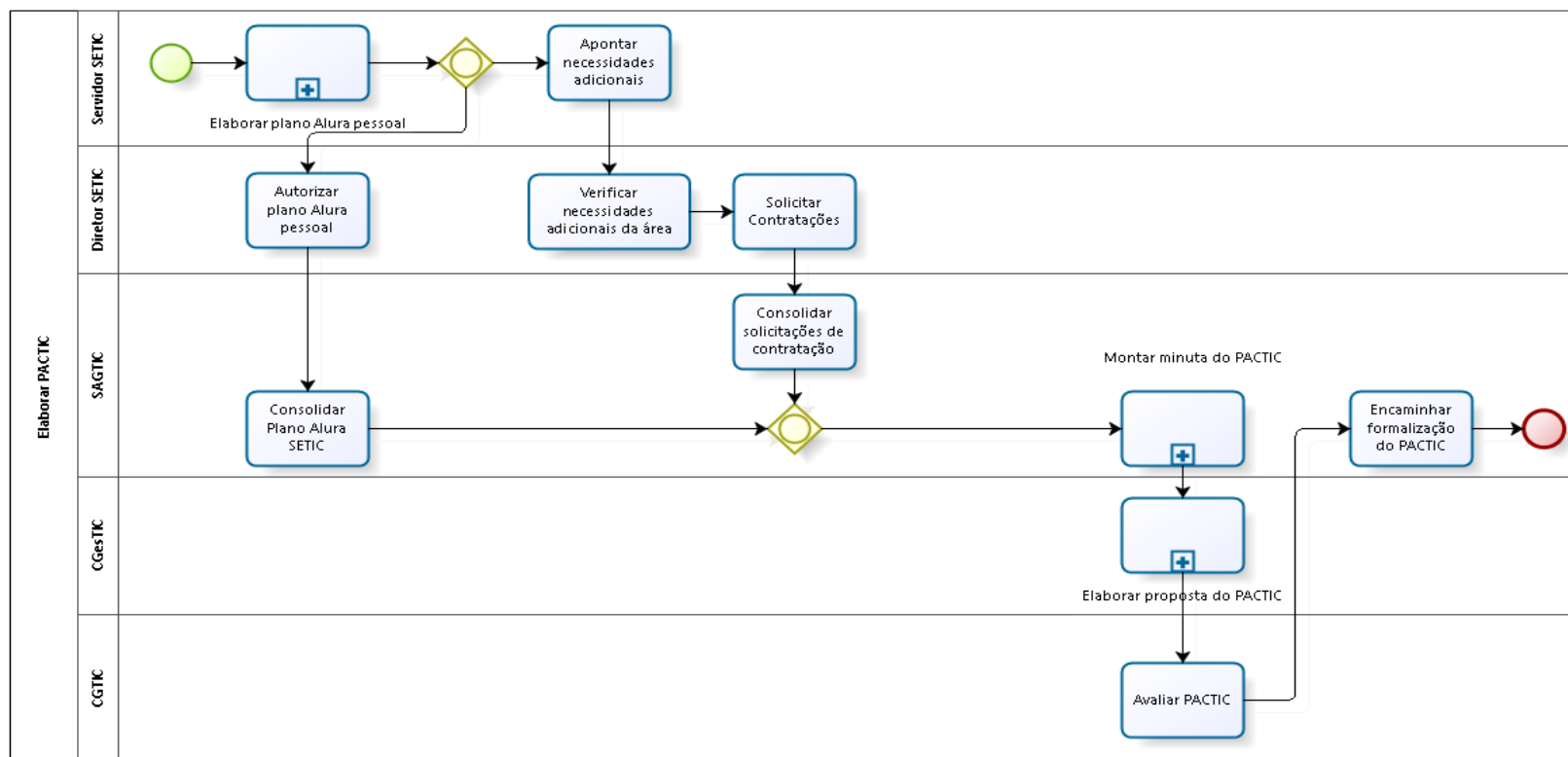
local de realização, modalidade, fornecedor e orçamento estimado (individual ou total);

- o SAGTIC é responsável por organizar as informações das solicitações que exijam recursos orçamentários para facilitar a sua priorização e seleção de acordo com o orçamento disponível;
- o SAGTIC é responsável por consolidar as solicitações de todas as áreas e submeter ao Comitê de Gestão de TIC (GesTIC);
- o CGesTIC é responsável por elaborar uma minuta do PACTIC, incluindo uma proposta de alocação do orçamento de treinamento para submeter ao Comitê de Governança de TIC (CGTIC);
- o CGTIC é responsável pela aprovação do PACTIC, incluindo a alocação do orçamento. A aprovação do PACTIC separa as solicitações em 2 grupos: as selecionada e as não selecionadas;
- O SAGTIC é responsável pela devida divulgação do PACTIC;

Neste ano o contrato do Alura foi fundamental na elaboração do plano com diretrizes específicas:

- O plano individual inicial de cada servidor foi feito sobre o Alura;
- Os cursos que constam no catálogo do Alura não podem ser contratados com outros fornecedores;

PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO



REGRAS E DIRETRIZES USADAS NA EXECUÇÃO E MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO DO PLANO

DA EXECUÇÃO

- Os cursos que constam como selecionados em qualquer versão do PACTIC são considerados obrigatórios;
- A execução dos cursos obrigatórios em EAD pode ser realizada durante o expediente até o limite de 40h por servidor;
- Um servidor pode realizar cursos que não constam como obrigatórios para ele, mas deve priorizar a execução integral dos seus cursos obrigatórios, estes cursos são considerados opcionais;
- a realização de cursos opcionais dentro do expediente depende de autorização explícita do seu Diretor;
- a realização de cursos obrigatórios acima das 40h por servidor dentro do expediente depende de autorização explícita do seu Diretor;
- a participação de um servidor em curso disponibilizado pelo SEDUC, pela própria SETIC ou outra área do Tribunal, fora dos aprovados no Plano, mesmo fora do expediente, está condicionada à aprovação pelo respectivo Diretor;
- cada Diretor de Serviço é responsável pela execução dos procedimentos necessários para a efetiva realização das capacitações, incluindo processos internos ao TRT12 e contatos com os responsáveis pelo fornecimento das capacitações, podendo contar para isto com o auxílio do Setor de Apoio Administrativo da SETIC (SATIC);
- os Diretores são responsáveis por fornecer as informações adicionais que forem necessárias para a efetiva realização das capacitações, como por exemplo:
 - designar os servidores;
 - indicar datas e horários mais convenientes para realização;
 - disponibilidade de ambiente computacional específico para realização do treinamento;

DA MANUTENÇÃO

- Toda alteração da relação de cursos obrigatórios de um servidor deve:
 - preservar a carga horária total mínima de 40 horas,

- ser aprovada pelo seu respectivo diretor previamente;
 - ser comunicada ao SAGTIC para atualização do Plano;
 - atender os demais requisitos de uma solicitação para elaboração do plano;
- Todos os cursos que forem averbados pelo Tribunal serão incorporados no Plano até o encerramento do plano;
- A reavaliação das contratações durante a vigência do plano, pode ser provocada por uma ou mais das seguintes condições:
 - cortes no orçamento;
 - aumento da disponibilidade orçamentária (que deve incluir as solicitações não selecionadas por motivos orçamentários);
 - detecção de necessidades não previstas quando da elaboração do plano;
- o SAGTIC é responsável pela organização das informações para apreciação de qualquer mudança;
- toda mudança no plano deve ser submetida como proposta de nova versão do plano ao CGeSTIC e ao CGTIC;
- o SAGTIC é responsável pela devida divulgação das sucessivas versões aprovadas do plano;
- no 20 de janeiro do ano seguinte ao da vigência do plano, o SAGTIC deve encerrar o plano com a inclusão dos treinamentos averbados até a data
- treinamentos averbados após o encerramento do plano não são incluídos no plano;

DO MONITORAMENTO

- o SAGTIC é responsável pelo monitoramento periódico da execução do plano;
- no monitoramento o SAGTIC deve:
 - verificar e registrar a execução das capacitações previstas na versão vigente do plano;
 - verificar problemas de execução de capacitações previstas na versão vigente do plano e solicitar que o Diretor responsável comunique o reagendamento ou cancelamento da capacitação;
 - registrar no plano as capacitações não previstas e averbadas pelo SEDUC;
- o SAGTIC deve disponibilizar os resultados do monitoramento da execução do plano para que cada Diretor possa controlar a execução das capacitações dos servidores de sua área;

- o SAGTIC deve disponibilizar os valores apurados das Metas do plano para que o CGeSTIC e CGTIC possam acompanhar;
- no encerramento do plano, o SAGTIC deve:
 - registrar as informações da execução das capacitações previstas na última versão plano;
 - fazer o cálculo final dos indicadores do PETIC e demais informações de interesse;
 - submeter ao CGeSTIC e CGTIC o plano encerrado com as informações adicionais.

ESTRUTURA DO PLANO DE CAPACITAÇÃO

Plano Anual de Capacitação 2018 proposto inclui este documento e uma planilha de controle. As principais abas da planilha são:

1. Orçamento 2018 - contendo a relação das solicitações de contratações de treinamentos, para controle do orçamento e dos valores aplicados. As solicitações estão classificadas em selecionadas e não selecionadas.
2. Selecionados 2018 - contendo o detalhamento do plano aprovado, através dos planos individuais de capacitação dos servidores da SETIC. Cada plano individual está composto por uma linha para cada participação do servidor num treinamento aprovado e a sua execução. Contém as informações necessárias para o controle dos indicadores do PETIC relacionados com a capacitação de TIC.
3. A planilha inclui abas adicionais, elaboradas a partir das anteriores para apresentação resumida ou controle do andamento do plano. Estas outras abas não fazem parte do plano.

PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS

O acompanhamento das ações de capacitação será realizado pelo SAGTIC que manterá as informações de execução atualizadas.

ANEXO IV

- ORÇAMENTO DE CAPACITAÇÕES DE TIC - 2018

ID	Nome da ação de capacitação	Carga Horária	Área SETIC	Solicitadas	Valor Solicitado
1	TDC - The Developers Conference - Trilha 20-4-18	9	SEDES	1	R\$ 355,00
2	QCon São Paulo - 9 a 11 de maio de 2018	16	SEDES	2	R\$ 5.300,00
3	Treinamento e Certificação Prince 2 Foundation	24	SAGTIC	2	R\$ 2.480,00
4	Prince2 Practitioner	16	SAGTIC	2	R\$ 2.480,00
6	Gestão de riscos - Princípios e diretrizes - ABNT NBR ISO 31000:2009	16	SAGTIC	25	R\$ 14.500,00
7	BPMN 2.0 - Analista de Processos de Negócios	16	SAGTIC	1	R\$ 444,86
8	TDC - The Developers Conference - Trilha 19-4-18	9	SEDES	1	R\$ 355,00
9	TDC - The Developers Conference - Trilha 20-4-18	9	SEDES	1	R\$ 355,00
10	TDC - The Developers Conference - Trilha 18-4-18	9	SEDES	1	R\$ 355,00
11	TDC - The Developers Conference - Trilha 19-4-18	9	SEDES	1	R\$ 355,00
12	Alura – razão social: AOV5 Sistemas de Informática LTDA		Todas	75	R\$ 87.750,00
13	TDC - The Developers Conference - Trilha 21-4-18	9	SEDES	1	R\$ 355,00
14	PHP Conference	24	SEDES	2	R\$ 800,00
17	20697-1 Implementing and Managing Windows 10	5	SESUP	3	R\$ 6.750,00
18	Gartner Symposium/ITxpo	24	SETIC	1	R\$ 4.425,00

Resumo

Descrição	Vagas	Valor
Capacitações solicitadas	119	R\$ 127.059,86
Orçamento disponibilizado		R\$ 111.056,40
Saldo Disponível		R\$ 111.056,40

ANEXO V

- PORTFÓLIO DE CAPACITAÇÕES DE TIC

Área de TIC	Servidor	Nome da ação de capacitação	Carga Horária
SAGTIC	Dairon Irigoite	Curso Design Thinking parte 1: Utilize uma metodologia de design para solucionar desafios	9
SAGTIC	Dairon Irigoite	Curso Design Thinking parte 2: Analise suas descobertas	9
SAGTIC	Dairon Irigoite	Curso Design Thinking parte 3: Experimente suas ideias	9
SAGTIC	Dairon Irigoite	Curso Scrum: Agilidade em seu projeto	10
SAGTIC	Dairon Irigoite	Oracle I: Aprenda SQL usando esse famoso banco de dado	8
SAGTIC	José Eduardo Amaral de Oliveira Teixeira	Curso Google Chart Tools: Crie Gráficos Memoráveis na Web	12
SAGTIC	José Eduardo Amaral de Oliveira Teixeira	Curso HTML5 e CSS3 I: Suas primeiras páginas da Web	32
SAGTIC	José Eduardo Amaral de Oliveira Teixeira	Curso Oracle II: Consultas Complexas	8
SAGTIC	José Eduardo Amaral de Oliveira Teixeira	Oracle I: Aprenda SQL usando esse famoso banco de dados	8
SAGTIC	Marcia Elena Dutra Pereira	Aprenda SQL usando esse famoso banco de dados	8
SAGTIC	Marcia Elena Dutra Pereira	Curso Certificação PMP e CAPM parte 3: Gerenciamento de Escopo	5
SAGTIC	Marcia Elena Dutra Pereira	Curso Comunicação: Como se expressar bem e ser compreendido	8
SAGTIC	Marcia Elena Dutra Pereira	Curso Hábitos: da produtividade às metas pessoais	8
SAGTIC	Marcia Elena Dutra Pereira	Gerenciamento das Aquisições	5
SAGTIC	Marcia Elena Dutra Pereira	Introdução a Governança Corporativa	8
SAGTIC	Marta Regina Hinnig	Curso Certificação PMP e CAPM parte 10: Gerenciamento de Aquisições	4
SAGTIC	Marta Regina Hinnig	Curso Certificação PMP e CAPM parte 11: Gerenciamento de partes interessadas	4
SAGTIC	Marta Regina Hinnig	Curso Certificação PMP e CAPM parte 12: Código de conduta e ética	4
SAGTIC	Marta Regina Hinnig	Curso Certificação PMP e CAPM parte 4: Gerenciamento de Tempo	5
SAGTIC	Marta Regina Hinnig	Curso Certificação PMP e CAPM parte 5: Gerenciamento de Custos	3
SAGTIC	Marta Regina Hinnig	Curso Certificação PMP e CAPM parte 7: Gerenciamento dos Recursos Humanos	5
SAGTIC	Marta Regina Hinnig	Curso COBIT 5 Foundations Parte 1: Introdução a Governança Corporativa	14
SAGTIC	Marta Regina Hinnig	Curso COBIT 5 Foundations Parte 2: Princípios do COBIT 5	9
SAGTIC	Marta Regina Hinnig	Curso COBIT 5 Foundations Parte 3: Habilitadores do COBIT 5	12
SAGTIC	Marta Regina Hinnig	Curso COBIT 5 Foundations Parte 4: Implementação e Avaliação de Processos	5
SAGTIC	Marta Regina Hinnig	Curso Excel II: Tabelas dinâmicas, validação e mais funções	6
SAGTIC	Marta Regina Hinnig	Curso Excel: Domine o editor de planilhas mais famoso do mundo	14
SAGTIC	Marta Regina Hinnig	Gestão de processos	14
SAGTIC	Sandro Beltrame	Curso Certificação PMP e CAPM parte 9: Gerenciamento de Riscos	4
SAGTIC	Sandro Beltrame	Curso Redes parte 1: Introdução, Conceitos e Prática	10

SAGTIC	Sandro Beltrame	Curso Redes parte 2: Montando um projeto do cliente até o provedor de serviços	10
SAGTIC	Sandro Beltrame	Curso Redes parte 4: Configuração de protocolos de roteamento e IPv6	8
SAGTIC	Sandro Beltrame	Curso Segurança de redes: Crie um firewall com pfSense e iptables	10
SAGTIC	Sandro Beltrame	Gestão de processos	14
SEDES	Amandio Delpizzo Neto	Curso Docker: Criando containers sem dor de cabeça	10
SEDES	Amandio Delpizzo Neto	HTML5 e CSS3 I: Suas primeiras páginas da Web	32
SEDES	Anderson Silva	Chrome Dev Tools	9
SEDES	Anderson Silva	Git	16
SEDES	Anderson Silva	JAX-RS e Jersey: Domine a criação de webservices REST	12
SEDES	Anderson Silva	JS Avançado 3	12
SEDES	Carlos Eduardo Mazzi	Carreira Agilista	23
SEDES	Carlos Eduardo Mazzi	Curso Comunicação: Como se expressar bem e ser compreendido	8
SEDES	Carlos Eduardo Mazzi	Curso Hábitos: da produtividade às metas pessoais	8
SEDES	Eduardo Gheller Mörschbacher	Lean Startup: primeiros passos da sua startup enxuta	1
SEDES	Eduardo Gheller Mörschbacher	Métodos Ágeis: introdução	12
SEDES	Eduardo Gheller Mörschbacher	Scrum parte 1: Gerencie o seu projeto de forma ágil	5
SEDES	Eduardo Gheller Mörschbacher	Scrum parte 2: O manifesto ágil, liderança e organização em Scrum	5
SEDES	Eduardo Gheller Mörschbacher	Scrum parte 3: Iniciando projetos com Agile	6
SEDES	Eduardo Gheller Mörschbacher	Scrum parte 4: Planejando projetos com Agile	7
SEDES	Eduardo Gheller Mörschbacher	Scrum parte 5: Executando projetos com Agile	5
SEDES	Eduardo Gheller Mörschbacher	Scrum parte 6: Revisão, retrospectiva e encerramento de projetos com Agile	4
SEDES	Eduardo Gheller Mörschbacher	Scrum: Agilidade em seu projeto	10
SEDES	Everton Rodrigues Garcia	CDPE - Curso Design Patterns PHP I: Boas práticas de programação	40
SEDES	Felipe Pompeo Pereira	Curso Docker: Criando containers sem dor de cabeça	10
SEDES	Felipe Pompeo Pereira	Curso HTML5 e CSS3 I: Suas primeiras páginas da Web	32
SEDES	Gabriel Lorensi Lopes	Java EE parte 1	14
SEDES	Gabriel Lorensi Lopes	Java EE parte 2	14
SEDES	Gabriel Lorensi Lopes	Java EE parte 3	14
SEDES	Glademir Maria Dyck	Curso MySQL I: Iniciando suas consultas	8
SEDES	Glademir Maria Dyck	Curso PHP e MySQL II: Cookies, sessões e mais recursos	12
SEDES	Glademir Maria Dyck	Curso PHP I: Orientação a objetos com sua linguagem preferida	12
SEDES	Glademir Maria Dyck	Curso PHP II: Avançando com Orientação a objetos	12
SEDES	Hugo Soares	Curso PowerShell parte 1: Começando com a linguagem de scripting moderna	20

SEDES	Hugo Soares	Curso PowerShell parte 2: Sessões, Jobs e Administração Remota	20
SEDES	Juliano dos Passos Bez	Curso JavaScript avançado I: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos	12
SEDES	Juliano dos Passos Bez	Curso JavaScript Avançado II: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos	12
SEDES	Juliano dos Passos Bez	Curso JavaScript Avançado III: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos	12
SEDES	Juliano dos Passos Bez	Curso SOLID com PHP: Orientação a Objetos com PHP	8
SEDES	Marco de Oliveira Vivan	Curso JavaScript avançado I: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos	12
SEDES	Marco de Oliveira Vivan	Curso JavaScript Avançado II: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos	12
SEDES	Marco de Oliveira Vivan	Curso JavaScript Avançado III: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos	12
SEDES	Marco de Oliveira Vivan	Curso Spring Boot: Agilidade no desenvolvimento java com Spring	10
SEDES	Mario Carlos de Bem Osorio Neto	Curso Angular 2: webapps ainda mais poderosas parte 1	18
SEDES	Mario Carlos de Bem Osorio Neto	Curso Java 8: Tire proveito dos novos recursos da linguagem	12
SEDES	Mario Carlos de Bem Osorio Neto	Curso Scrum parte 1: Gerencie o seu projeto de forma ágil	5
SEDES	Mario Carlos de Bem Osorio Neto	Curso Scrum Parte 2: O Manifesto Ágil, Liderança e Organização em Scrum	5
SEDES	Murilo Augusto Tosatti	Curso Angular 2: webapps ainda mais poderosas parte 1	18
SEDES	Murilo Augusto Tosatti	Curso Angular 2: webapps ainda mais poderosas parte 2	18
SEDES	Murilo Augusto Tosatti	Curso Go: Iniciando com a linguagem do Google	10
SEDES	Nelson da Silva	Curso JavaScript Avançado II: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos	12
SEDES	Nelson da Silva	Curso JavaScript Avançado III: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos	12
SEDES	Nelson da Silva	Curso Node.js: Inovando com Javascript no backend	16
SEDES	Paulo Eduardo Gazola	Curso Java e JSF 2 - II: Componentes ricos com Primefaces	12
SEDES	Paulo Eduardo Gazola	Curso Java e JSF 2 - III: Integração com CDI	16
SEDES	Paulo Eduardo Gazola	Curso Maven: Build do zero a web	6
SEDES	Paulo Eduardo Gazola	Curso PL/SQL: Domine a linguagem do banco de dados Oracle	12
SEDES	Renan Teston Inacio	Curso Comunicação: Como se expressar bem e ser compreendido	8
SEDES	Renan Teston Inacio	Curso Java 8: Tire proveito dos novos recursos da linguagem	12
SEDES	Renan Teston Inacio	Curso Segurança Web: Vulnerabilidades do seu sistema e OWASP	8
SEDES	Renan Teston Inacio	JAX-RS e Jersey: Domine a criação de webservices REST	12
SEDES	Rodrigo Jose Cavasin	Curso Expressões regulares: Capturando textos de forma mágica	12
SEDES	Rodrigo Jose Cavasin	Curso JavaScript avançado I: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos	12
SEDES	Rodrigo Jose Cavasin	Curso JavaScript Avançado II: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos	12

SEDES	Rodrigo Jose Cavasin	Curso JavaScript Avançado III: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos	12
SEDES	Soni João da Silva	Curso Java e JDBC: Trabalhando com um banco de dados	8
SEDES	Soni João da Silva	Curso Java e JPA: Persista seus objetos com a JPA2 e Hibernate	17
SEDES	Soni João da Silva	Curso Java e JSF 2 - II: Componentes ricos com Primefaces	10
SEDES	Soni João da Silva	jQuery: Domine a biblioteca mais popular do mercado	10
SEDES	Tiago Basílio Azevedo	Curso JavaScript avançado I: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos	12
SEDES	Tiago Basílio Azevedo	Curso JavaScript avançado I: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos	12
SEDES	Tiago Basílio Azevedo	Curso JavaScript avançado I: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos	12
SEDES	Tiago Basílio Azevedo	Curso JavaScript avançado I: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos	12
SEDES	Tiago Pires Carneiro	DOCKER	10
SEDES	Tiago Pires Carneiro	HTML e CSS	34
SEDES	Zilto Luiz Veloso	Curso Java e JPA: Persista seus objetos com a JPA2 e Hibernate	17
SEDES	Zilto Luiz Veloso	Curso Node.js: Inovando com Javascript no backend	16
SEDES	Zilto Luiz Veloso	Curso Servlets: Fundamentos de java na web	16
SESUP	Diogo Silva Bach	PowerShell parte 1: Começando com a linguagem de scripting moderna	20
SESUP	Diogo Silva Bach	PowerShell parte 2: Sessões, Jobs e Administração Remota	20
SESUP	Robson N Bandeira	Curso COBIT 5 Foundations Parte 1: Introdução a Governança Corporativa	14
SESUP	Robson N Bandeira	Curso COBIT 5 Foundations Parte 2: Princípios do COBIT 5	9
SESUP	Robson N Bandeira	Curso COBIT 5 Foundations Parte 3: Habilitadores do COBIT 5	12
SESUP	Robson N Bandeira	Curso COBIT 5 Foundations Parte 4: Implementação e Avaliação de Processos	5
SESUP	Alex Andrade Siqueira Campos	Curso Git: Controle e compartilhe seu código	16
SESUP	Alex Andrade Siqueira Campos	Curso Linux II: Programas, processos e pacotes	8
SESUP	Alex Andrade Siqueira Campos	Curso MySQL II: Consultas poderosas	16
SESUP	Claudio Zamparetti	Certificação ITIL Foundation 3	8
SESUP	Claudio Zamparetti	Certificação ITIL Foundation 4	8
SESUP	Claudio Zamparetti	Curso COBIT 5 Foundations Parte 1: Introdução a Governança Corporativa	14
SESUP	Claudio Zamparetti	Curso Redes parte 1: Introdução, Conceitos e Prática	10
SESUP	Claudio Zamparetti	Windows: Introdução ao Prompt	5
SESUP	Cleber Machado Leão	Curso Git: Controle e compartilhe seu código	16
SESUP	Cleber Machado Leão	PowerShell parte 1: Começando com a linguagem de scripting moderna	20
SESUP	Cleber Machado Leão	PowerShell parte 2: Começando com a linguagem de scripting moderna	20

SESUP	Cloves Eloide de Souza	Curso COBIT 5 Foundations Parte 1: Introdução a Governança Corporativa	14
SESUP	Cloves Eloide de Souza	Curso COBIT 5 Foundations Parte 2: Princípios do COBIT 5	9
SESUP	Cloves Eloide de Souza	Curso COBIT 5 Foundations Parte 3: Habilitadores do COBIT 5	12
SESUP	Cloves Eloide de Souza	Curso COBIT 5 Foundations Parte 4: Implementação e Avaliação de Processos	5
SESUP	Edivan Carlos Cassaro	Curso Linux I: Conhecendo e utilizando o terminal	4
SESUP	Edivan Carlos Cassaro	Curso Linux II: Programas, processos e pacotes	8
SESUP	Edivan Carlos Cassaro	Curso Redes parte 1: Introdução, Conceitos e Prática	10
SESUP	Edivan Carlos Cassaro	Curso Redes parte 2: Montando um projeto do cliente até o provedor de serviços	10
SESUP	Edivan Carlos Cassaro	Curso Redes parte 4: Configuração de protocolos de roteamento e IPv6	8
SESUP	Fábio Rodrigues da Silva	Certificação CISCO CCNA parte 1: Network Fundamentals I	8
SESUP	Fábio Rodrigues da Silva	Certificação CISCO CCNA parte 2: Network Fundamentals II	8
SESUP	Fábio Rodrigues da Silva	Certificação CISCO CCNA parte 3: LAN Switching Fundamentals	8
SESUP	Fábio Rodrigues da Silva	Certificação CISCO CCNA parte 4: Routing Fundamentals	8
SESUP	Fábio Rodrigues da Silva	Certificação CISCO CCNA parte 5: Infrastructure Services	8
SESUP	Fábio Rodrigues da Silva	Certificação CISCO CCNA parte 6: Infrastructure Maintenance	8
SESUP	Jefferson B. Baptista	PowerShell parte 1: Começando com a linguagem de scripting moderna	20
SESUP	Jefferson B. Baptista	PowerShell parte 2: Começando com a linguagem de scripting moderna	20
SESUP	José Luis Netto da Costa	Curso PowerShell parte 1: Começando com a linguagem de scripting moderna	20
SESUP	José Luis Netto da Costa	Curso Redes 1: Introdução, Conceitos e Prática	10
SESUP	José Luis Netto da Costa	Scrum: Agilidade em seu projeto	10
SESUP	Lucas Borges	PowerShell parte 1: Começando com a linguagem de scripting moderna	20
SESUP	Lucas Borges	PowerShell parte 2: Sessões, Jobs e Administração Remota	20
SESUP	Lucas Borges	Windows Server	7
SESUP	Marcio César Jacinto	Certificação ITIL Foundation 3: Operação e Transição de serviço	8
SESUP	Marcio César Jacinto	Certificação ITIL Foundation 4: Melhoria contínua de serviço	8
SESUP	Marcio César Jacinto	CorelDraw: Criando arte para o mundo impresso	8
SESUP	Marcio César Jacinto	Photoshop: tratamento de imagens I	8
SESUP	Marcio César Jacinto	Premiere: Introdução a edição de vídeos	10
SESUP	Marcos Paulo Zimmermann	Certificação Linux LPI Essentials parte 10: Where Data is Stored	4
SESUP	Marcos Paulo Zimmermann	Certificação Linux LPI Essentials parte 11: Your Computer on the Network	4
SESUP	Marcos Paulo Zimmermann	Certificação Linux LPI Essentials parte 12: Security and File Permissions	4
SESUP	Marcos Paulo Zimmermann	Certificação Linux LPI Essentials parte 2: Open Source Software and Licensing	8

SESUP	Marcos Paulo Zimmermann	Certificação Linux LPI Essentials parte 3: Command Line Basics	8
SESUP	Marcos Paulo Zimmermann	Certificação Linux LPI Essentials parte 4: Using the command line to get help	8
SESUP	Marcos Paulo Zimmermann	Certificação Linux LPI Essentials parte 5: Directories and Listing Files and managing files	8
SESUP	Marcos Paulo Zimmermann	Certificação Linux LPI Essentials parte 6: Archiving Files on the Command Line	5
SESUP	Marcos Paulo Zimmermann	Certificação Linux LPI Essentials parte 7: Searching and Extracting Data from Files	4
SESUP	Marcos Paulo Zimmermann	Certificação Linux LPI Essentials parte 8: Turning Commands into a Script	5
SESUP	Marcos Paulo Zimmermann	Certificação Linux LPI Essentials parte 9: Understanding Computer Hardware	4
SESUP	Marcos Paulo Zimmermann	Git: Controle e compartilhe seu código	16
SESUP	Marcos Paulo Zimmermann	Integração Contínua: Maturidade e Produtividade no Desenvolvimento de Software	16
SESUP	Marcos Paulo Zimmermann	Java EE parte 1: Crie sua loja online com CDI, JSF, JPA	14
SESUP	Marcos Paulo Zimmermann	Java: Laboratório web de práticas e tecnologias	20
SESUP	Maria Cláudia	Certificação ITIL Foundation 3	8
SESUP	Maria Cláudia	Certificação ITIL Foundation 4	8
SESUP	Maria Cláudia	Curso COBIT 5 Foundations Parte 1: Introdução a Governança Corporativa	14
SESUP	Maria Cláudia	Curso de Excel: Domine o editor de Planilhas mais famoso do mundo	14
SESUP	Mauricio Kilian dos Anjos	Curso de Excel: Domine o editor de Planilhas mais famoso do mundo	14
SESUP	Mauricio Kilian dos Anjos	Curso PowerShell parte 1: Começando com a linguagem de scripting moderna	20
SESUP	Mauricio Kilian dos Anjos	Curso Redes parte 2: Montando um projeto do cliente até o provedor de serviços	10
SESUP	Paulo Pinheiro	Curso PowerShell parte 1: Começando com a linguagem de scripting moderna	20
SESUP	Paulo Pinheiro	Curso PowerShell parte 2: Sessões, Jobs e Administração Remota	20
SESUP	Paulo R. Manfro	Certificação ITIL Foundation 1	8
SESUP	Paulo R. Manfro	Certificação ITIL Foundation 2	8
SESUP	Paulo R. Manfro	Certificação ITIL Foundation 3	8
SESUP	Paulo R. Manfro	Curso Estatística I: Entenda seus dados com R	8
SESUP	Paulo R. Manfro	Curso Machine Learning: Introdução a classificação	10
SESUP	Pedro Paulo da Silva	Curso Linux I: Conhecendo e utilizando o terminal	4
SESUP	Pedro Paulo da Silva	Curso Linux II: Programas, processos e pacotes	8
SESUP	Pedro Paulo da Silva	Curso MySQL I: Iniciando suas consultas	8
SESUP	Pedro Paulo da Silva	Curso MySQL II: Consultas poderosas	16
SESUP	Pedro Paulo da Silva	Curso Windows Server	7
SESUP	Valmor M Madeira	Curso COBIT 5 Foundations Parte 1: Introdução a Governança Corporativa	14
SESUP	Valmor M Madeira	Curso COBIT 5 Foundations Parte 2: Princípios do COBIT 5	9
SESUP	Valmor M Madeira	Curso COBIT 5 Foundations Parte 3: Habilitadores do COBIT 5	12

SESUP	Valmor M Madeira	Curso COBIT 5 Foundations Parte 4: Implementação e Avaliação de Processos	5
SESUS	Alexandre de Lemos Dias	Java e JPA: Otimizações com JPA2 e Hibernate	12
SESUS	Alexandre de Lemos Dias	Java e JSF 2 - III: Integração com CDI	16
SESUS	Alexandre de Lemos Dias	Java EE parte 1: Crie sua loja online com CDI, JSF, JPA	14
SESUS	Ana Lucia dos Santos	Curso COBIT 5 Foundations Parte 1: Introdução a Governança Corporativa	14
SESUS	Ana Lucia dos Santos	Curso COBIT 5 Foundations Parte 2: Princípios do COBIT 5	9
SESUS	Ana Lucia dos Santos	Curso COBIT 5 Foundations Parte 3: Habilitadores do COBIT 5	12
SESUS	Ana Lucia dos Santos	Curso COBIT 5 Foundations Parte 4: Implementação e Avaliação de Processos	5
SESUS	Ana Lucia dos Santos	Curso Scrum: Agilidade em seu projeto	10
SESUS	Cleber Roberto Milani	Android I: Crie sua App fantástica com Android Studio	10
SESUS	Cleber Roberto Milani	Curso Go: Iniciando com a linguagem do Google	10
SESUS	Cleber Roberto Milani	Curso HTTP: Entendendo a Web por baixo dos panos	14
SESUS	Cleber Roberto Milani	Hábitos: da produtividade às metas pessoais	8
SESUS	Dhiego C S Rocha	Curso Java 8: Tire proveito dos novos recursos da linguagem	12
SESUS	Dhiego C S Rocha	Curso Java III: Principais APIs e bibliotecas	12
SESUS	Dhiego C S Rocha	Curso Java: Dominando as Collections	20
SESUS	Fernando Mielke	Comunicação: como se expressar bem e ser compreendido	8
SESUS	Fernando Mielke	Curso HTTP: Entendendo a Web por baixo dos panos	14
SESUS	Fernando Mielke	Hábitos: da produtividade às metas pessoais	8
SESUS	Fernando Mielke	Produtividade: hábitos e práticas para o dia a dia	8
SESUS	Fernando Mielke	Relacionamento pessoal: aprenda a lidar melhor com você e com o outro	10
SESUS	Guilherme Z Simoni	COBIT 5 Foundations Parte 1: Introdução a Governança Corporativa	14
SESUS	Guilherme Z Simoni	Curso Certificação Oracle SQL Fundamentals 3: Single Row Functions	4
SESUS	Guilherme Z Simoni	Curso Certificação Oracle SQL Fundamentals 4: Group Functions	4
SESUS	Guilherme Z Simoni	Curso Certificação Oracle SQL Fundamentals 5: Joins e Subqueries	4
SESUS	Guilherme Z Simoni	Curso Certificação Oracle SQL Fundamentals 6: DML e Transaction Control	5
SESUS	Guilherme Z Simoni	Curso Certificação Oracle SQL Fundamentals 7: Data definition language	5
SESUS	Guilherme Z Simoni	Curso Chatbot parte 2: Avançando e integrando o bot	6
SESUS	Guilherme Z Simoni	Curso Introdução a Chatbot: conversas inteligentes usando o Watson	8
SESUS	Guilherme Z Simoni	Curso Modelagem de Banco de Dados Relacional: Índices e Normalização	5
SESUS	José Arthur C. P. Ribeiro	Curso Certificação ITIL Foundation 3: Transição e Operação de Serviço	8
SESUS	José Arthur C. P. Ribeiro	Curso Certificação ITIL Foundation 4: Melhoria Contínua de Serviço	8
SESUS	José Arthur C. P. Ribeiro	Curso Comunicação: Como se expressar bem e ser compreendido	8
SESUS	José Arthur C. P. Ribeiro	Curso Data analysis: trabalhando com dados e estatísticas	8

SESUS	José Arthur C. P. Ribeiro	Curso Hábitos: da produtividade às metas pessoais	8
SESUS	José Arthur C. P. Ribeiro	Curso Relacionamento pessoal: aprenda a lidar melhor com você e com o outro	10
SESUS	Roberto José de Souza	Android I: Crie sua App fantástica com Android Studio	10
SESUS	Roberto José de Souza	Angular 2: webapps ainda mais poderosas parte 1	18
SESUS	Roberto José de Souza	Eclipse: Produtividade Extrema na IDE com Java	12
SESUS	Roberto José de Souza	Maven: Build do zero a web	6
SESUS	Sandro Vieira de Paula	Curso Estatística I: Entenda seus dados com R	8
SESUS	Sandro Vieira de Paula	Curso Estatística II: Aprofundando em hipóteses e correlações	8
SESUS	Sandro Vieira de Paula	Curso Expressões regulares: Capturando textos de forma mágica	12
SESUS	Sandro Vieira de Paula	Curso Machine Learning II: Avançando com tipos diferentes de classificação	4
SESUS	Sandro Vieira de Paula	Curso Machine Learning: Introdução a classificação	10
SESUS	Valdir Cunha	Curso COBIT 5 Foundations Parte 1: Introdução a Governança Corporativa	14
SESUS	Valdir Cunha	Curso COBIT 5 Foundations Parte 2: Princípios do COBIT 5	9
SESUS	Valdir Cunha	Curso COBIT 5 Foundations Parte 3: Habilitadores do COBIT 5	12
SESUS	Valdir Cunha	Curso COBIT 5 Foundations Parte 4: Implementação e Avaliação de Processos	5
SESUS	Valdir Cunha	Curso Scrum parte 1: Gerencie o seu projeto de forma ágil	5
SESUS	Valdir Cunha	Curso Scrum Parte 2: O Manifesto Ágil, Liderança e Organização em Scrum	5
SESUS	Volmar Antonio Machado	Curso Android com Web Service parte 2: mais técnicas de sincronização	12
SESUS	Volmar Antonio Machado	Curso Android II: Imersão em interfaces e recursos	8
SESUS	Volmar Antonio Machado	Curso Git: Controle e compartilhe seu código	16
SESUS	Volmar Antonio Machado	Curso JAX-RS e Jersey: Domine a criação de webservices REST	12
SESUS	Volmar Antonio Machado	Curso Threads 2: Programação concorrente avançada	16
SETIC	Gustavo Bestetti Ibarra	Curso Business Model Canvas parte I: Um modelo poderoso para o seu negócio	8
SETIC	Gustavo Bestetti Ibarra	Curso Design Thinking parte 1: Utilize uma metodologia de design para solucionar desafios	9
SETIC	Gustavo Bestetti Ibarra	Curso Design Thinking parte 2: Analise suas descobertas	9
SETIC	Gustavo Bestetti Ibarra	Curso Design Thinking parte 3: Experimente suas ideias	9
SETIC	Gustavo Bestetti Ibarra	Hábitos: da produtividade às metas pessoais	8
SETIC	Gustavo Ibarra	Gartner Symposium/ITxpo	24
SETIC	Lis Nemmen	Curso Produtividade: hábitos e práticas para o dia a dia	8
SETIC	Lis Nemmen	Direito Administrativo para Gerentes no Setor Público	36
SETIC	Michelle Mity Satake	Curso Excel III	8
SETIC	Michelle Mity Satake	Direito Administrativo para Gerentes no Setor Público	36
SETIC	Roberta Almeida Versiani	Contratos Administrativos Avançado: Fiscalização, Alteração, Rescisão e Penalidades	16
SETIC	Roberta Almeida Versiani	Curso sobre Comunicação Interpessoal	4
SETIC	Roberta Almeida Versiani	Direito Administrativo para Gerentes no Setor Público	36
SETIC	Roberta Almeida Versiani	Gestão de Riscos Contratações Públicas: Básico e Avançado	16

SETIC	Roberta Almeida Versiani	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	14
SETIC	Xalise Thiele	Atualização em Língua Portuguesa: Gramática e Ortografia	16
SETIC	Xalise Thiele	Gestão de Riscos, Contratações Públicas: Básico e Avançado e/ ou Formação	16
SETIC	Xalise Thiele	Pesquisa de Mercado e de Preço à Luz da Portaria PRESI 267/2016	16

[Digite aqui]

ANEXO VI

- GESTÃO DE PESSOAS DE TIC

[Digite aqui]

CONCEITOS

Tem dois conceitos associados com a gestão de pessoas no serviço público:

- quadro funcional (referente aos cargos existentes para um fim) e
- força de trabalho (referente às pessoas cujo trabalho é voltado para este fim).

O quadro funcional pode ser visto de pelo menos duas maneiras: a formal e a efetiva. Geralmente a ótica formal atende a um objetivo desejado (conceito teórico), mas nem sempre atingido, já a ótica efetiva se refere ao que acontece na prática.

O quadro de TIC é a quantidade de cargos do quadro permanente deste Tribunal, com especialidade de TIC. Temos para o quadro de TIC dois conceitos, de acordo com o enfoque:

- quadro de TIC formal - é a quantidade de cargos do quadro permanente deste Tribunal, com especialidade de TIC, que se encontram ativos. Independentemente deles estarem ocupados ou vago e independentemente dos ocupantes estarem sob coordenação da SETIC ou não (conforme a resolução CNJ 211/2015)
- quadro de TIC efetivo - é a quantidade de cargos do quadro permanente deste Tribunal, com especialidade de TIC, que se encontram ocupados por servidores que estão sob a coordenação da SETIC. Ou seja são os cargos cujas especialidade é de TIC e cujos ocupantes realizam atividades de TIC para este Tribunal. Neste caso não são contabilizados cargos com especialidade de TIC que não desempenham atividades de TIC que por estar:
 - vagos
 - sob coordenação de outras áreas ou
 - em outros órgãos

Para a força de trabalho de TIC devem ser consideradas todas as pessoas que desempenham atividades de TIC para este Tribunal, o que inclui:

- o quadro efetivo de TIC
- servidores do quadro do TRT12 lotados na SETIC mas sem especialidade de TIC
- pessoas que não são do quadro do TRT12 mas que estão lotadas na SETIC
- estagiários da SETIC;
- terceirizados para realização das atividades de TIC

QUADRO DE TIC - FORMAL E EFETIVO

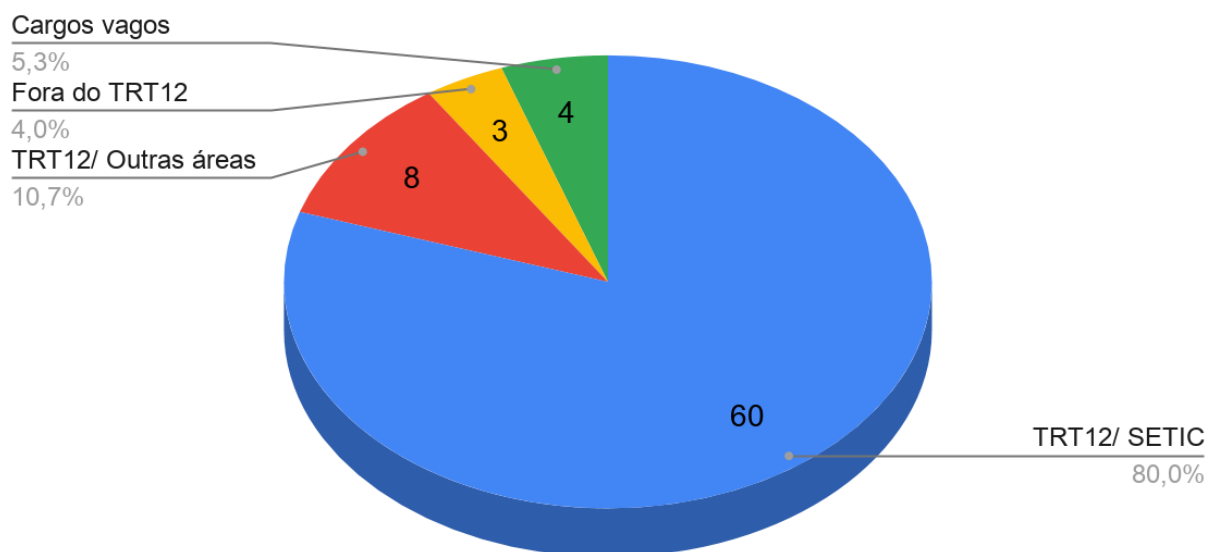
O quadro formal de TIC é de 75 cargos. Destes cargos 60 estão ocupados e sob coordenação da SETIC. Ou seja, o quadro efetivo de TIC é 80% do quadro formal.

A grande dos cargos de TIC efetivos (55) é ocupado por servidores lotados na SETIC. Os outros 5 desempenham atividades de TIC em unidades do interior sob coordenação da SETIC.

SITUAÇÃO ATUAL

Ano	TRT12/ SETIC	TRT12/ Outras áreas	Fora do TRT12	Cargos vagos	Quadro Formal
2019	60	8	3	4	75

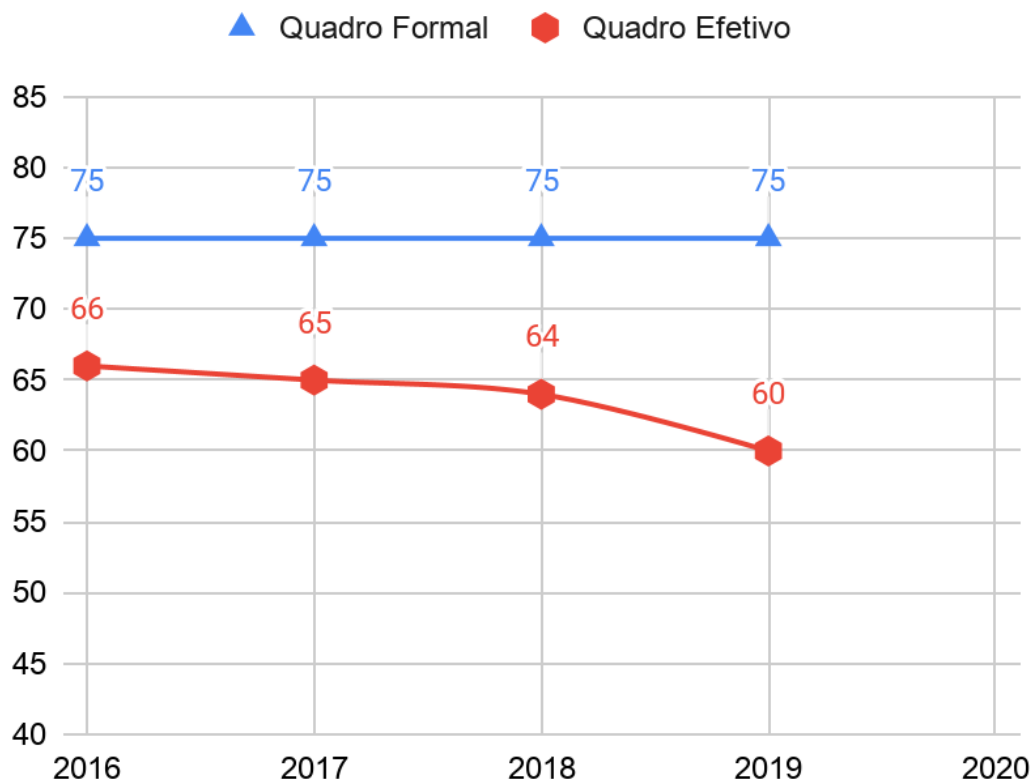
Ocupação e local dos cargos de TIC



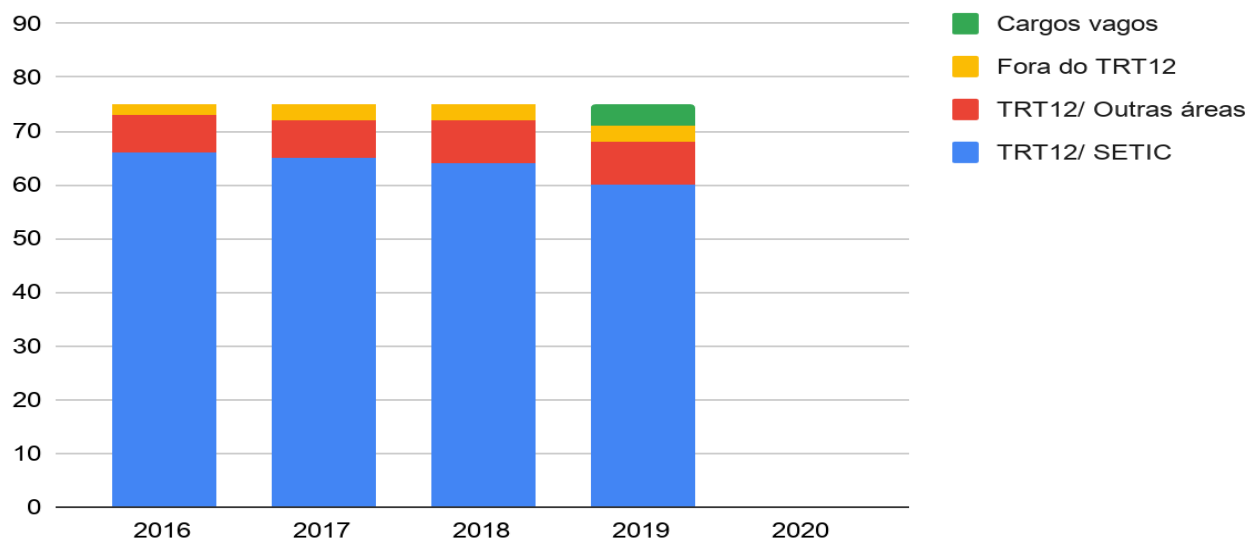
EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Ano	TRT12/ SETIC	TRT12/ Outras áreas	Fora do TRT12	Cargos vagos	Quadro Formal	Quadro Efetivo
2016	66	7	2	0	75	66
2017	65	7	3	0	75	65
2018	64	8	3	0	75	64
2019	60	8	3	4	75	60
2020						

Evolução do quadro de TIC



Evolução do quadro de TIC



FORÇA DE TRABALHO DE TIC

A força de trabalho de TIC, totaliza 87 pessoas e está composta da seguinte maneira:

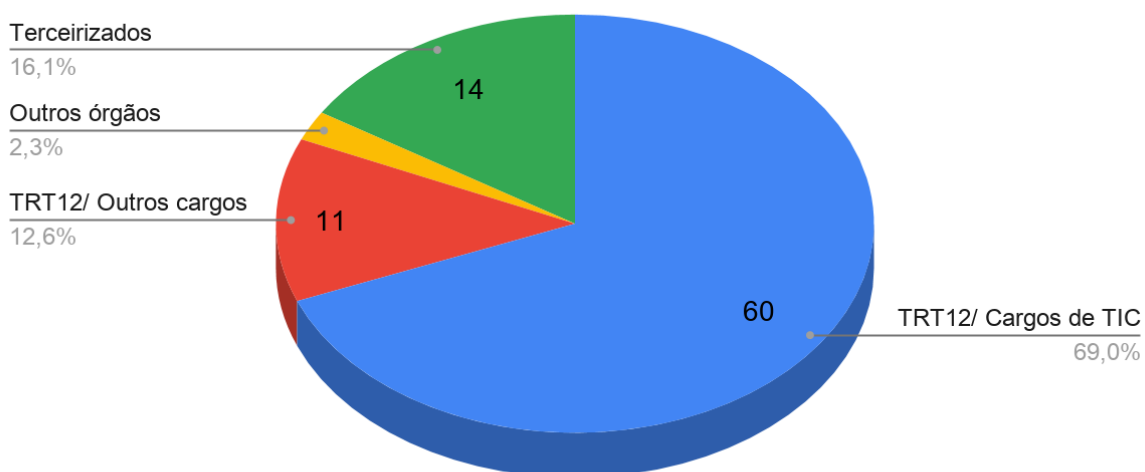
- A. quadro efetivo de TIC (60)
- B. servidores do quadro do TRT12 sem especialidade de TIC lotados na SETIC (11)
- C. pessoas que não são do quadro do TRT12 que estão lotadas na SETIC (2)
- D. postos terceirizados de TIC (14)

Observações:

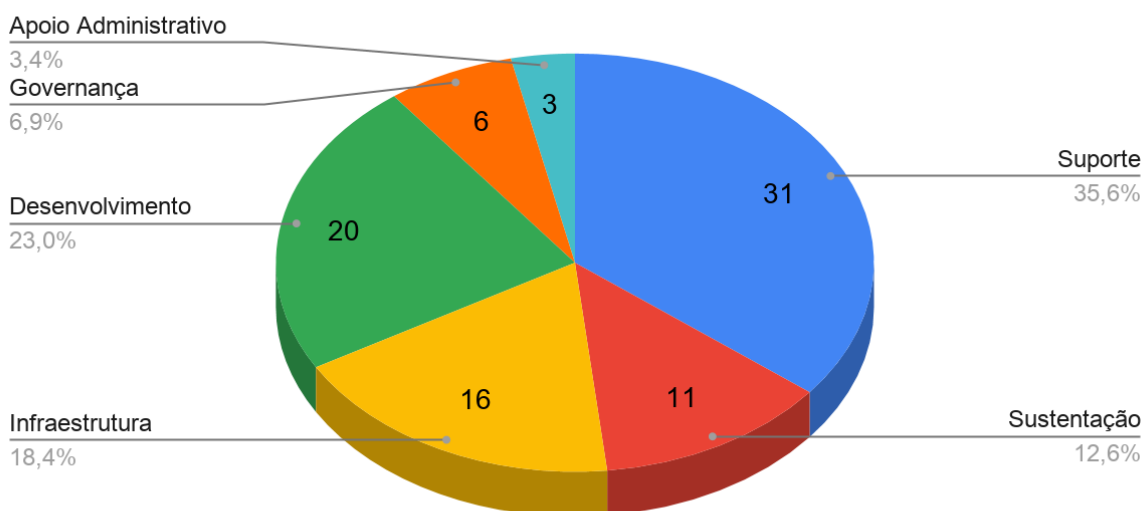
- ☐ No momento não há estagiários de TIC, se houvesse deveriam ser contabilizados.
- ☐ As pessoas do grupo C, são servidores de outros Regionais cujo cargo na origem tem especialidade de TIC
- ☐ Todos os terceirizados de TIC realizam tarefas de suporte e estão vinculados num único contrato (PROAD 3995/2019)

Ano	TRT12/ Cargos de TIC	TRT12/ Outros cargos	Outros órgãos	Terceirizados	Força de Trabalho
2019	60	11	2	14	87

Força de Trabalho por origem



Força de Trabalho por área de atuação



A classificação das áreas de atuação corresponde aos macroprocessos de TIC do Art 12 da Resolução CNJ 211/2015, sendo que:

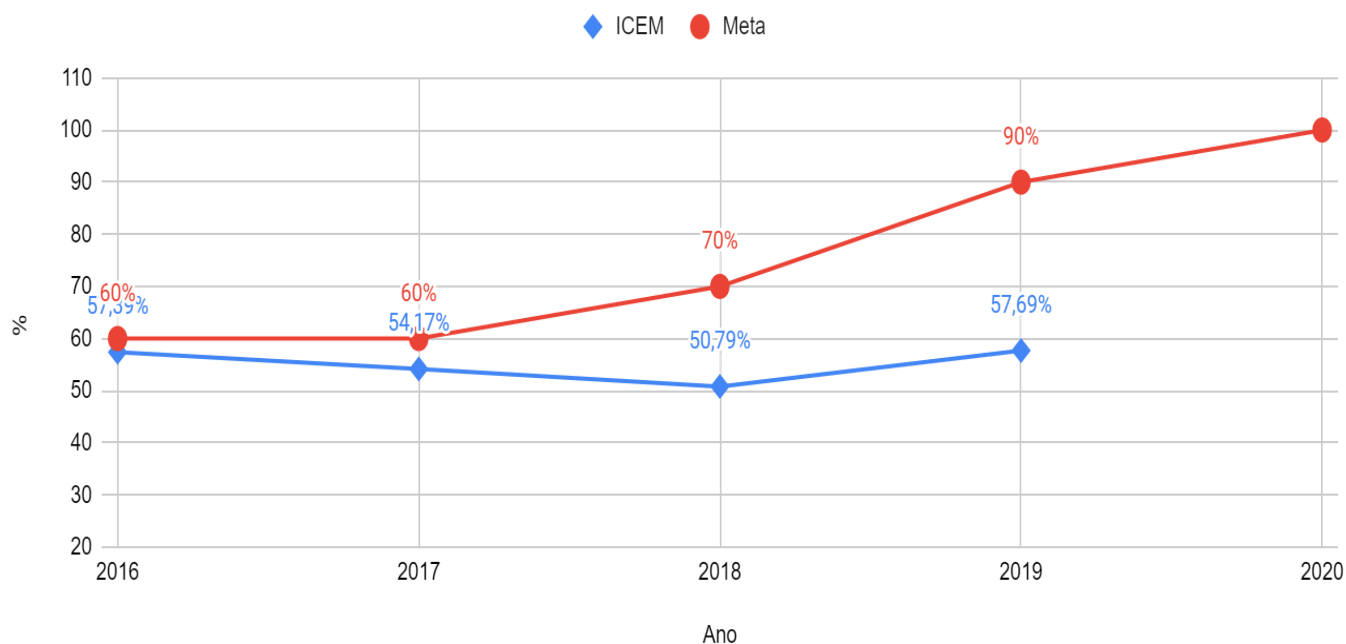
- Governança e Gestão foi abreviado para Governança e inclui o Diretor da SETIC

- Segurança da Informação está incluída na Governança e
- Software foi dividido em Desenvolvimento e Sustentação
- Serviços é conhecido no TRT12 como Suporte
- foi acrescentada a área de atuação Apoio Administrativo

ANÁLISE QUANTITATIVA DO QUADRO DE TIC

Números de servidores (técnicos) lotados na área de Tecnologia da Informação e Comunicação	Quadro mínimo da área de Tecnologia da Informação e Comunicação definida em atos normativos	Ano	ICEM	Meta
66	115	2016	57,39%	60%
65	120	2017	54,17%	60%
64	126	2018	50,79%	70%
60	104	2019	57,69%	90%
		2020		100%

ICEM - Índice de conformidade ao quadro mínimo de pessoal de TIC

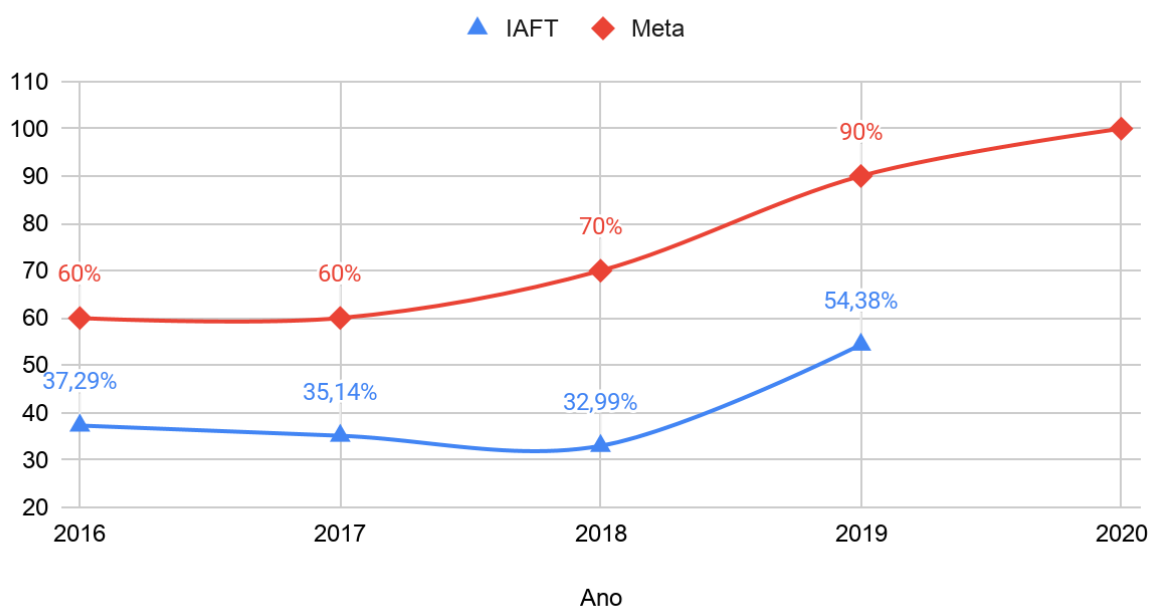


ANÁLISE QUANTITATIVA DA FORÇA DE TRABALHO DE TIC

Observação: IAFI é o Índice de adequação da força de trabalho de TIC, segundo a Resolução CNJ 211/2015.

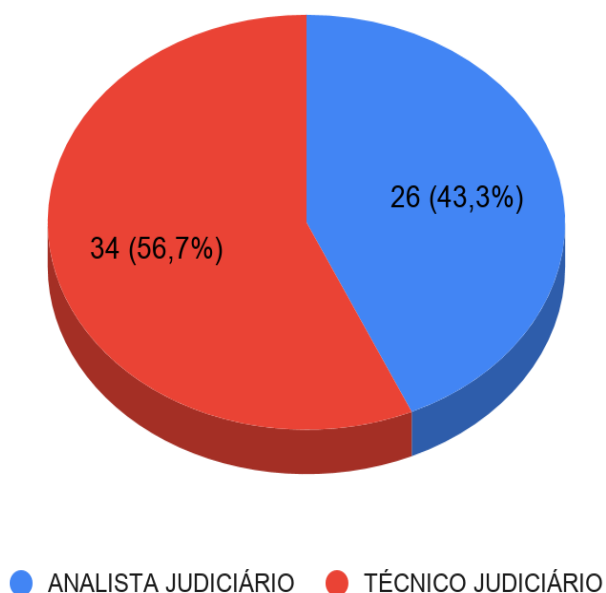
Números de servidores (técnicos) lotados na área de Tecnologia da Informação e Comunicação	Quadro mínimo da área de Tecnologia da Informação e Comunicação definida em atos normativos	Ano	IAFT	Meta
95	177	2016	53,67%	60%
93	185	2017	50,27%	60%
93	194	2018	47,94%	70%
87	160	2019	54,38%	90%
		2020		100%

Força de trabalho e Meta

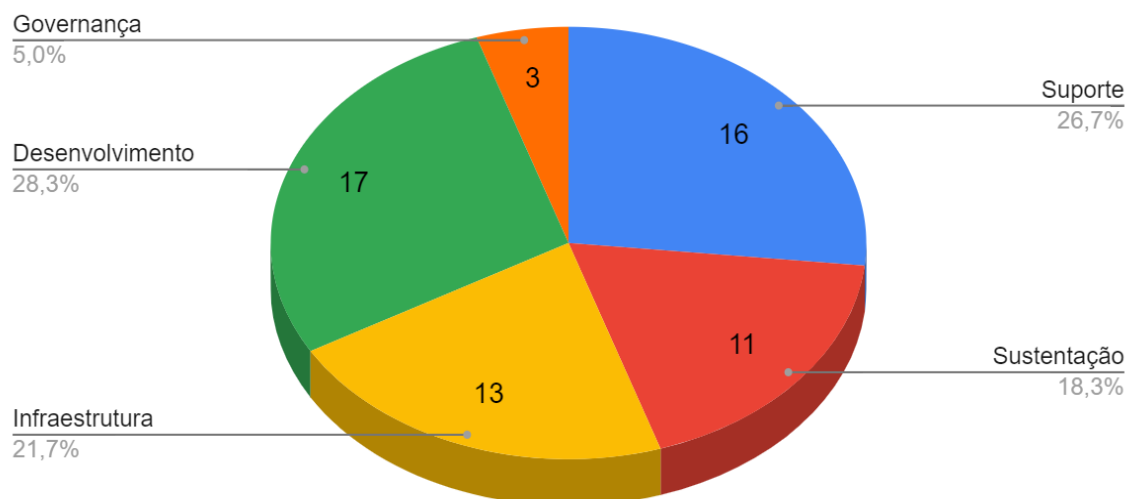


ANÁLISE QUALITATIVA DO QUADRO EFETIVO DE TIC

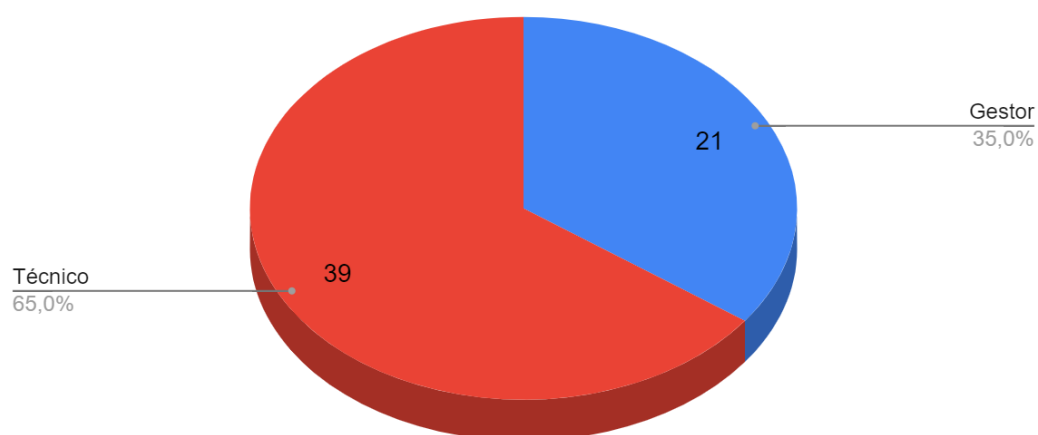
Quadro efetivo - Distribuição por categoria funcional



Quadro efetivo por área da atuação



Quadro Efetivo - Gestor/ Técnico

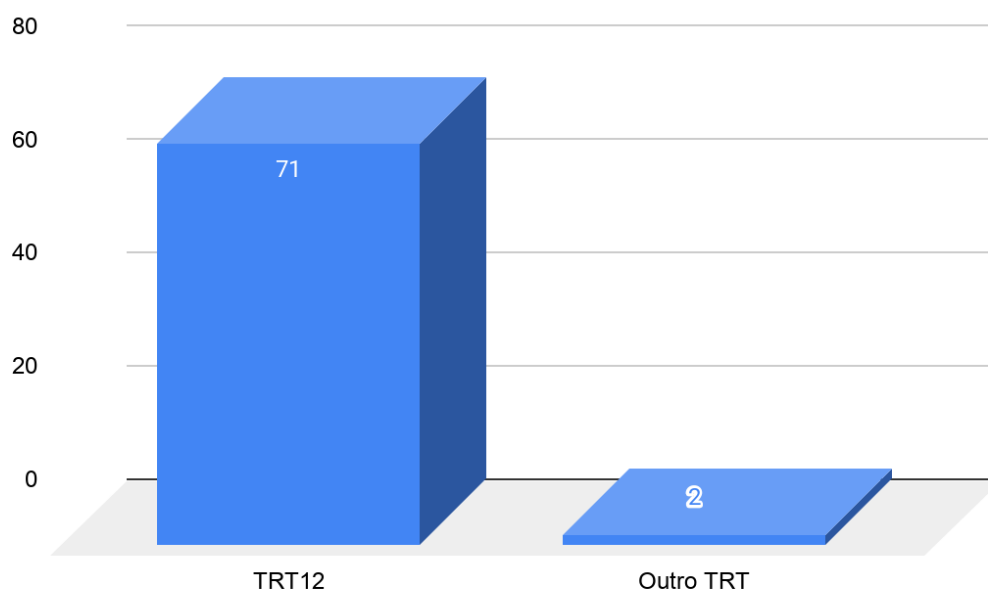


No TRT12, é considerado gestor o ocupante de uma função de direção e coordenação. Estas funções estão classificadas como gerenciais e substituíveis. Na SETIC quem não é gestor é considerado técnico.

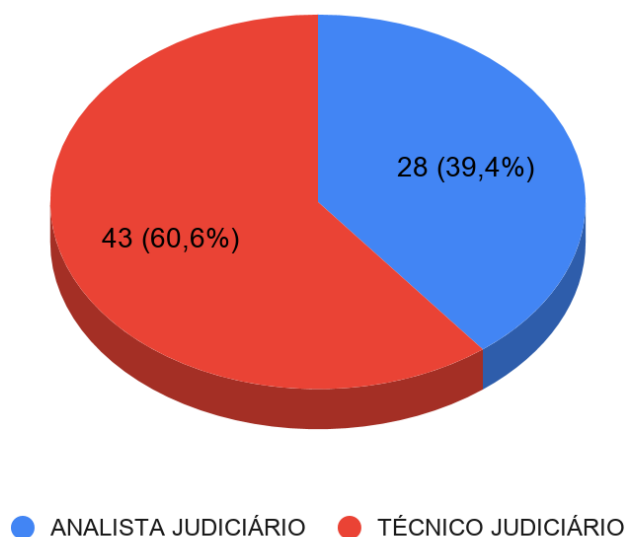
ANÁLISE QUALITATIVA DO PESSOAL LOTADO NA SETIC

Observação: como para os terceirizados todas as informações disponíveis para as pessoas lotadas na SETIC, as informações desta seção ficam restritas às pessoas lotadas na SETIC (não contemplam os terceirizados)

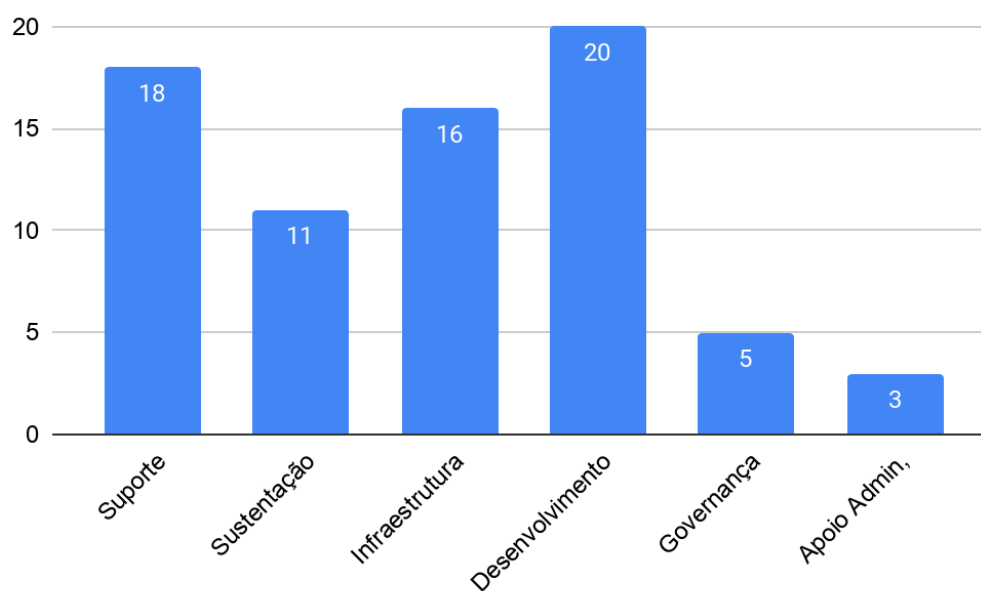
SETIC Origem do cargo



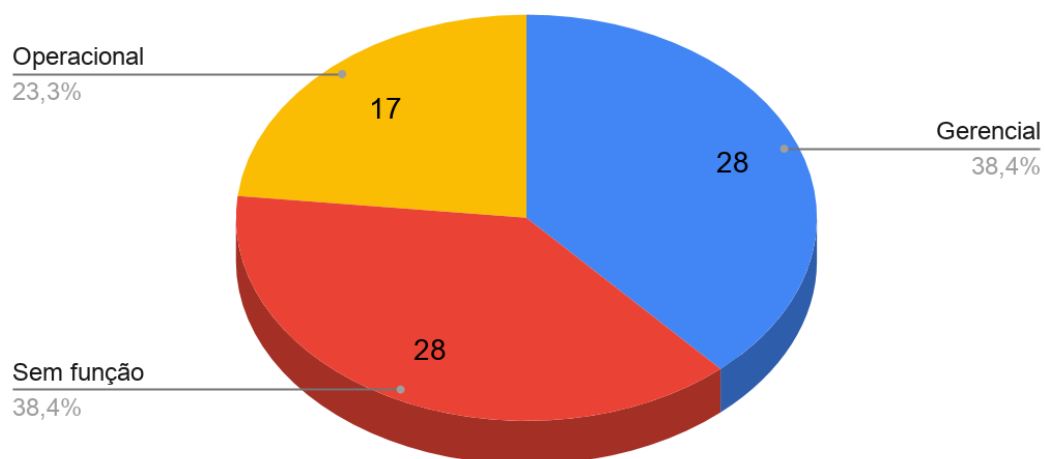
SETIC por categoria funcional



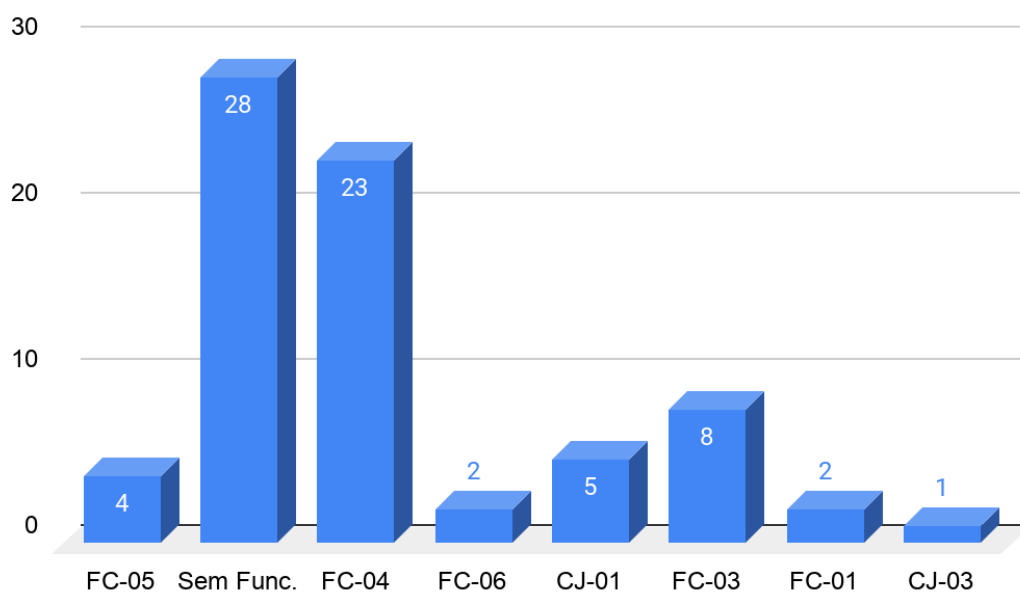
SETIC por área atuação



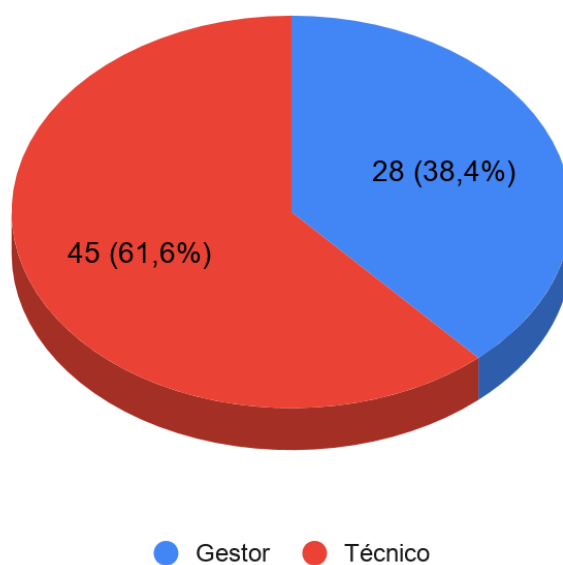
Contagem de Tipo Função



SETIC por função



SETIC Gestor/ Técnico



Pela definição de gestor, as 3 servidoras de apoio administrativo são consideradas como técnico neste gráfico.

COMPETÊNCIAS DE TIC

As informações de competências são referentes ao ciclo mais recente, realizado há dois anos.

COMPETÊNCIAS DA SETIC

COMPETÊNCIAS DO SEINFRA

COMPETÊNCIAS DO SEDES

COMPETÊNCIAS DO SESUP

COMPETÊNCIAS DO SESUS

COMPETÊNCIAS DO SAGTIC

RELATÓRIO GERENCIAL DE COMPETÊNCIAS TÉCNICAS

Por decisão da administração, as avaliações individuais de competências não são divulgadas. O relatório gerencial consolida as informações por área para auxiliar no planejamento das capacitações

Na tabela a seguir são destacadas as competências que tem avaliação abaixo de 80%, como áreas de conhecimento onde priorizar a capacitação.

COMPETÊNCIAS TÉCNICAS	Desempenho %					
	SAGTIC	SEDES	SEINFRA	SESUP	SESUS	SETIC*
ACESSIBILIDADE		100,0				
ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS OPERACIONAIS			98,5			
AMBIENTE DE ADMINISTRAÇÃO PARA SOLUÇÃO DE CORREIO ELETRÔNICO DE TERCEIROS			99,0			
AMBIENTE DE ARMAZENAMENTO PARA MÍDIAS DIGITAIS			100,0			
ANÁLISE DE MERCADO					91,1	
ANÁLISE DE RISCOS		60,0	76,0	60,0		84,0
APLICATIVO AUD					84,0	
APLICATIVOS DA SEGED					100,0	
ARQUITETURA DE SOFTWARE		96,0				
ATIVOS DE INFRAESTRUTURA DE TIC DO TRT 12			99,4			
AUTONOMOUS SYSTEM (ANS)			100,0			
BACKUP/ RESTORE E SOLUÇÃO TSM			58,0			
BANCO DE DADOS MICROSOFT MY SQL			100,0			
BOAS PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS		96,9				
BOAS PRÁTICAS DE MERCADO DE TIC				72,0		100,0
BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO EM TIC			98,3			
BOAS PRÁTICAS PARA GESTÃO DE DEMANDAS DE TIC (ITIL)			96,7			
BOAS PRÁTICAS RELACIONADAS A ANÁLISE DE RISCOS EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO EM TIC			97,0			
BOAS PRÁTICAS RELACIONADAS A INFRAESTRUTURA DE TIC, ESPECIALMENTE BIBLIOTECA ITIL			97,7			
BOAS PRÁTICAS RELACIONADAS A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO EM TIC			80,0			
BOAS PRÁTICAS RELACIONADAS A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO EM TIC, ESPECIALMENTE BIBLIOTECA ITIL			95,2			
CATÁLOGO DE SERVIÇOS DE TIC			80,0	98,0	96,7	92,0
CERTIFICAÇÃO DIGITAL					100,0	90,0
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO - LATU SENSU					100,0	88,0

CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO/ENGENHARIA ELÉTRICA - LATU SENSU			100,0			
CITRIX (SOFTWARE DE ACESSO AO GV)					95,0	
COMPUTAÇÃO EM NUVEM			100,0			
CONHECIMENTO DA LINGUAGEM SQL					100,0	
CONHECIMENTO DO NEGÓCIO		95,0			100,0	
CONSUMO DE WEBSERVICES					93,3	
CONTRATOS DE TI				80,0		
CONTRATOS DE TIC	90,0		80,0	88,3		80,0
CRIMPAGEM DE CABOS E INSTALAÇÃO FÍSICA DE CABEAMENTO ESTRUTURADO CATEGORIAS 5, 6 E SUAS VARIANTES			100,0			
DESENHO E ELABORAÇÃO DE DIAGRAMAS DIGITAIS			86,7			
DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS		97,5				
ENGENHARIA DE SOFTWARE		98,8				
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRIBUNAL		92,0				
FERRAMENTA DE CRONOGRAMA	100,0					
FERRAMENTA DE GESTÃO DE SERVIÇOS DE TI				82,0		
FERRAMENTA DE GESTÃO: PDCA			100,0	90,0	100,0	100,0
FERRAMENTA JIRA					93,8	
FERRAMENTA PARA INVENTÁRIO DE ATIVOS E CONFIGURAÇÕES			73,8			
FERRAMENTA SAP - BUSINESS OBJECT (SAP-BO)					86,7	
FERRAMENTAS DE GERENCIAMENTO DE CERTIFICADOS DIGITAIS						100,0
FERRAMENTAS DE GESTÃO DE RISCOS			88,3			
SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	45,0					
GEPNET	92,5					
TÉCNICAS DE APRESENTAÇÃO	48,0			65,0		
GESTÃO DE AQUISIÇÕES			90,0			
GESTÃO DE CONTRATOS	92,5		95,0			80,0
GESTÃO DE CRISE EM TIC			77,8			
GESTÃO DE ESTOQUE			100,0	100,0		
GESTÃO DE INDICADORES	100,0					
GESTÃO DE INFRAESTRUTURA DE TIC			95,0			
GESTÃO DE PESSOAS			100,0		100,0	
GESTÃO DE PROCESSOS			92,3	92,4	93,3	100,0
GESTÃO DE PROCESSOS DE TRABALHO	100,0					

TÉCNICAS DE REDAÇÃO	48,0		93,3	97,5	97,1	85,0
TÉCNICAS DE PRIORIZAÇÃO	65,0		60,0	92,2		100,0
GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES			95,0			
GESTÃO DE PROJETOS	72,0	93,3	99,3	72,0		92,0
LEGISLAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL: REGULAMENTAÇÃO NO TRT12, CNJ, CSJT, TCU	75,0					
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA			100,0			100,0
PMBOK	75,0					
GRUPOS GERADORES DE ENERGIA ELÉTRICA			100,0			
INDICADORES ESTRATÉGICOS DE TIC						100,0
INFRAESTRUTURA DE APLICAÇÕES WEB			100,0			
INFRAESTRUTURA DE CERTIFICADOS DIGITAIS			96,3			
INFRAESTRUTURA DE CHAVE PÚBLICA, "PUBLIC KEY INFRASTRUCTURE" - PKI			94,7			
INFRAESTRUTURA DE COMPARTILHAMENTO E ARMAZENAMENTO DE ARQUIVOS DIGITAIS EM REDE.			100,0			
INFRAESTRUTURA DE DATACENTER			96,0			
INFRAESTRUTURA DE GESTÃO DE IDENTIDADES DIGITAIS			70,0			
INFRAESTRUTURA DE REDES EM DATACENTER			95,0			
INFRAESTRUTURA DE SERVIDORES DE APLICAÇÃO WEB			98,3			
INFRAESTRUTURA DE TIC				90,0		100,0
INFRAESTRUTURA DE TIC (BANCO DE DADOS, SALVAGUARDA DE ARQUIVOS, SERVIDORES DE APLICAÇÃO, CONECTIVIDADE DE REDE)			100,0			
INFRAESTRUTURA ELÉTRICA PARA DATACENTER			100,0			
INSTALAÇÕES DE CABEAMENTO ESTRUTURADO			100,0			
INSTALAÇÕES DE CABEAMENTO FIBRA DENTRO DE EDIFICAÇÕES			100,0			
INTERFACES COM APLICATIVOS OFFICE E PDF					100,0	
ITIL	100,0			97,3		
GESTÃO ESTRATÉGICA	80,0					100,0
LEGISLAÇÃO DE AQUISIÇÕES			100,0			
LEGISLAÇÃO RELACIONADA A CERTIFICAÇÃO DIGITAL NO BRASIL			88,0			
LEGISLAÇÃO RELACIONADA A CONFORMIDADE DE DATACENTER			90,0			
LEGISLAÇÃO RELACIONADA À CORREIO ELETRÔNICO			58,0			

LEGISLAÇÃO RELACIONADA A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO			88,1			
LEGISLAÇÃO RELACIONADA APLICAÇÕES E APLICATIVOS DE INFORMÁTICA			93,3			
LEGISLAÇÃO RELACIONADAS A CABEAMENTO ESTRUTURADO E CABEAMENTO DE FIBRA			96,7			
LEGISLAÇÃO RELACIONADAS ARMAZENAMENTO DE INFORMAÇÕES DIGITAIS			100,0			
LEGISLAÇÃO SOBRE ACESSO À INTERNET			86,7			
LEGISLAÇÃO SOBRE CONTRATAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		80,0	80,0			
LEGISLAÇÃO SOBRE INTERNET			100,0			
LEGISLAÇÃO SOBRE TELECOMUNICAÇÕES			90,0			
LEGISLAÇÃO VIGENTE PARA CONTRATAÇÃO DE TI	100,0	90,0	80,0	72,0	69,2	
LEIAUTE DE DATACENTER			100,0			
LICENCIAMENTO DE AMBIENTE COMPUTACIONAL ESX VMWARE			66,7			
LICENCIAMENTO PARA SOLUÇÃO DE ANTIVÍRUS			100,0			
LICENCIAMENTO PARA SOLUÇÃO IDS/IPS			100,0			
LICENCIAMENTO PARA SOLUÇÕES DE FIREWALL			100,0			
LICENCIAMENTO PARA SOLUÇÕES DE SISTEMAS OPERACIONAIS			100,0			
LICENCIAMENTO PARA SOLUÇÕES ORACLE			86,7			
LICITAÇÕES NA ÁREA DE TI		90,0			60,0	
LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO		98,4				
LINGUAGEM VISUAL BASIC 6.0 (VB)					100,0	
LINGUAGEM VISUAL BASIC ACCESS (VBA)					100,0	
MALWARE			100,0			
MAPEAMENTO DE PROCESSO DE TRABALHO		98,2				
MERCADO DE TI				95,8		
MERCADO DE TIC	100,0			98,3		100,0
METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE DO TRT 12		97,8				
MÉTRICAS DE SOFTWARE		96,9				
MICROSERVIDORES DE REDE DO TIPO RACK			97,5			
MICROSERVIDORES DE REDE DO TIPO BLADE			90,5			
MODELAGEM DE DADOS, ESTRUTURA, SEGURANÇA EM BANCOS DE DADOS ORACLE			100,0		97,1	

MODELAGEM DE DADOS, ESTRUTURA, SEGURANÇA EM BANCOS DE DADOS POSTGRESQL			100,0		79,2	
MODELAGEM DE DADOS, ESTRUTURA, SEGURANÇA, REPLICAÇÃO E MELHORIA DE PERFORMANCE DE CONSULTAS (TUNNING) EM BANCOS DE DADOS ORACLE					82,9	
MODELAGEM DE PROCESSOS			90,0	72,0		100,0
MODELAGEM DIMENSIONAL E TÉCNICA DE EXTRAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E CARGA DE DADOS					100,0	
MODELO OSI			95,0			
MODELOS DE SOFTWARE (CMMI, MPS-BR, RUP, ÁGIL, ETC)		72,0				
NEGÓCIO RELATIVO À 1ª INSTÂNCIA					83,7	
NEGÓCIO RELATIVO À 2ª INSTÂNCIA					93,1	
NEGÓCIO RELATIVO AOS SISTEMAS ACESSADOS VIA GV					93,3	
GOVERNANÇA DE TIC	80,0		100,0		100,0	92,0
NORMAS E DIRETRIZES DO TCU E CONSELHOS REFERENTES À GESTÃO ESTRATÉGICA	80,0					
NORMAS E LEGISLAÇÕES DE LICITAÇÃO						100,0
NORMAS E LEGISLAÇÕES DE LICITAÇÃO E CONTRATOS DE TIC	95,0		96,2	72,0		86,7
NORMAS E LEGISLAÇÕES DE PESSOAL			100,0			100,0
NORMAS E LEGISLAÇÕES DE PESSOAL DE TIC						100,0
NORMAS E LEGISLAÇÕES DE TIC						100,0
NORMAS E DIRETRIZES REFERENTES AO PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	80,0					
PADRÕES DE ORGANIZAÇÃO DE DADOS		100,0				
PADRÕES DE PROJETO		100,0				
PADRÕES INTERNACIONAIS DE CÓDIGO (“CODE CONVENTIONS”)		100,0				
PCTIC	92,0		80,0	95,0		86,7
PDTIC	97,3		80,0	80,0		100,0
PESQUISA TECNOLÓGICA		100,0				
PROCESSO DE CONTRATAÇÕES DE TIC	80,0		80,0			100,0
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL	93,3					100,0
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRT 12				91,4		
PLANILHA DE ORÇAMENTO DE TIC	92,0					
PLANILHA ELETRÔNICA	100,0	100,0				100,0
PLANO DE CAPACITAÇÃO EM TIC	100,0					
PLATAFORMA ORACLE FORMS E REPORTS			100,0		62,0	
PETIC	84,0			93,3		100,0

POLÍTICA DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DA SEINFO		97,1				
PORTAS DE COFRE			100,0			
PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS						100,0
PROCESSAMENTO DIGITAL DE DADOS			100,0			
PROCESSO ADMINISTRATIVO VIRTUAL			86,7		100,0	86,7
PROCESSO DE CONTRATAÇÕES DE TI				80,0		
PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS DE TIC (PGPR)	84,0					
PROCESSO DE EMISSÃO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL						100,0
PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE TIC						
GERENCIAMENTO DE PROJETO	85,0		100,0			
SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE CONTRATOS	85,0					
PROCESSO ORÇAMENTÁRIO	92,0					
PROCESSOS DE TI				80,0		
PROCESSOS DE TIC			96,0	97,1	90,8	100,0
PROGRAMAS CAD			100,0			
PROTOCOLO BGP			100,0			
PROTOCOLO FTP			100,0			
PROTOCOLO HTTP			100,0			
PROTOCOLO INTERNET (TCP/IP)			93,3			
PROTOCOLO SNMP			91,5			
PROTOCOLOS DE REDE ETHERNET			96,0			
REDAÇÃO TÉCNICA		85,0				
REDES AMPLAS / INTERURBANAS, ""WIDE AREA NETWORK"", WAN			95,0			
REDES DO TIPO TCP / IP			100,0			
REDES LOCAIS, "" LOCAL ÁREA NETWORK"", LAN			95,0			
REDES METROPOLITANAS, ""METROPOLITAN AREA NETWORK"", MAN			95,0			
REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO PARA DATACENTER			95,6			
REPOSITÓRIO SVN					100,0	
RESOLUÇÃO DE NOMES PARA REDES IP, "DOMAIN NAME SERVER" - DNS, COM TECNOLOGIA SEGURA (DNSSEC)			100,0			
ROTEAMENTO DE REDE DE DADOS E TELECOMUNICAÇÕES			96,0			
SCRUM		72,0				
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO		100,0	93,6			
SEGURANÇA DE DATACENTER			95,0			
SERVIÇOS ENVOLVIDOS				87,1		
SISTEMA CNDT					100,0	

SISTEMA DE ARQUIVOS					100,0	
GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	86,0					
ORÇAMENTO DE TIC	86,0		98,3	90,0		100,0
SISTEMA DE PRECATÓRIO					70,0	
SISTEMA DE VIRTUALIZAÇÃO ESX VMWARE			86,3			
SISTEMA EREVISTA					90,0	
SISTEMA PJE					77,8	
SISTEMAS ACESSADOS VIA GV					88,9	
SISTEMAS DE ARMAZENAMENTO DE DADOS			95,0			
SISTEMAS DE DETECÇÃO DE PARTÍCULAS			86,7			
SISTEMAS DE EXTINÇÃO DE INCÊNDIO			86,7			
SISTEMAS DE PASSAGENS E DIÁRIAS						88,3
SISTEMAS DE PRECATÓRIOS					100,0	
SISTEMAS DE PRODUÇÃO					100,0	
SISTEMAS DE RH						88,3
SISTEMAS DO TIPO "" STORAGE AREA NETWORK"" - SAN			74,3			
SISTEMAS OPERACIONAIS				81,1		
SISTEMAS OPERACIONAIS IOS CISCO SYSTEMS			100,0			
SISTEMAS OPERACIONAIS UNIX			94,5			
SISTEMAS OPERACIONAIS WINDOWS			99,5			
SISTEMAS ZABBIX, NAGIOS, CACTI			98,5			
SOFTWARES ENVOLVIDOS				90,0		
SOLUÇÃO DE ANTIVÍRUS CORPORATIVO MCAFEE			73,0			
SQL		96,6			80,0	
SUBSISTEMAS DE ARMAZENAMENTO DE DADOS DO TIPO STORAGE			88,5			
TÉCNICA DE APRESENTAÇÃO			100,0			100,0
TÉCNICA DE ARGUMENTAÇÃO			92,6		64,0	100,0
TÉCNICA DE COMUNICAÇÃO			87,8			100,0
TÉCNICA DE NEGOCIAÇÃO			87,8		60,0	90,0
TÉCNICA DE ORATÓRIA			86,7	75,0	52,0	90,0
TÉCNICA DE REDAÇÃO			92,4	93,8	72,0	90,0
GESTÃO DE RISCOS	86,2		95,7		88,5	92,0
TÉCNICAS DE ARGUMENTAÇÃO			73,3	75,0	80,0	60,0
TÉCNICAS DE ARMAZENAMENTO DE DADOS E MEMÓRIA			100,0			
TÉCNICAS DE ATAQUE COMPUTACIONAL EM SERVIDORES DE APLICAÇÃO			100,0			
TÉCNICAS DE BI					71,9	

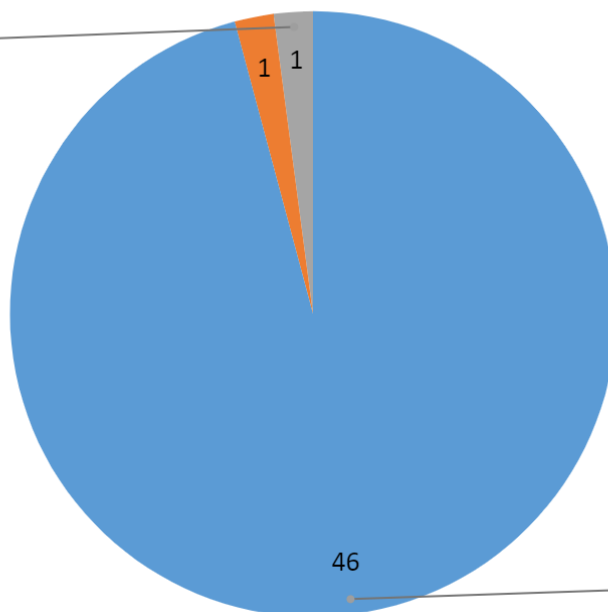
TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO			96,7			45,0
TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO (VERBAL, ESCRITA, CORPORAL)			60,0			
TÉCNICAS DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS		72,0				
TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO		75,0	87,2	87,5	86,7	
TÉCNICAS DE ORATÓRIA			77,0			
PROCESSO DE GESTÃO DE PORTFÓLIO DE PROJETOS DE TIC (PGPO)	86,7					
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	87,5	93,3	96,8	88,8	65,8	86,7
TÉCNICAS DE SEGURANÇA EM SISTEMAS OPERACIONAIS			97,3			
TÉCNICAS DE TESTES DE SISTEMA		98,2				
TECNOLOGIA APACHE			100,0			
TECNOLOGIA BI					53,3	
TECNOLOGIA BIND (DNS)			100,0			
TECNOLOGIA DE APLICAÇÕES JAVA			100,0			
TECNOLOGIA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENDEREÇAMENTO DE REDE DHCP			100,0			
TECNOLOGIA DE FILTRO WEB DO TRT 12			95,0			
TECNOLOGIA DE FIREWALL DO TRT 12			95,0			
TECNOLOGIA DE PAREDES PARA DATACENTER			100,0			
TECNOLOGIA IDS / IPS			100,0			
TECNOLOGIA IIS			100,0			
TECNOLOGIA JBOSS			98,3			
TECNOLOGIA LDAP			97,3			
TECNOLOGIA PHP			90,7			
TECNOLOGIA PROXY			100,0			
TECNOLOGIA RAID, "" REDUNDANT ARRAY OF INDEPENDENT DRIVES""			92,0			
TECNOLOGIA SAMBA			100,0			
TECNOLOGIAS DE ALTA DISPONIBILIDADE, HA, " HIGH AVAILABILITY", PARA SERVIDORES DE APLICAÇÃO			98,5			
TECNOLOGIAS ENVOLVIDAS		100,0		89,3		
TENDÊNCIAS DE MERCADO DE TI		100,0				
TOPOLOGIA DE INFRAESTRUTURA DE TIC DO TRT 12			95,0			
USABILIDADE		100,0				

VIRTUALIZAÇÃO DE ESPAÇO DE ARMAZENAMENTO DIGITAL			91,9			
VIRTUALIZAÇÃO DE SERVIDORES			94,0			
VIRTUALIZAÇÃO VMWARE			90,0			
VULNERABILIDADES DE SERVIDORES DE APLICAÇÃO			100,0			
WEBDESIGN (ELABORAÇÃO DE GRÁFICOS PARA WEB)			100,0			
Total Geral	87,3	96,6	93,2	90,2	86,1	90,6

DESEMPENHO DAS COMPETÊNCIAS POR ÁREA DA SETIC

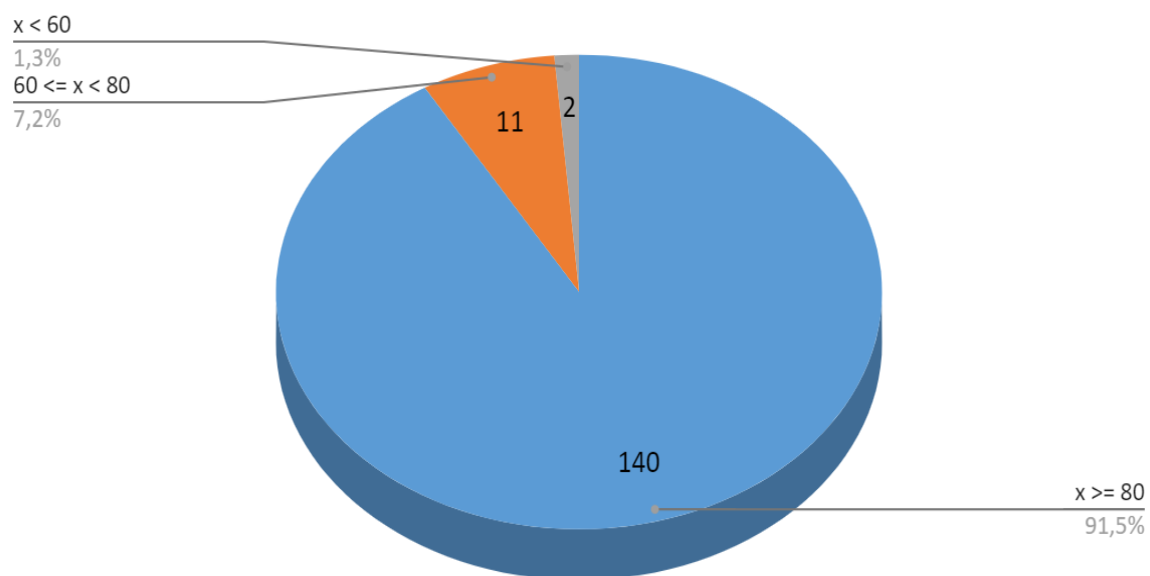
Desempenho SETIC

60 ≤ x < 80
2,1%

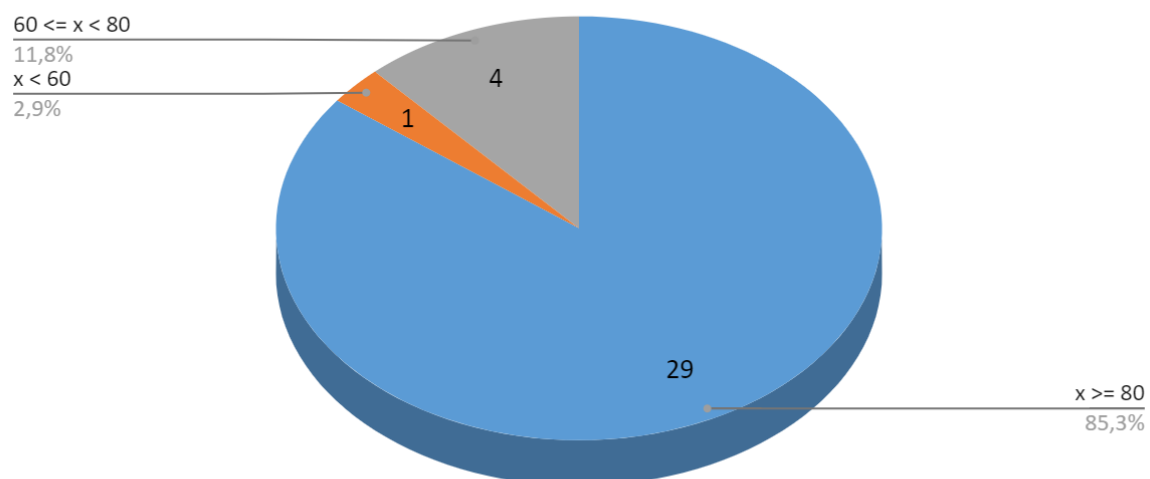


x ≥ 80
95,8%

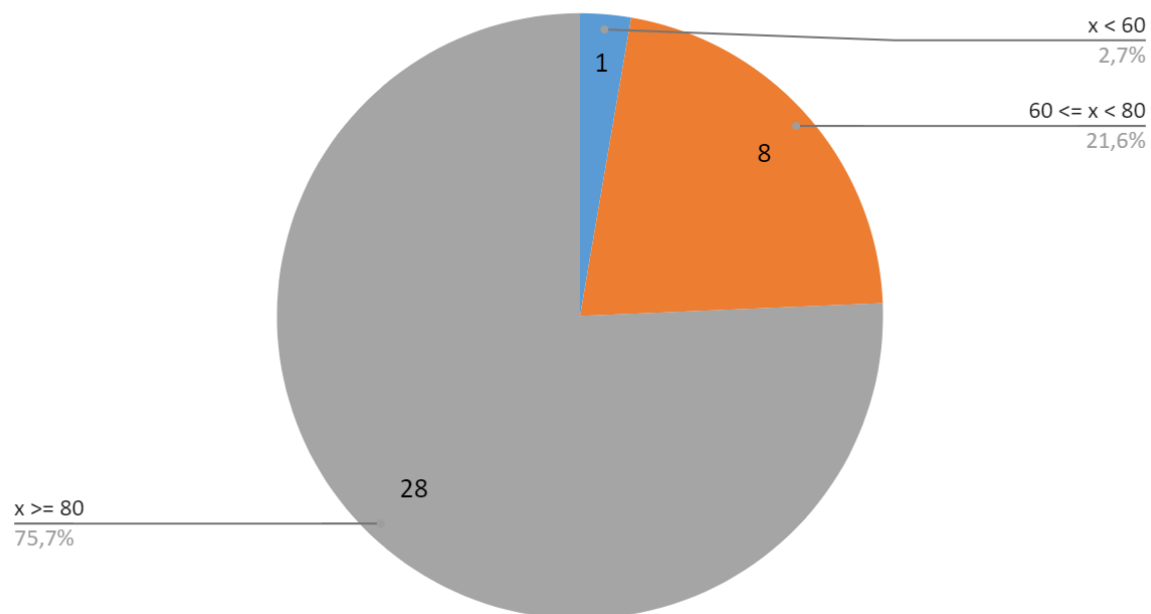
Desempenho SEINFRA



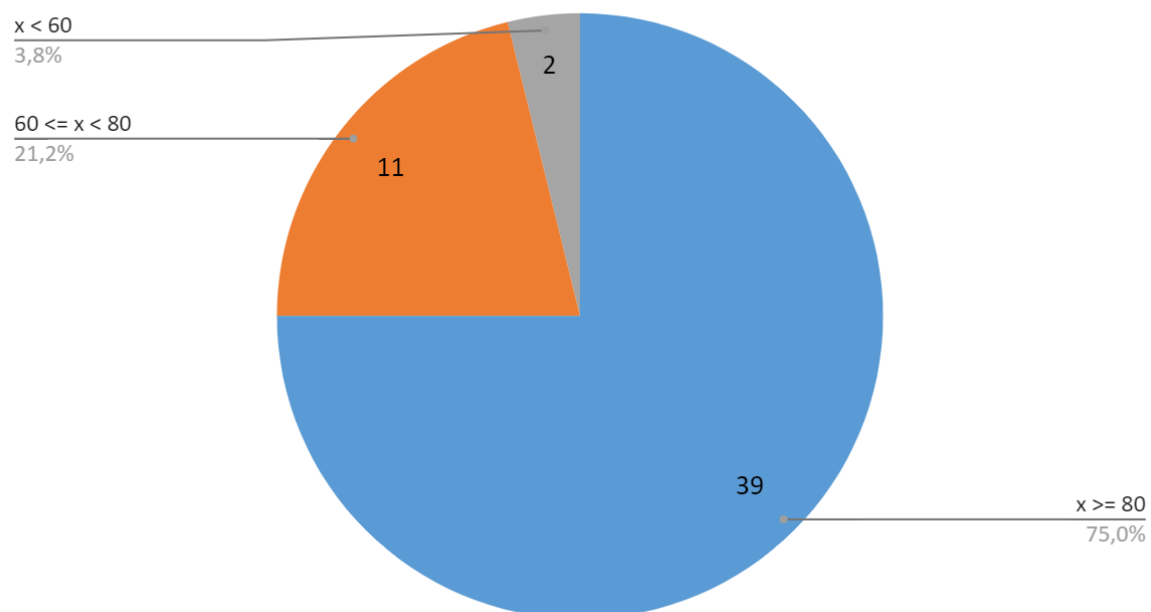
Desempenho SEDES



Desempenho SESUP



Desempenho SESUS



Desempenho SAGTIC

